

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO  
ÁREA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CALVINO, CALVINISMO E EDUCAÇÃO

PAULO HENRIQUE VIEIRA

MARINGÁ, JANEIRO DE 2005

PAULO HENRIQUE VIEIRA

CALVINO, CALVINISMO E EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. César Alencar Arnaut de Toledo

MARINGÁ, JANEIRO DE 2005

Paulo Henrique Vieira

Calvino, Calvinismo e Educação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. César Alencar Arnaut de Toledo.

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ângela Mara de Barros Lara - UEM

---

Prof. Dr. César Alencar Arnaut de Toledo - UEM

---

Prof. Dr. José Maria de Paiva - UNIMEP

## **DEDICATÓRIA**

À Elizeth, Gabrielle e Guilherme, meus tesouros  
que me fizeram aprender o valor do verdadeiro  
amor.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

Ao professor César Alencar Arnaut de Toledo, pela competente e sábia orientação.

À minha esposa Elizeth, pelo apoio, paciência e compreensão de todas as horas.

Aos meus colegas Arlete e Elias, pela ajuda nos momentos de desânimo, insegurança e medo.

Ao Departamento de Fundamentos de Educação da Universidade Estadual de Maringá, pela oportunidade da realização deste trabalho.

VIEIRA, Paulo Henrique. *Calvino, Calvinismo e Educação*. Maringá, 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação. Universidade Estadual de Maringá.

## RESUMO

O tema desta dissertação é a relação entre educação e religião no pensamento Reformado de João Calvino (1509-1564) e sua influência sobre a formação do Calvinismo. Para isso, é necessário considerar que a Reforma Protestante estabeleceu novos paradigmas religiosos, que modificaram a fé cristã, o homem e a sociedade europeia do século XVI. As doutrinas do sacerdócio universal e da autoridade máxima das Escrituras, formuladas por Lutero, romperam definitivamente a tradicional e milenar hierarquia eclesiástica. Todos precisavam conhecer a Palavra de Deus; logo, todos deveriam saber ler e escrever. Nesse novo modelo de fé, a educação passou a ter um papel fundamental, sem a qual não subsistiria o Protestantismo em suas diversas correntes. A Reforma precisou da educação para: ensinar o novo catecismo, divulgar a Palavra de Deus entre seus adeptos e formar ministros para sua causa. O conhecimento do grego e do hebraico, línguas originais da Bíblia, foi importante não apenas para as novas igrejas, mas também para a cultura do século XVI. Educação e Reforma, portanto, estavam intimamente ligados, como o demonstram os manuais de história da educação. Tomamos como base para este trabalho a obra-prima de João Calvino, a **Instituição da Religião Cristã** (*Christianae Religionis Institutio*), na qual pudemos perceber que a educação foi um elemento onipresente e implícito, por isso não há grandes textos de Calvino sobre educação. Ela é, no entanto, pode-se dizer, pedra angular na construção tanto da Teologia quanto da Eclesiologia Reformadas. Estudar a educação na obra de Calvino não é apenas enumerar suas ações nessa área, mas é discutir também sua teologia. Esse foi o método que adotamos neste trabalho. As diferenças em relação à metodologia podem ajudar a explicar a ausência ou não do Calvinismo nos livros de história da educação. O Calvinismo foi, no âmbito religioso, mais difundido do que o Luteranismo. Escócia, França, Holanda, Inglaterra, e depois Estados Unidos receberam decisivamente as influências das doutrinas de Calvino e suas derivações. Entender a educação no Calvinismo é entender também um pouco da educação nesses países. A educação como meio de salvação, ou seja, instrumentalizada pela fé, acabou se tornando uma das mais importantes matrizes da pedagogia moderna.

## PALAVRAS-CHAVE

Fundamentos da Educação – Calvino – Calvinismo – Tempos Modernos

VIEIRA, Paulo Henrique. Calvin, Calvinism and Education. Maringá, 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação. Universidade Estadual de Maringá.

### ABSTRACT

The relation between education and religion in John Calvin's Reformed thought and his influence on foundation of Calvinism, is the subject of this dissertation. For that, is necessary to consider that the Protestant Reformation, established new religious paradigms which change in the sixteenth century the Christian faith, the man and the european society. The priesthood of all believers and the maximun Scriptures authority doctrines, formulated by Luther, broke definitively the tradictional and millenary ecclesiastical hierarchy. Everybody should to know the God's word, then, everybody should to know reading and writing. The education executed a fundamental role in this new pattern of faith, in a such way that, without it, several Protestantism trends could not survive. The Reformation made use of the education to: teach the new catechism, divulge the God's word among its followers and instruct ministers for its faith. The knowledge of greek and hebrew, orignal bíblical languages, was very important not only to the new conviction, but to the sixteenth century culture. Education and Reformation, therefore, were intimatly linked, how we can see it in the education history manuals. We took as a ground for this work the Calvin's masterpiece, the **Institution of Christian Religion** (Christianae Religionis Institutio). According to this text we could to perceive that the education was an omnipresent and implicit element in Calvin's work in a whole, that's why, there is no Calvin's great texts about education. We can assert that the education is, cornerstone in the construction of the Reformed theology as much as ecclesiology. Studing the education in the Calvin's work is not only enumerate his deeds in this area, but comprehend his theology too. This was the procedure used in this research. The diferences concern the methodology can explain the Calvinism's absence or not in the educational history books. In the religious field, the Calvinism was much more diffused than the Lutheranism. Scotland, France, Netherlands, England and United States were influenced by Calvin's doctrines and its derivations. Understanding the education in the Calvinism, is understand a few of the education in these countries. The education as a way of salvation, namely, instrumentalized by the faith, became one of the most important matrix of modern pedagogy.

### KEY-WORDS

Foundaments of Education – Calvin – Calvinism – Modern Times

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO</b>	08
<b>2- CALVINO E CALVINISMO</b>	13
2.1- A REFORMA	13
2.2- JOÃO CALVINO	17
2.3- CALVINISMO	23
<b>3- TEORIA E PRÁTICA DO PENSAMENTO DE CALVINO</b>	28
3.1- A INSTITUIÇÃO DA RELIGIÃO CRISTÃ E A TEOLOGIA DE CALVINO	29
3.2- A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO PARA CALVINO	46
3.3- AS REPERCUSSÕES DO CALVINISMO NA SOCIEDADE	59
<b>4- CALVINISMO E EDUCAÇÃO</b>	73
4.1- REFORMA E EDUCAÇÃO	73
4.2- PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DO CALVINISMO	88
4.3- CALVINO E CALVINISMO NOS MANUAIS DE EDUCAÇÃO	111
<b>5- CONCLUSÃO</b>	117
<b>REFERÊNCIAS</b>	120



## 1- INTRODUÇÃO.

João Calvino foi um dos grandes teólogos do século XVI e sua obra foi fundamental para o processo de consolidação da Reforma. Sua doutrina, o Calvinismo, expandiu-se para muitos países da Europa, levando consigo as idéias centrais do pensamento Reformado, dentre elas a necessidade da educação geral. A influência do pensamento de Calvino na educação é nossa preocupação central, por isso os termos Calvino e Calvinismo foram usados para o título deste trabalho.

Sabemos que os séculos XV e XVI foram marcados por uma efervescência no campo das idéias que modificaram os fundamentos teóricos estabelecidos até então nos campos da política, economia, geografia, cultura e religião. A descoberta dos caracteres móveis para impressão, as grandes navegações, o aumento do comércio e as idéias da Renascença e do Humanismo agitaram os espíritos mais lúcidos, obrigando-os a repensarem seu mundo e suas “verdades”, inclusive religiosas. Foi nesse ambiente de instabilidade dos modelos da sociedade feudal, artesanal e Escolástica que também a Igreja Católica sofreu suas mais intensas modificações e ataques. Quando Lutero propôs suas teses para o debate público em 1517, Calvino contava com apenas oito anos. Ele surgiu num momento posterior aos primeiros confrontos entre a Igreja e os “hereges” liderados pelo monge alemão, por isso se diz que Calvino fez parte da segunda geração de Reformadores. O pensamento Reformado precisava ser organizado num conjunto racional de teses e argumentos. Em 1536, com a sua **“Instituição da Religião Cristã”** (*Christianae Religionis Institutio*)<sup>1</sup>, essa necessária racionalidade foi efetivada, e nela Calvino deu mostras de seu profundo conhecimento dos textos bíblicos e dos antigos pais da Igreja. O Protestantismo conheceu, por meio dessa obra, seu grande organizador, e após a morte de Lutero, seu novo líder, pois foi Calvino quem, ao sistematizar a teologia Protestante, garantiu-lhe solidez.

A influência de Calvino no campo da teologia é incontestável, e é muito conhecida por todos aqueles que se dedicam aos estudos sobre o Cristianismo, mas sua notoriedade não se deteve apenas nesse ponto. Estudos realizados sobre a influência exercida pelo Calvinismo para além da teologia afirmam que sua cosmovisão alterou o pensamento dos homens também

---

<sup>1</sup> Doravante citada simplesmente: Instituição.

na economia, na política e na cultura.<sup>2</sup> O Calvinismo pode ser visto como uma poderosa alavanca teórica que contribuiu para o surgimento de uma nova visão de mundo. Nela, as pessoas buscavam glorificar e servir a Deus pelo trabalho diário em suas atividades no mundo. Isso foi interessante para auxiliar as novas forças econômicas que surgiam. O Calvinismo se traduziu, por isso, em novas expectativas em relação às autoridades e aos governantes, numa fundamentação mais democrática. A possibilidade de resistência aos governantes, inimigos da “verdadeira religião”, por parte dos magistrados inferiores apareceu já na **Instituição** de Calvino e foi desenvolvida mais tarde por calvinistas de outros países. Culturalmente o Calvinismo foi muito abrangente: modificou conceitos e alterou práticas que vinham sendo defendidas por séculos, como as que se relacionavam com o ascetismo, o trabalho e a riqueza. Tudo isso foi o resultado de sua teologia, toda ela baseada na onipotência e soberania de Deus a governar todos os setores da vida humana e da natureza.

Nossa pergunta de pesquisa é: esse homem, que extrapolou de tal modo os limites de sua formação intelectual em todas essas áreas, não teria também de alguma forma auxiliado no desenvolvimento da educação ou da pedagogia, em decorrência do seu vasto meio de influência? Tudo nos leva a crer que essa relação existe. Nossa tentativa é buscar elementos teóricos e práticos que justifiquem essa idéia, ou seja, buscar relacionar a vertente Protestante conhecida como Calvinismo com a educação.

Nos manuais sobre educação, a Reforma aparece como tendo contribuído com o processo de vulgarização do ensino. Martinho Lutero (1486-1542) escreveu sobre a necessidade de se criarem escolas para o exercício das atividades seculares e religiosas e exortou os governantes a obrigarem seus súditos a freqüentarem as escolas. Em Calvino, poucas referências são encontradas sobre o assunto, talvez porque, diferentemente de Lutero, não tinha ele apoio das autoridades e precisou enfrentar uma forte oposição em Genebra aos seus programas religiosos e educacionais. Mesmo assim, nas suas **Ordenanças Eclesiásticas** de 1541 a preocupação com a educação já pode ser verificada.

Somente em 1559, entretanto, é que se concretizou a grande obra educacional de Calvino: a Academia de Genebra, onde se formariam os novos pastores para o crescente rebanho que adotava a fé Reformada. É certo que a educação estava ligada a uma cosmovisão que pregava a salvação por meio de uma fé sólida nas Escrituras, como forma inevitável de se conhecer a Deus e ao homem. Não mais a fé numa Igreja que tomou para si um poder que só

---

<sup>2</sup> Para a economia consultar: WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Política: SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno e SILVESTRE, Armando Araújo. Calvino e a Resistência ao Estado. Para a cultura: VAN TIL, Henry R. El Concepto Calvinista de la Cultura.

o Evangelho possuiria mas o poder de intermediação entre o homem e seu criador. O Sacerdócio Universal de todos os crentes, como ficou conhecida, era uma doutrina compartilhada por todos os Reformadores, de Lutero a Zuínglio (1484-1531)<sup>3</sup>, passando por Calvino. Nele o crente ligava-se a Deus não mais intermediado por outros homens (clérigos), mas pela Santa Escritura. Daí, a grande importância do ensino popular para esses homens, pois se tratava de uma necessidade espiritual comum a todos, isto é, o conhecimento dos textos sagrados.

É possível relacionar o Calvinismo com a educação? Se possível, qual é essa relação? Essas são perguntas que surgem quando verificamos que a Reforma, de modo geral, contribuiu para a difusão do ensino já no século XVI, mesmo que apenas com fins catequéticos.

Por isso, a primeira tarefa que se impõe, desde já, é a necessária definição dos termos educação e Calvinismo. De modo bem geral a educação pode ser entendida como sendo o ato de transmitir as técnicas culturais, que são aquelas que ditam aos homens seu modo de produzir, de se comportar e de satisfazer suas necessidades físicas, psíquicas e espirituais. Nesse sentido, a educação é imprescindível para a sobrevivência de uma sociedade, pois sem ela os elementos adquiridos e acumulados por uma geração não seriam transmitidos aos descendentes, resultando na desagregação e até mesmo na destruição da sociedade. É assim que a educação esteve e está presente em todos os povos modernos e antigos, nos chamados povos civilizados tanto quanto naqueles denominados primitivos. A diferença entre eles é que: os primeiros buscam orientar os mais novos a enfrentarem mudanças, ou seja “[...] tende a tornar flexíveis e corrigíveis as técnicas de que dispõe e a confiar à educação a tarefa não só de transmiti-las, mas também de corrigi-las e aperfeiçoá-las”.<sup>4</sup>

Nos povos ditos primitivos a educação buscava garantir a imutabilidade das técnicas e dos conteúdos a serem transmitidos, em função disso, essas sociedades tendem “[...] a atribuir caráter sacro a tais técnicas, o que leva a proibir como sacrílega qualquer inovação e correção”.<sup>5</sup> A educação é, portanto, a transmissão das técnicas já adquiridas com o intuito de possibilitar a renovação e o aperfeiçoamento delas por iniciativas dos indivíduos. Sua finalidade é formar o indivíduo e contribuir com seu amadurecimento; é uma passagem gradual da potência ao ato dessa forma realizada. “Segundo esse ponto de vista, a Educação é

---

<sup>3</sup> Para a biografia de Zuínglio consultar: MAINKA, Peter Johann. **Huldrych Zwingli (1484-1531), o reformador de Zurique – um esboço biográfico**. Acta Scientiarum. Maringá. v. 1, n. 23, p. 141-147, 2001.

<sup>4</sup> ABBAGNANO, 2000, p. 306.

<sup>5</sup> ABBAGNANO, 2000, p. 306.

cultura”.<sup>6</sup> Nesse sentido o Calvinismo tem um caráter eminentemente educativo e, portanto, cultural, tanto em seu método de transmissão do conhecimento quanto pelo próprio conteúdo. Calvino ensinava de maneira simples e gradual todo o conhecimento que o homem deveria atingir, e que se encontra revelado na Bíblia.

Num levantamento feito junto aos manuais de história da educação verificamos que o aparecimento de Calvino ou do Calvinismo nos manuais de História da Educação, por seu caráter heterogêneo, deixa em aberto ainda a questão da educação. Ao contrário da unanimidade referente às relações positivas e certas entre Reforma e Educação, o Reformador francês é colocado num plano bem menos significativo, senão de todo ausente, em alguns casos. Se Reforma e Educação necessariamente se completam para o bom exercício da verdadeira fé, por que o Calvinismo, ou Calvino, nem sempre são citados quando o assunto é educação? Por que, nos estudos feitos sobre a Reforma e suas conseqüências sociais, teológicas, econômicas e políticas, Calvino não tenha tido igualmente importância para a educação, tanto quanto para os outros segmentos da sociedade? Como pode um movimento que difundiu a Reforma para o resto da Europa não participar, como se atribui ao luteranismo, da renovação dos sistemas e métodos de ensino por onde se instalou?

Este trabalho tem como objetivo encontrar, nos escritos e nas ações de Calvino, elementos que possam esclarecer essas questões. Por isso, no capítulo 1 fizemos uma abordagem contextual e sumariada da vida desse importante teólogo. O capítulo 2 contém uma síntese de sua principal obra. Nessa breve exposição entraremos em contato com os fundamentos do pensamento de Calvino. As principais teorias Protestantes são discutidas, defendidas e apresentadas por ele. É um resumo que trata do conhecimento de Deus e do homem, da liberdade cristã, da fé, da salvação, da predestinação, do livre-arbítrio, da Igreja e do Estado. Dela extraímos a importância que o conhecimento tinha para Calvino. Não somente o conhecimento profundo de Deus, de todos o mais necessário, mas também o saber sobre nós mesmos, as línguas e as Humanidades. Da tese de Calvino de que o conhecimento de Deus é a base para todos os demais conhecimentos relativos à fé nasceu sua insistência na vulgarização da leitura. Começando pela Bíblia e depois pelos pensadores cristãos e mesmo pagãos, todos deviam ser lidos e estudados. Em seguida, no item 3, trabalhamos para apresentar algumas repercussões do Calvinismo na sociedade, além, é claro, de suas conseqüências teológicas e religiosas. Estudos como os de Max Weber, R. H. Tawney, Quentin Skinner, G. R. Elton, entre outros, apontam para uma contribuição do Calvinismo na

---

<sup>6</sup> ABBAGNANO, 2000, p. 306.

economia, na política e, conseqüentemente, na cultura dos povos alcançados por ele. Essas afirmações fortalecem nossa teoria de que o Calvinismo foi um dos impulsionadores da educação na Modernidade. Em razão disso perguntamos: não será legítimo supor que aquilo que tenha modificado os padrões culturais de uma sociedade não tenha transformado a esfera do saber por onde tenha se infiltrado? Com isso, passamos para a análise das relações entre o Calvinismo e a educação no último capítulo deste trabalho. Primeiramente abordamos a temática da educação no quadro geral da Reforma, e como suas necessidades teológicas incrementaram a educação das massas. No primeiro item desse capítulo queremos entender por que os reformadores precisaram ampliar as escolas e modificar sua didática para o êxito de suas idéias.

Os manuais de história da educação são unânimes em afirmar que, com a Reforma religiosa do século XVI, a educação foi impulsionada e disseminada nos territórios de sua atuação. Aqui, destacamos mais um argumento em favor da assertiva de que Calvinismo e educação interagem. Se a Reforma foi importante para o campo educacional, parece óbvio afirmar que o Calvinismo, como um dos seus principais elementos, exerceu uma influência positiva nessa área. Por isso, no item em que tratamos da importância do conhecimento, para Calvino, detalhamos a sua relevância para o Reformador de Genebra.

As perspectivas educacionais do Calvinismo são formuladas no item 3.2. Da sua Instituição buscamos a base para a sua concepção pedagógica da Igreja, aplicada depois nas **Ordenanças Eclesiásticas** de 1541. Nessas ordens foram instituídas as quatro funções básicas da Igreja. A função de professor, mestre ou doutor, para o cuidado com o ensino das crianças e dos adultos na Palavra de Deus, era uma delas. Com base nas suas ações dentro e fora da Igreja, ou seja, com essas ordenações e com a fundação da Academia de Genebra, Calvino estabeleceu um conjunto de diretrizes educativas, tanto teóricas quanto práticas. Teórica, porque com sua obra-prima instruiu sobre a verdade revelada na Bíblia. Prática, porque no interior da Igreja aprovou as Ordenanças Eclesiásticas, na qual colocou em ação o que ele considerava ser o papel pedagógico da Igreja. Fora da esfera religiosa criou a Academia de Genebra, que formava ministros para a Igreja e também funcionários para o Estado.

Finalmente no item 3.3 faremos uma breve análise do Calvinismo e de Calvino nos manuais de história da educação e da pedagogia. Notamos que em quase 50% dos manuais consultados não há uma relação entre a doutrina de Calvino e a educação. Analisaremos esses dados buscando uma explicação para tal fato.

## 2- CALVINO E CALVINISMO

O entendimento da questão da educação em Calvino passa obrigatoriamente por uma primeira busca em relação à sua origem no contexto da época. Quem foi esse homem que modificou tanto os conceitos de seu tempo? Em que movimento ele ingressou? O que foi a Reforma e o que ela significou? Aqui vamos percorrer rapidamente os principais acontecimentos de sua vida e da Reforma, e terminaremos definindo o significado do termo Calvinismo, porque precisamos esclarecer sobre qual dos “Calvinismos” estamos falando, já que, mais adequadamente, deve-se usar esse termo no plural.

### 2.1- A REFORMA.

Quinze séculos haviam se passado desde a fundação do Cristianismo, e muito diferente era a estrutura dessa religião, que nasceu como uma alternativa ao Judaísmo. Não era mais simplesmente uma crença de escravos e pobres, como no início. Reis e príncipes estavam entre os seus fiéis seguidores. Não era mais a doutrina daqueles que morreram nas arenas e foram perseguidos em todo o domínio romano. Desde o século IV, passou a ser a religião oficial do maior império conhecido pelo homem e muitos tinham sido, já, suas vítimas. Seus adeptos não se reuniam mais nas catacumbas e nos esconderijos improvisados, para se protegerem dos inimigos. Catedrais, igrejas e mosteiros luxuosos pululavam por toda a Europa. Não estava limitada a uma hierarquia simplificada e exercida por aqueles reconhecidamente mais capazes e piedosos. Erguia-se então, sobre uma complexa rede de poder liderada pelo papa.

Pois que, se alguém pese e examine devidamente toda esta estrutura de governo eclesiástico que existe hoje sob o papismo, achará nenhum espoliadoro haver em que, sem lei e medida, ladrões assolem mais desbragadamente. Com efeito, todas as coisas aí são de tal modo dissimules, mais até, estranhos, à instrução de Cristo, hão de tal modo degenerado das ordenanças e costumes antigos da Igreja, de tal modo conflitam com a natureza e a razão, que injúria maior nenhuma se possa fazer a Cristo do que quando seu nome invocam para a defesa de tão abusivo regimem.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> CALVINO. Instituição da Religião Cristã. Volume IV. Capítulo V. item. 13. Para simplificar as referências da obra de Calvino, citaremos apenas: CALVINO, Inst, IV, V, 13.

Não era mais a própria comunidade dos fiéis que debatia sobre as palavras e ensinamentos do Mestre. Isso passou a ser tarefa exclusiva dos funcionários eclesiásticos, representantes de Deus na terra. A religião cristã não se caracterizava mais pela simplicidade no falar, no vestir e no cultuar. A missa era rezada em latim, língua desconhecida da população. A pompa nas vestimentas e nos utensílios, bem como a utilização de um complexo ritual, afastou-se definitivamente daquela singeleza característica dos primórdios.

[...] é terrível e pavoroso ver que o chefe supremo da cristandade, que se vangloria de ser o vigário de Cristo e o sucessor de São Pedro, se conduz de forma tão mundana e suntuosa, que nem rei nem imperador se lhe podem comparar ou igualar neste aspecto. Enquanto se faz chamar de ‘santíssimo e espiritualíssimo’, tem caráter mais mundano do que o próprio mundo. Posta uma coroa tríplice, ao passo que os mais eminentes reis carregam apenas uma coroa simples. Se isto é ser igual ao pobre Cristo e São Pedro, então se trata de um novo tipo de igualdade.<sup>8</sup>

O texto sagrado, antigamente conhecido e de fácil acesso, passou a ser o grande desconhecido, não apenas entre a massa ignorante, mas também entre muitos clérigos. “Chamava-se de sacerdote a pessoa que podia celebrar a missa, embora não soubesse pregar uma única palavra e não passasse de um asno sem instrução. Em geral, esta é a situação do estado clerical ainda hoje.”<sup>9</sup> A busca pela aquisição de virtudes e a prática do amor ao próximo, pilar central dos ensinamentos de Jesus, não estavam, certamente, entre as preocupações de muitos dos mais graduados representantes da Igreja. “Quê tal, se à moral lhes desçamos? Onde estará aquela “luz do mundo” [Mt 5.14] que Cristo requer? Onde o “sal da terra?” [Mt 5.13]. Onde aquela santidade que possa ser um como que padrão perpétuo de conduta?”<sup>10</sup> Alguns estavam mais preocupados com seus domínios terrenos e em como aumentar ainda mais as suas rendas. “Pois, bispados nenhuns são tão opulentos, abadias nenhuma tão opimas, nenhum sacerdócio, afinal, nem tão numerosos, nem tão vastos, que bastem a satisfazer à voracidade dos sacerdotes.”<sup>11</sup>

Foi essa Igreja transformada e, em muitos aspectos, indesejada, que sofreu os mais pesados ataques de dentro dos próprios domínios. Quando Lutero afixou suas 95 teses para o debate público nas portas do castelo de Wittenberg em 1517, mal sabia ele que se tornaria o líder da grande ruptura que assolou a Igreja naquele século. A princípio, sua idéia era promover uma possível reforma porém, jamais pensou, quando propôs esse debate, em

<sup>8</sup> LUTERO, À Nobreza..., 1992, p. 290.

<sup>9</sup> LUTERO, Uma Prédica..., 1995, p. 335.

<sup>10</sup> CALVINO, Inst, IV, V, 14.

<sup>11</sup> CALVINO, Inst, IV, V, 18.

romper com ela. Antes de Lutero, outros homens, como Wycliff (1330-1384) e João Huss (1374-1415), anteciparam-se nas críticas ao modo como a Igreja vinha sendo conduzida. Foram derrotados por uma instituição que controlava tudo o que era escrito, contra ou a favor. A crítica feita a seus ensinamentos era combatida com veemência, e todas as forças disponíveis podiam ser utilizadas: legais, políticas e teológicas. Huss foi condenado à fogueira pelo Concílio de Constança (1414-18), sofrendo o peso que a mão da Igreja dispensava a seus opositores.<sup>12</sup>

A grande crítica de Lutero era a de que os clérigos haviam substituído a Palavra de Deus pelos decretos humanos. Para ele, a revelação contida na Bíblia é a única e maior autoridade da Igreja e não o papa ou o concílio. O homem, corrompido pelo pecado original, só pode almejar o paraíso se confiar em Deus e em Seu ensino, esperando nEle sua salvação. As boas obras não eram mais suficientes para abrir as portas do paraíso, porquanto tudo o que o homem faz é ruim e provém do pecado. Por isso Lutero considerava indispensável a leitura e o conhecimento da Palavra, porque a salvação se daria, então, apenas pela fé. Para ele, o homem não precisaria ser intermediado por outro homem para chegar a Deus. O caminho passaria, então, pelas Escrituras. É a doutrina do sacerdócio universal de todos os crentes, a garantir a possibilidade do livre exame dos textos sagrados. Dessa doutrina, afirma Arnaut de Toledo, surgiu a tese de que nenhuma profissão ou ofício é superior a outra e qualquer uma delas pode ser aprendida pelo povo, inclusive o sacerdócio. Essa idéia contribuiu para a concepção moderna da igualdade formal entre os homens. “A partir daí, foi se tornando impossível assegurar que as diferenças de nascimento tornassem os homens diferentes entre si.”<sup>13</sup>

Diferentemente de seus antecessores, Lutero encontrou apoio nas autoridades locais, que o preservaram, e nas pessoas comuns, que depositaram nele esperanças de mudar sua realidade religiosa, política, social ou econômica. Conforme Green<sup>14</sup>, o apoio à causa luterana teve várias origens. Os camponeses, que aos poucos se emancipavam de sua condição de servidão, indignavam-se com os pesados tributos que eram obrigados a recolher aos seus superiores. Os príncipes e nobres que, necessitados de recursos para a administração e para os exércitos, cobiçavam as inúmeras propriedades eclesiásticas. Os burgueses não estavam satisfeitos com os ensinamentos da Igreja, que pregava contra o lucro e o êxito material e

---

<sup>12</sup> Convocado pelo rei alemão Sigismundo, em virtude do Grande Cisma vivido pela Igreja, que nesse período contava com nada menos do que três papas: Gregório XII; Bento XIII e Alexandre V, que depois foi sucedido por João XXIII. Para evitar o Cisma o Concílio de Constança proclamou sua autoridade e poder sobre toda a Igreja, inclusive o papa. O Concílio elegeu como papa Martinho V. Cf. FISCHER-WOLLPERT, 1999, p. 226-8.

<sup>13</sup> ARNAUT DE TOLEDO, 1999, p. 134.

<sup>14</sup> GREEN, 1984, p. 131.



anatematizava a riqueza. Percebia-se, portanto, que por trás das sinceras preocupações teológicas de Lutero, outros interesses foram conjugados para que esse movimento saísse vitorioso.

As mudanças que ocorreram após a Reforma foram tão profundas que o mundo jamais retornaria aos padrões anteriores. Franco Cambi resume neste trecho algumas dessas mudanças:

No plano doutrinal, o princípio de 'livre exame' e da 'salvação apenas pela fé' abala os pilares da doutrina católica, que fazem da Igreja o elemento de mediação na relação entre o homem e Deus e de garantia da graça divina mediante os sacramentos. No plano social, é superada a distinção de origem medieval entre clero e laicato, entre ação religiosa e ação civil, fazendo do mundo terreno o lugar em que se realiza a obra de Deus. A concepção do trabalho também sai daí amplamente modificada. Sobretudo com Calvino, a atividade laboriosa é considerada um elemento de salvação do homem e um meio para instaurar o reino dos Céus na terra. Diante da desvalorização do trabalho, não só manual, operada pela tradição clássica e medieval, o reconhecimento da sua importância se transforma num potente estímulo à fundação do mundo moderno e ao surgimento da civilização capitalista.<sup>15</sup>

A unidade da Igreja sofreu seu mais terrível golpe e ela jamais voltou a ser como era antes de 1517. Lutero abriu caminho para que outros teólogos ampliassem o campo da Reforma. Dentre eles, Calvino foi um dos mais ativos e influentes.

---

<sup>15</sup> CAMBI, 1999, p. 247.

## 2.2- JOÃO CALVINO

Filho de Gérard Cauvin, advogado dos padres e cônegos e também secretário do bispo e de Jeanne le Franc, Calvino nasceu em 10 de julho de 1509 em Noyon na Picardia, onde permaneceu até os quatorze anos. Noyon era uma cidade antiga, fundada em 500 d.C. já era sede de bispado, e por isso mesmo estava sobrecarregada de padres, monges, cônegos, capelães e de toda a espécie de empregados eclesiásticos, governados pelo poderoso bispo Charles de Hangest. Além da catedral, que dominava a vida na cidade, havia inúmeros mosteiros, conventos igrejas e capelas. Foi nesse ambiente amuralhado, de santuário e relíquias, festas, procissões, sinos e imagens que cresceu Calvino.

Em 1521, recebeu seu primeiro benefício eclesiástico. Foi nomeado para uma das capelas de *La Gesine*, e por ela recebia recursos suficientes para seus estudos. Frequentou o educandário para meninos em Noyon até 1523, quando se transferiu para Paris, a fim de prosseguir em seus estudos. Calvino chegou numa Paris já engajada na luta entre os que combatiam as novas idéias vindas de Wittenberg, como os teólogos da Sorbonne e os que a abraçavam, como o humanista Lefevre d'Étaples (1455-1536) o grande precursor do movimento reformador na França, e o grupo de Meaux. Iniciou seus estudos no *Collège de la Marche*, onde estudou francês e latim com o famoso professor Mathurin Cordier (1479-1564); após três anos transferiu-se para o Collège Montaigu – por onde passara também Erasmo de Roterdão (1469-1536) e Rabelais (1483-1553) – e ali estudou teologia, filosofia e gramática. Aos dezoito anos concluiu o curso e recebeu o grau de mestre. Em 1528 Calvino foi para Orleans, noventa quilômetros ao sul de Paris, para estudar leis com o conceituado jurista Pierre l'Étoile (1480-1537).

Em 1532 tornou-se bacharel em Direito (*licencié em lois*). Lá Calvino aprendeu o grego, língua do Novo Testamento, cujos textos pôde ler no original. Em 1531 retornou a Noyon para rever seu pai, já muito doente, que faleceu em maio desse mesmo ano. Calvino, que sempre acatou a vontade do pai, estava livre então para escolher os rumos de sua vida. Deslocou-se para Paris com esse propósito, e lá começou a escrever sua primeira obra, um ensaio sobre Sêneca, o filósofo romano contemporâneo do apóstolo Paulo. No final do ano de 1533, o novo reitor da Universidade de Paris, Nicolas Cop, em seu discurso de abertura do ano letivo à comunidade universitária, usando o texto: “Bem aventurados os humildes de espírito” dissertou sobre os Evangelhos e a graça gratuita de Deus, contra a perseguição daqueles que retornavam à Bíblia; citou Erasmo, cujas obras foram banidas pela Universidade de Sorbonne, cujos professores ficaram furiosos e logo convenceram o parlamento sobre os

perigos dessas idéias. Calvino foi atrelado ao conteúdo perigoso desse discurso, senão como seu autor, no mínimo como fornecedor das passagens usadas sobre Erasmo e Lutero. Acreditava ainda poder contribuir com uma reforma pacífica, liderada por intelectuais e eruditos.<sup>16</sup> Passou a ser perseguido pelas autoridades parisienses e só conseguiu escapar com a ajuda de amigos, disfarçado de camponês.

Calvino havia se familiarizado com as idéias Reformadas através da leitura dos escritos de Lefèvre, Lutero e Zuínglio. Discutia tais assuntos com seu primo Olivétan, quando eram ainda colegas de estudo. Também seu professor de grego Wolmar lhe falava dessas novidades. Ele mesmo, ao ler os originais grego e latino da Bíblia, deparou-se com os temas centrais da Reforma, como a justificação pela fé, por meio unicamente da Palavra. Na manhã de dezoito de outubro de 1534, cartazes que protestavam contra a missa católica-romana, apareceram em cidades como Neuchâtel, Orleans, Amboise e Blois.<sup>17</sup> Seu provável autor, segundo Boisset, foi um francês originário de Lejon, chamado Antoine Marcourt, que exercia em Neuchâtel as funções de pastor.<sup>18</sup>

Destacam-se desses cartazes quatro acusações: 1-A missa considerada pela Igreja como “sacrifício” ofende a Deus e diminui o sacrifício de Cristo, este sim o sacrifício verdadeiro; 2- a presença real de Cristo contraria as Escrituras; 3-a transubstanciação não passa de mera invenção; 4- a ceia não era mais que uma comemoração de caráter comercial e não um milagre, como pretendia a Igreja.<sup>19</sup> O rei Francisco I, cujo nome tinha sido mencionado nos cartazes, pressionado pelos católicos, resolveu responder a esses “insultos” com a força. O caso dos cartazes (*affaire de placards*), como ficou conhecido, encheu as prisões e alimentou as fogueiras, tornando a França um lugar muito perigoso para os protestantes. Muitas pessoas foram queimadas.<sup>20</sup> Esse episódio assegurou definitivamente à Sorbone, contrária às idéias protestantes, o apoio do rei. A França mergulhou num clima de guerra que, obviamente, soterrou qualquer possibilidade de conciliação entre católicos e protestantes.<sup>21</sup>

Saindo de Paris Calvino refugiou-se em Basiléia, de onde recebia notícias da França sobre as perseguições. Ninguém podia defender os protestantes, que estavam sem voz para

---

<sup>16</sup> Cf. SCHMIDT, 1957, p. 27.

<sup>17</sup> Era comum usar esse tipo de impresso como forma de protesto e manifestação de idéias. Cf. HARI, 1957, p. 110.

<sup>18</sup> Cf. BOISSET, 1971, p. 49.

<sup>19</sup> Cf. HARI, 1957, p. 79-142.

<sup>20</sup> A primeira delas foi um paralítico conhecido como Barthélemi Milon, vulgarmente chamado Berthelot. Estienne de la Forge, um rico mercador e amigo de Calvino foi executado em 16-02-1535. Cf. HARI, 1957, p. 99.

<sup>21</sup> HARI, 1957, p. 141.

driblar o ódio da coroa e de seu exército, mas um exilado o faria. Daí em diante Calvino decidiu escrever sua obra-prima: A **Instituição**, endereçada ao rei Francisco I. Originalmente escrita em latim, logo foi pelo próprio Calvino traduzida para o francês, pois era de seu interesse esclarecer a fazer chegar ao povo comum a “verdadeira” palavra de Deus. Esse livro teve o mérito de ser uma obra mais didática do que propriamente original; nela Calvino sistematizou e ordenou o pensamento protestante disperso em várias correntes luteranas e zuinglianas<sup>22</sup>.

Na esperança de que os refugiados voltassem aos seus lares e à sua antiga crença, o Rei concedeu uma trégua de seis meses, no ano de 1536, quando Calvino aproveitou para retornar a Paris. Nomeou seu irmão mais novo, Antoine, como seu advogado para representá-lo na liquidação da propriedade familiar em Noyon. Logo depois deixou a França em busca de um lugar mais seguro, Estrasburgo talvez. Como era uma cidade livre, Calvino esperava que aí estaria em paz para escrever e divulgar a nova fé. A estrada para essa cidade, no entanto, estava muito perigosa, em função da guerra entre o Rei Francisco I e o Imperador Carlos V. Era preciso uma outra rota, mais ao sul, passando por Genebra.

Guilherme Farel (1489-1565), o homem responsável pela conversão de Genebra ao Protestantismo em 1535 e líder religioso da cidade, ficou sabendo da presença do autor da **Instituição**. Destemido nas frentes de combate e nas trincheiras abertas pela Reforma, Farel sentia-se incapaz para o trabalho de consolidação e organização que a nova igreja reclamava. A aceitação teórica do pensamento reformador não se reverteu automaticamente na vida prática dos genebrinos. Era preciso consolidar a nova crença e buscar a sua aplicação no mundo material, e isso requeria muito mais do que Farel dispunha. Calvino, jovem, brilhante, cujo preparo em direito o capacitava para tratar com os conselhos bem como com as facções da cidade, podia ser o líder nessa difícil empreitada.

Convidado por Farel, Calvino, entretanto, relutou em ficar: pretextou paz e sossego para se dedicar ao trabalho intelectual, que muito lhe agradava. Considerava-se tímido e incapaz para tal tarefa, porque estava mais inclinado aos estudos teóricos do que aos embates práticos. Farel, furioso e inconformado, amaldiçoou a tranqüilidade egoísta do jovem francês em face das preciosas tarefas que o aguardavam em Genebra para o estabelecimento da nova fé. Pediu a Deus que não lhe concedesse o sossego almejado, pois esse era um sossego maldito, uma vez que abandonaria a causa santa do Cristo para satisfazer a um capricho pessoal. “Convencido” a ficar na cidade, logo Calvino se incomodaria com os costumes

---

<sup>22</sup> Cf. FEBVRE, 1971, p. 172.

infelizes de sua nova igreja, distante da dignidade que, segundo ele, deveria reinar numa cidade protestante e entregue à nova fé. Começou a redigir uma confissão que foi levada ao Pequeno Conselho, na qual se estabeleciam algumas normas a serem seguidas pelo povo.<sup>23</sup> Muitos cidadãos juraram fidelidade às verdades dessa Confissão de Fé; outros, no entanto, irritaram-se com a intromissão desse francês na vida livre do povo. Tanto libertinos quanto nacionalistas se opunham a qualquer subjugação e limitação da liberdade, que a custo e recentemente haviam conquistado.<sup>24</sup>

A insatisfação popular crescia na medida em que as exigências morais dos novos líderes religiosos aumentavam, num esforço para “evangelizar” a população. O povo foi chamado a votar uma *Instrução e confissão de fé de uso na Igreja de Genebra*, num processo que, segundo Jean Boisset, custaria a permanência de Calvino na cidade.

Não se processou sem dificuldades a discussão do documento apresentado para votação: a disciplina proposta por Calvino era muito rígida para uma cidade como Genebra onde a liberdade se aproximava bastante da dissolução. Questões políticas e eleições não contribuíam para esclarecer as coisas e os reformadores tiveram de abandonar a cidade devido a uma questão de prática cultural à qual o Conselho respondia de modo positivo e Calvino de modo negativo: a ceia deve ou não ser distribuída a todos que se apresentam para recebê-la?<sup>25</sup>

A situação ficou insustentável para Calvino e Farel quando, no domingo de Páscoa de 1538, ao ocuparem o púlpito da igreja de Rive, homens saltaram em sua direção brandindo espadas para matá-lo, mas Calvino foi protegido por seus amigos. Na segunda-feira seguinte o Conselho dos Duzentos deu prazo de três dias para que Farel e Calvino deixassem a cidade. Calvino foi para Estrasburgo, onde as igrejas protestantes pareciam viver num clima de paz, onde era possível o diálogo amistoso entre luteranos, zuinglianos e anabatistas<sup>26</sup>. Nessa cidade ele permaneceu durante três anos de sua vida, aliás com muita tranqüilidade, se comparados

---

<sup>23</sup> Genebra era administrada por vários conselhos; o principal deles era o Pequeno Conselho (Petit Conseil), com 25 integrantes, dos quais: 4 síndicos do ano mais 4 síndicos do ano anterior (8 membros), um tesoureiro e mais 16 cidadãos eleitos; Conselho dos Sessenta (Conseil des Soixante) e o Conselho dos Duzentos (Conseil des Deux Cents ou Grand Conseil). Aos pastores não era permitido ser membro dos conselhos, tampouco aos estrangeiros que chegavam a ser cidadãos. Cf. SILVESTRE, 2002, p. 30.

<sup>24</sup> Genebra possuía uma aristocracia composta pelas antigas famílias importantes e algumas dos novos ricos. Esse grupo de pessoas era politicamente poderoso e gozava de grande *status* devido à sua tradição. Tornaram-se conhecidos em livros sobre Genebra como os “Libertinos”. Cf. WALLACE, 2003, p. 51.

<sup>25</sup> BOISSET, 1971, p. 56-7.

<sup>26</sup> Também chamados aqueles que se batizam de novo, membros de um movimento radical do século XVI. Seu princípio mais distinto era o batismo de adultos. Eles consideravam a confissão pública do pecado e da fé, ratificado pelo batismo adulto, como o único batismo real. Os anabatistas obviamente, negavam que eles eram rebatizados. Eles repudiavam o próprio batismo infantil como uma mera formalidade blasfema. Cf. Encyclopaedia Britannica. 1993. Verbete: ANABAPTISTS.

com os tempos de Genebra. Sturm (1507-1589)<sup>27</sup> confiou a Calvino a pregação aos refugiados franceses. Ali Calvino conheceu anos de paz, o que acabou sendo para ele anos de muito aprendizado, pois passou a lidar com pessoas de várias classes, desde os mais humildes refugiados até grandes mestres e teólogos.<sup>28</sup> Em 1540 Calvino se casou com Idelete de Bure, refugiada francesa, viúva com dois filhos.

Dezenas de cartas vindas de Genebra chegavam a Estrasburgo para Calvino, suplicando, então, a sua volta. A cidade estava mergulhada num caos indesejável para seus administradores, por isso seus conselheiros, bem como muitos cidadãos da cidade, queriam o retorno daquele que pregava e exigia o cumprimento da ordem social e a prática das máximas cristãs reformadas. Os genebrinos depositaram no antigo pregador a sua única esperança de ser retomado o controle da situação e evitada a completa anarquia. Calvino demandou, no entanto, a mudança de costumes. Numa de suas cartas ele advertia: “Se vocês desejam ter-me como seu pastor, corrijam a desordem de suas vidas. Se vocês me chamaram com sinceridade do meu exílio, os crimes e a libertinagem que prevalecem entre vocês devem ser banidos”.<sup>29</sup> Ele retornou para Genebra em 1541, convencido de que agia em conformidade com os desígnios divinos, para a salvação daquela comunidade. Formulou as **Ordenanças Eclesiásticas**, documento que foi submetido aos conselhos e ao povo, que o aprovaram rapidamente, no domingo dia 20 de novembro de 1541. Nele eram estabelecidas quatro funções dentro da igreja: ministro, doutor, presbítero e diácono. Obviamente que a aprovação teórica exigiu esforços bem menores do que sua aplicação prática, e isso Calvino começou a perceber logo em seguida.

Seus inimigos estiveram sempre ativos e logo atacaram as pretensões dessas novas ordens. Embora a melhora de temperamento, que o convenceu da inutilidade da intransigência em pequenas intrigas ou em discussões secundárias, Calvino não pôde se furtar de enfrentar essa oposição, que sempre procurou anular seus esforços para implantar uma comunidade verdadeiramente evangélica. Os libertinos, que se compraziam nos gozos menos cristãos, os quais Calvino e sua igreja lutavam para combater, aliavam-se a todo e qualquer inimigo aos pregadores de Genebra que surgisse. Liderados por Perrin, aumentaram suas cadeiras nos conselhos, onde o próprio Perrin foi eleito síndico, crescendo também a audácia e o poder desse grupo que se contrapunha a Calvino. Somente após os anos de 1550 é que a oposição ao Reformador se enfraqueceu, o que lhe permitiu maior poder de ação.

---

<sup>27</sup> Educador alemão fundador do *Gymnasium* em Estrasburgo que se tornou modelo para as escolas secundárias nos países protestantes durante a Reforma. Cf. Encyclopaedia Britannica. 1993. Verbete: JOHN STURM.

<sup>28</sup> SILVESTRE, 2003, p. 101.

<sup>29</sup> CALVINO, 1541 apud BEZA, 1998, p. 269.

Sua atividade teórica e intelectual, no entanto, continuou ininterruptamente a ser produzida. Desde seu primeiro trabalho: **Comentário sobre o De Clementia de Sêneca**, em 1532, Calvino foi por muitos estudiosos considerado um humanista. Segundo Boisset, esse foi um “[...] sólido trabalho de um humanista muito jovem e brilhante.”<sup>30</sup> Além disso, “através de toda sua vida, ele teve um profundo compromisso com aquilo que é humano.”<sup>31</sup> Os valores do homem são temas de interesse para Calvino porque se inserem no contexto global da criação divina. Não era um humanismo voltado para a exaltação do homem como ser autônomo, mas um humanismo que valorizava o homem como obra divina.

Se os estudos humanísticos eram caros a Calvino pelo fato de favorecerem os desenvolvimentos das virtudes humanas, se as ciências devessem ser cultivadas como dons de Deus, os humanistas deviam opor-se àqueles que pensavam que as artes e as ciências podiam ser empregadas como se fossem suficientes em si mesmas. Era estranho à mente de Calvino o pensamento de que as artes e as ciências podiam estar livres da religião.<sup>32</sup>

Noventa e seis obras compõem hoje toda sua monumental produção. Mais de dois mil sermões e uma infinidade de cartas. A obra de Calvino é imensa: ele escreveu comentários sobre quase toda a Bíblia em latim e em francês, além de inúmeras cartas, tratados e exortações. De todos esses escritos, o mais importante, sem sombra de dúvida, é sua **Instituição**, que resume todo o seu pensamento e, também, contém em linhas gerais toda a teologia Reformada. Fundou a Academia de Genebra, a primeira Universidade nos moldes protestantes a ser estabelecida no mundo. Calvino escreveu a Paris e a outros lugares convidando os principais professores protestantes para lecionar na nova escola. Teodoro de Beza (1519-1605), primeiro reitor, fez a palestra de abertura no dia 5 de junho de 1559. A fundação da Academia consolidou ainda mais a posição de Genebra como centro da Reforma e da formação intelectual dos novos pregadores. Desse centro, missionários saíam para toda a Europa. Calvino morreu no dia 27 de maio de 1564, deixando um conjunto de ensinamentos que pôde ser organizado numa doutrina (Calvinismo) cujos seguidores passaram a ser conhecidos como calvinistas.

---

<sup>30</sup> BOISSET, 1971, p. 57.

<sup>31</sup> KNUDSEN, 1990, p. 14.

<sup>32</sup> KNUDSEN, 1990, p. 14.

### 2.3- CALVINISMO.

O Calvinismo é uma entre as muitas variedades do protestantismo, e como tal precisa ser claramente definido. O termo é historicamente usado para designar aquelas denominações protestantes que aceitaram os credos reformados, distinguindo-se das interpretações luteranas, anabatistas ou zuinglianais. Algumas vezes esse termo foi usado para designar aqueles que adotaram a doutrina da predestinação, ou, como Abraham Kuyper prefere, confessional. “[...]neste sentido, um calvinista é representado exclusivamente como o subscritor sincero do dogma da predestinação”.<sup>33</sup> Na França e na Hungria o termo Calvinismo era usado pela maioria católica para designar a minoria protestante. Kuyper utiliza o termo sectário para designar essa definição de Calvinismo, pois, lembra ele, na Hungria “[...]os membros da Igreja Reformada são constantemente estigmatizados pelo nome não oficial de “calvinistas”, um nome pejorativo aplicado até mesmo àqueles que se despojaram de todos os traços de simpatia com a fé de seus pais”.<sup>34</sup>

Em 1618 foi convocado um Sínodo nacional para se reunir em Dort, na Holanda, pelos Estado Gerais daquele país. Consta de 84 membros e 18 representantes seculares, com o fim de combater as idéias de James Arminius (1560-1609) e seus seguidores. Eles queriam que fossem revistos os símbolos oficiais das Igrejas da Holanda. Conhecido como Sínodo de Dort, nele se estabeleceu o princípio de fé que foi aceito por quase todas as Igrejas Reformadas da Europa. Esses princípios ficaram conhecidos como os Cinco Pontos do Calvinismo, em oposição aos cinco artigos defendidos pelos simpatizantes de Arminius. Neles se estabelecem que: 1- o homem não possui livre-arbítrio e não pode por seus próprios esforços adquirir a salvação (corrupção total do homem); 2- Deus escolheu desde a fundação do mundo aqueles que seriam salvos (eleição incondicional); 3- a obra redentora de Cristo tornou possível a salvação somente para os eleitos (expição limitada); 4- O Evangelho é um convite externo a todos, enquanto o Espírito Santo faz uma chamada interna apenas aos eleitos (graça irresistível) e 5- aqueles que foram eleitos jamais perdem a graça concedida eternamente por Deus (perseverança dos santos).<sup>35</sup>

O termo Calvinismo também é aplicado ao conjunto de doutrinas extraídas diretamente dos ensinamentos de Calvino. É claro que, se pudesse, o próprio Calvino desaprovava tal denominação, como bem lembrou Kuyper: “[...]sem dúvida, esta prática teria

---

<sup>33</sup> KUYPER, 2002, p. 21.

<sup>34</sup> KUYPER, 2002, p. 20.

<sup>35</sup> Cf. SANTOS, 2004, p. 1-5.



sido severamente criticada pelo próprio Calvino. Durante seu tempo de vida nenhuma Igreja Reformada jamais sonhou em dar nome de algum homem à Igreja de Cristo. Os luteranos têm feito isto, as Igrejas Reformadas nunca”.<sup>36</sup> Para Benjamin Warfield, e é também o conceito que preferimos, o Calvinismo pode ser definido como:

O Corpo completo de concepções teológicas, éticas, filosóficas, sociais e políticas, que, sob a influência da mente mestra de João Calvino, elevaram-se a si mesmas ao ponto de alcançar domínio em terras protestantes na época posterior a Reforma, e que deixou uma marca permanente não só sobre o pensamento da humanidade, mas também sobre a vida da história dos homens, a ordem social dos povos civilizados, incluindo as organizações políticas dos Estados. [tradução nossa]<sup>37</sup>

O Calvinismo que aqui queremos definir é, sobretudo, aquele que pode ser estudado na **Instituição**. Nesse sentido, “o primeiro princípio do Calvinismo é o reconhecimento da Escritura como a Palavra de Deus. Este foi o princípio formal da Reforma Protestante estabelecida em todos os credos Calvinistas e o fim de toda contradição em todos os escritos próprios de Calvino”.<sup>38</sup> As Escrituras não eram apenas o caminho seguro para Deus, mas também dotavam o homem da capacidade de interpretar a realidade como um todo e a existência do próprio homem em particular. Para Calvino, a vontade de Deus era a fonte de toda a existência, que, no entanto, não se confinava aos interesses da Igreja e da salvação da alma, mas se estendia à “[...] esfera social, política, científica, jurídica, estética e moral tanto quanto espiritual”.<sup>39</sup> Por isso se diz que o Calvinismo tem sido designado como uma cosmovisão, “[...]posto que fala significativamente da relação do homem para com Deus, com o homem e com o cosmos”.<sup>40</sup>

O Calvinismo é “[...]uma unidade, um organismo vital de pensamento que emerge de uma concepção dominante de Deus e suas exigências sobre o homem”.<sup>41</sup> Não é a doutrina da predestinação, o princípio formativo do Calvinismo. Essa teoria não é senão a consequência natural da idéia raiz do Calvinismo, ou seja, seu elevado teísmo. A própria idéia da predestinação em si não pode caracterizar o Calvinismo, pois ela “[...]foi parte daquele grande avivamento do Agostinianismo que caracterizou a Reforma completa em todos os seus ramos. Não havia disputa entre os reformadores sobre esse ponto; todos eles se submeteram a esta

---

<sup>36</sup> KUYPER, 2002, p. 22.

<sup>37</sup> WARFIELD, 1931, p. 353.

<sup>38</sup> VAN TIL, 2004, p. 3.

<sup>39</sup> VAN TIL, 2004, p. 3.

<sup>40</sup> VAN TIL, 2004, p. 3.

<sup>41</sup> VAN TIL, 2004, p. 4.

doutrina escritural cordialmente”.<sup>42</sup> Dessa forma, tanto a predestinação não deve ser considerada exclusivamente calvinista quanto a justificação pela fé unicamente luterana. Nesse ponto Elton (1982) também concorda que “A predestinação não é só uma derivação lógica do conceito de Deus onipotente, fundamental para a cristandade; encontra-se em São Paulo e Santo Agostinho, foi renunciado por Lutero e mais explicitamente acentuada por Bucer. Não é certamente uma invenção de Calvino”.<sup>43</sup> No Calvinismo a predestinação não deve ser tida como um princípio formativo ou de ponto de partida do pensamento Calvinista,<sup>44</sup> pelo simples fato de que o Calvinismo não coloca o homem e sua salvação como o epicentro de sua teologia, mas “busca em todas as coisas ver a realidade à luz do ser e da glória de Deus”.<sup>45</sup>

O consenso entre os modernos estudiosos calvinistas é de que o princípio básico do Calvinismo é justamente esse soberano e absoluto poder de Deus. Por soberania entende-se aqui o pleno direito de governar o mundo e de fazer o que lhe apraz, já que Deus é o criador. “Pois dele e por meio dele e para Ele são todas as coisas”.<sup>46</sup> Como essa vontade e esse agir no mundo está assentada na sabedoria infinita de Deus, não é dado ao homem questionar ou querer entender essa vontade. “A religião baseada na soberania de Deus é a religião cujo propósito e interesse se centra em Deus. Tal religião é direta, coloca o homem em uma relação imediata com Deus. É todo abarcadora, que se estende a todas as facetas da vida humana, não meramente a adoração externa e a piedade pessoal”.<sup>47</sup> Esse não é um conhecimento de Deus de maneira especulativa e filosófica, mas pautada exclusivamente na Palavra revelada na Bíblia, já que “o conhecimento natural só pode fornecer algumas noções, aliás não necessariamente inexatas, mas sempre imperfeitas, da divindade.”<sup>48</sup> Para Kuyper, a idéia central do Calvinismo é “a convicção de que o todo da vida do homem deve ser vivido como na presença divina”.<sup>49</sup> Porque Deus tem efetivamente o total controle de nossas vidas, como dizia Calvino, Ele “tem todas as coisas em seu poder, controladas por sua sabedoria e (...) absolutamente nada pode acontecer que já não esteja ordenado”.<sup>50</sup>

O Calvinismo tornou-se um movimento internacional. Na Suíça, as idéias de Calvino foram aceitas por todas as igrejas, com a promulgação da Segunda Confissão Helvética de

---

<sup>42</sup> VAN TIL, 2004, p. 4.

<sup>43</sup> ELTON, 1982, p. 173.

<sup>44</sup> Cf. DANIEL-ROPS, 201, p. 390. e MARTINA, 1995, p. 149.

<sup>45</sup> VAN TIL, 2004, p. 5.

<sup>46</sup> CALVINO, Inst, I, XVI, 1.

<sup>47</sup> VAN TIL, 2004, p. 6.

<sup>48</sup> BOISSET, 1971, p. 62.

<sup>49</sup> KUYPER, 2002, p. 34.

<sup>50</sup> CALVINO, Inst, I, XVII, 11.

1566. Na França, o crescimento das igrejas reformadas após o primeiro sínodo naquele país, em 1559, foi espetacular. “Os fatos falam por si mesmos: havia somente 5 igrejas organizadas em 1555 (em Paris, Meaux, Angers, Poitiers e Loudun), perto de quatro anos depois, quando se reuniu o Primeiro Sínodo Nacional em Paris, em 1559, havia cerca de cem igrejas; no ano de 1562, que marca o início das guerras religiosas, o número de igrejas chegou a 2.150.”<sup>51</sup> Pierre Courthial defende a tese de que, não fossem as perseguições sofridas pelos simpatizantes da Reforma, a França contaria com um número muito maior de adeptos das doutrinas reformadas, sobretudo calvinistas, isso porque “muitos huguenotes<sup>52</sup> naqueles dias, quer estivessem visitando quer estivessem de viagem, levavam no bolso de seu grande casaco uma Bíblia em francês ou uma cópia das **Institutas**, pessoalmente anotadas e com as passagens-chaves sublinhadas, ou levavam, ainda, algum folheto reformado de Genebra ou Basiléia!”<sup>53</sup>

Na Alemanha o Catecismo de Heidelberg, organizado por Zacarias Ursinus e Gaspar Olevianus, em 1563, se não serviu para expandir o Calvinismo naquele país além dos seus modestos números, foi, no entanto, uma valorosa contribuição para o Calvinismo nos Países-Baixos. “Através de seu ensino regular aos jovens e de sua pregação às congregações, os ministros da Reforma fizeram dela uma ferramenta importante para imprimir a fé da Reforma nos holandeses.”<sup>54</sup>

Desde a execução de Patrick Hamilton em 1528, os pontos de vista protestantes se disseminaram na Escócia. John Knox transportou para lá a doutrina calvinista e o sistema organizacional eclesiástico estabelecido na Igreja de Genebra, que caracterizou esse movimento como presbiterianismo. Por esse sistema não eram os bispos os responsáveis pela direção da Igreja, mas a assembleia de presbíteros (os mais velhos). No seu Livro da Disciplina (**Book of the Discipline**) de 1560, Knox fala da necessidade da criação de escolas e universidades, buscando com isso a universalização do conhecimento útil à religião e ao Estado.

Em 1555 um grupo de seiscentos franceses aportaram na baía de Guanabara sob a liderança de Villegaignon, que logo solicitou de Genebra o envio de ministros para

---

<sup>51</sup> COURTHIAL, 1990, p. 89.

<sup>52</sup> Todo e qualquer protestante na França dos séculos XVI e XVII, muitos dos quais sofreram severas perseguições por sua fé. A origem do nome é incerta, mas ele parece ter surgido da palavra *aignos*, derivado do alemão *Eidgenossen* (confederados unidos por juramento), usado para descrever, entre 1520 e 1524, os patriotas de Genebra contrários ao duque de Savóia. O termo huguenote também pode ter sido influenciado por um nome pessoal *Hugues*, Besançon Hugues, um dos líderes do Movimento de Genebra. Cf. Encyclopaedia Britannica, 1993. Verbete: Huguenots.

<sup>53</sup> COURTHIAL, 1990, p. 90.

<sup>54</sup> GODFREY, 1990, p. 120.

estabelecer a ordem e trazer religião aos colonos. A igreja de Genebra enviou, em 1556, ministros para o Brasil, mas devido a vários problemas que surgiram na colônia, Villegaignon expulsou os calvinistas, mandando matar a maioria deles. Esse fato passou para os anais da história como o “Martírio da Guanabara”. A narração desse fato serve para mostrar a importância que a evangelização tinha para Calvino, mesmo que ela não tenha representado um aspecto positivo no que tange aos frutos da conversão.<sup>55</sup> Calvino pretendeu mudar o homem e o mundo onde esse homem vivia, quer seja na Europa, África ou mesmo a recém-descoberta e inóspita América. Lembramos apenas alguns dos países em que o Calvinismo penetrou para dar uma noção de sua expansão internacional.

---

<sup>55</sup> Cf. BARRO, 1998, p. 47.

### 3- TEORIA E PRÁTICA DO PENSAMENTO DE CALVINO

Após as definições preliminares sobre o Calvinismo, abordados no capítulo anterior, partimos para a avaliação de seu conteúdo teológico sintetizado na **Instituição** para podermos, a partir daí, apreciar o pensamento desse teólogo. Para Emile Léonard, Calvino não somente influenciou áreas diversas da teologia, mas foi, além disso, o fundador de uma civilização. A disciplina, a ordem e a lógica, adquiridas por seus estudos jurídicos marcaram toda sua vida. “Assim se desenvolveu nele o gosto pela ordem tão característica de seu pensamento e de sua atividade: se, entre Lutero, o amor é o atributo essencial de Deus, para Calvino é a ordem, para quem o pecado é antes de tudo ‘loucura’, ‘leviandade’ e ‘desordem’.”<sup>56</sup> Talvez por isso tenha afirmado Giacomo Martina que:

O mérito de Calvino não consiste em sua originalidade, mas na sistematização orgânica das teses dos reformadores precedentes, muitas vezes desordenadas e, normalmente, justapostas. A *Institutio Christianae Religionis* constituiu, por isso, no campo protestante, o que *Summa* tomista representa para os católicos.<sup>57</sup>

Sem dúvida nenhuma, essa foi uma das grandes obras daquele século. A **Instituição** provou definitivamente que o protestantismo viria para ficar. A importância que o conhecimento tinha para Calvino fica evidente quando folheamos sua obra-prima. Na verdade, percebe-se que toda ela gira em torno de Deus. O conhecimento de Deus e, por extensão, do próprio homem, deve ser a busca principal de todos os cristãos, defendia Calvino. Em razão disso fazemos uma breve apresentação desse tema, ou seja, do conhecimento de Deus e do homem neste capítulo, que se encerra com as repercussões do Calvinismo na sociedade. Em que áreas houve contribuição dessa teologia, para sua dinâmica e seu aprimoramento? Falamos de cultura, economia e política. Aqui queremos demonstrar o quanto essa doutrina serviu aos propósitos de Calvino, que concebia, em sua teologia, um mundo integral, ou seja, espiritual e material. Desse modo, Deus e religião eram assuntos tão necessários ao regime espiritual quanto ao regime material.

---

<sup>56</sup> LÉONARD, 1961, p. 269.

<sup>57</sup> MARTINA. 1995. p. 149.

### 3.1- A INSTITUIÇÃO DA RELIGIÃO CRISTÃ E A TEOLOGIA DE CALVINO

A primeira edição surgiu em Basileia, no ano de 1536. Era um livro de 516 páginas, contendo apenas seis capítulos, e era de tal modo pequeno que cabia tranquilamente nos amplos bolsos que se usavam antigamente, podendo dessa forma circular dissimuladamente por toda a França. Os quatro primeiros capítulos falavam sobre a lei, o Credo, o Pai-Nosso e os sacramentos. Os dois últimos faziam um resumo do que pensavam os protestantes a respeito dos “falsos sacramentos” romanos e da liberdade cristã. O êxito dessa obra foi imediato e surpreendente. Esgotou-se em apenas nove meses, e, por ter sido publicada em latim, estava acessível a leitores de várias nacionalidades. Depois disso, Calvino passou a preparar edições sucessivas da **Instituição**, que foi aumentando conforme os anos passavam. “As diversas polêmicas da época, as opiniões de vários grupos que Calvino considerava errados e as necessidades práticas da Igreja, foram contribuindo para o crescimento da obra”.<sup>58</sup>

De 1536 até sua última edição, datada de 1560, a obra-prima de Calvino foi reeditada mais oito vezes. O texto definitivo difere muito do pequeno manual de doutrina que Calvino pensou em publicar na sua primeira versão. Dos primeiros seis capítulos de 1536, outros setenta e quatro foram acrescentados, totalizando oitenta capítulos, divididos então em quatro volumes, totalizando quase mil e quinhentas páginas. O primeiro livro trata sobre Deus e sua revelação, sobre o homem e sua natureza. O segundo livro fala de Deus como o redentor e o modo como podemos conhecê-Lo, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. O terceiro livro fala de como, pelo Espírito, podemos participar da graça de Jesus Cristo e dos frutos que Ele produz. O quarto livro trata das formas externas de participarmos dessa graça. A Igreja e os sacramentos também estão incluídos no quarto volume. Nota-se por toda a obra um profundo conhecimento não apenas das Escrituras mas também de antigos escritores cristãos, sobretudo Santo Agostinho. “Sem dúvida alguma, esta foi a obra-prima de teologia sistemática protestante em todo esse século”.<sup>59</sup>

Endereçada ao rei Francisco I para que ele pudesse conhecer o ponto de vista daqueles que estavam sendo perseguidos na França por causa de sua conversão à fé Reformada, ela devia ser usada para instruir o povo francês, carente, segundo ele, de verdadeiro conhecimento e sedento de Cristo. Foi, portanto, um livro elaborado para defender a causa

---

<sup>58</sup> GONZALEZ, 1983, p. 111.

<sup>59</sup> GONZALEZ, 1983, p. 112.

protestante, que passava por graves dificuldades na França. Nesse livro Calvino expressou sua teologia e os pontos divergentes com a Igreja Romana. Os sacerdotes, que zelavam, segundo ele, não pela verdadeira religião, mas pelo seu primado e sua dominação sobre as massas, foram acidamente criticados. Quando pregava que a fé Reformada não estava baseada na tradição da Igreja nem nos milagres, Calvino afirmava que essa não era uma fé nova, mas a do próprio Cristo que se restaurava. “Por certo que estou bem longe de duvidar que seja nova àqueles a quem tanto Cristo é novo, quanto novo é o Evangelho.”<sup>60</sup>

Calvino não aceitava a crítica daqueles que exigiam dos novos cultos a realização de milagres como sinais de sua verdade: “não estamos nós a forjar algum Evangelho novo, ao contrário, retemos aquele mesmo à confirmação de cuja verdade servem todos os milagres que outrora operaram Cristo como os Apóstolos”.<sup>61</sup> Antes dos milagres, é preciso observar o conteúdo da doutrina, já que até o próprio Satanás pode simular milagres e fazer prodígios. A Igreja acusava os Reformadores de exceder ao que os patrísticos haviam estabelecido no tocante à fé, o que Calvino contestou, devolvendo a mesma acusação. “Patrístico era o que, em se tratando de matéria obscura, asseverou ser temeridade decidir por uma ou outras das partes sem testemunhos claros e evidentes da Escritura. Deste limite eles (a Igreja) se não esqueceram, quando, à parte de qualquer palavra de Deus, promulgaram tantas constituições, tantos cânones, tantas determinações magisteriais”.<sup>62</sup>

A luta dos Reformadores não era contra a “verdadeira Igreja” de Cristo, que permaneceu viva e inviolável, mas contra uma parte da Igreja que se desviou e que continuou em erro pela interferência dos homens. Para além dessa Igreja visível e corrupta ergue-se, segundo eles, uma Igreja invisível e imaculada, pois não sofre a intervenção da mão humana. Essa é, segundo eles, a “verdadeira Igreja”, que precisava ser restaurada.

Nestes pontos nos gira a controvérsia primeiro, que contêm eles que a forma da Igreja se faz sempre concreta e é visível, segundo, que identificam a própria forma com a Sé da Igreja Romana e a ordem de seus prelados. Nós afirmamos, em contrário, não somente que a Igreja pode subsistir sem nenhuma expressão visível, nem se lhe contém a forma nesse esplendor externo que estultamente admiram, mas, em marca bem outra, a saber, na pregação pura da palavra de Deus e na legítima administração dos sacramentos.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> CALVINO, Inst, I, Introdução.

<sup>61</sup> CALVINO, Inst, I, Introdução.

<sup>62</sup> CALVINO, Inst, I, Introdução.

<sup>63</sup> CALVINO, Inst, I, Introdução.

Calvino conclui a introdução apelando para que o rei faça uma análise da obra, e assim julgue com mais justiça. Essa carta ao rei foi mantida em todas as outras edições da **Instituição**, mesmo após a morte desse soberano. Calvino apresenta no prefácio, na sua primeira versão francesa, o propósito da mesma, ou seja, ajudar aqueles que queiram compreender as Escrituras. É um sumário da doutrina Cristã com objetivo pedagógico, para ensinar tanto o Antigo quanto o Novo testamento.

### 2.1.1- Do Livre-Arbítrio

Alguns pais da Igreja pregavam a existência, no homem, da capacidade de escolher o seu destino e de modificá-lo, ou seja, de livremente escolher entre o certo e o errado, o justo e o injusto, o bem e o mal; em outras palavras, que o homem gozava de um livre arbítrio. Para os Reformadores, principalmente para Calvino, a questão do livre-arbítrio está atrelada à sua concepção do Deus todo-poderoso que a tudo governa no céu e na terra. Segundo essa idéia, Deus predestina o futuro de sua obra num esquema perfeito, onde tudo está sob Seu controle. Conseqüentemente, nem o acaso, nem a sorte ou qualquer movimento acidental tem existência real, inclusive para toda e qualquer ação humana. Para Calvino a vontade, no homem, não era livre, pelo menos segundo o conceito de Santo Agostinho. Para ele, livre-arbítrio é “[...]a faculdade da razão e da vontade pela qual assistindo-o a graça, se escolhe o bem, deixando ela de assistí-lo escolhe-se o mal.”<sup>64</sup> O homem não pode ser suficientemente livre para executar as boas obras, a não ser que ele seja assistido pela graça, que é uma dádiva exclusiva dos eleitos e não derramada sobre todos. Dizer que o homem é livre quando age mal não é dizer que ele possui livre-arbítrio.

Deste modo, portanto, dir-se-á dotado o homem de livre-arbítrio: não porque tenha livre escolha do bem e do mal, igualmente; ao contrário, porque age mal por vontade, não por efeito de coação. Por certo que isto soa muito bem, mas, a que servia etiquetar com título tão pomposo coisa de tão reduzida monta.<sup>65</sup>

Lutero também negava a existência do livre-arbítrio, levando-o a um sério debate com Erasmo sobre o assunto em 1524-5.<sup>66</sup> Para ele também as boas obras só poderão brotar do

<sup>64</sup> CALVINO, Inst, II, II, 7.

<sup>65</sup> CALVINO, Inst, II, II, 7.

<sup>66</sup> Para a polêmica entre Lutero e Erasmo acerca do livre-arbítrio, consultar: ARNAUT DE TOLEDO, Cézar Alencar. **Instituição da Subjetividade Moderna: A contribuição de Inácio de Loyola e Martinho Lutero**. 1996. Tese de Doutorado. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp.



coração humano se esse tiver sido transformado pela graça de Deus, sem a qual só o mal produzirá. O livre-arbítrio do homem, sem a graça de Deus, é um instrumento ineficaz, assevera Lutero.

O que é uma força ineficaz senão claramente força nenhuma? Dizes pois, que o livre-arbítrio existe e tem certa força, porém ineficaz, é aquilo que os sofistas chamam 'contradição em si mesmo', como se dissessem que existe um livre-arbítrio que não é livre, como se dissessem que o fogo é frio e a terra é quente.<sup>67</sup>

Segundo Calvino, o homem perdeu sua liberdade quando se entregou ao pecado, depravando sua natureza, e desde então só se envereda para o erro e a perdição. Mesmo se admitirmos que assim age por sua conta e risco, não é correto, segundo ele, denominar essa capacidade de ação, de livre-arbítrio. Por desconhecer a si mesmo, dizia Calvino, é que o homem acaba se vangloriando de coisas que não lhe pertencem, pois é em si somente pecado. “Quem mais entendimento se atribui, tanto mais cego é que não reconhece sua cegueira”.<sup>68</sup>

A miserabilidade da condição humana torna o homem, aos olhos de Calvino, um ser que jamais buscará a virtude. Sua natureza o impele sempre para aquilo que é impuro, pois a vontade humana é serva do pecado, e só por meio da ação de Deus é que ele se liberta. “Isto é, o simplesmente querer, é do homem; querer mal, da natureza corrompida; querer bem, da graça”.<sup>69</sup> Daí porque temos necessidade da graça de Deus para nossa salvação. Calvino utiliza os mesmos argumentos já apresentados por Lutero em sua disputa com Erasmo sobre o problema do livre-arbítrio, em 1525. Lutero defendia que: “[...] o que não é feito pela graça de Deus não é bom. Segue-se, por isso, que sem a graça de Deus o livre-arbítrio absolutamente não é livre, e sim, imutavelmente cativo e servo do mal, já que por si só não pode voltar-se ao bem.”<sup>70</sup>

Deus age em nosso coração para corrigi-lo e curá-lo da depravação de sua natureza; começa por despertar o nosso coração para as virtudes por meio da conversão. Não se serve de algo bom em nosso coração, mas nos dá outro inteiramente novo, por isso afirma Calvino: “[...] o que quer que há de bom na vontade é obra da graça unicamente”.<sup>71</sup> Para que haja uma boa obra é preciso que se conjuguem dois elementos: a vontade e o firme propósito em executá-la, e ambas só podem provir de Deus. Por isso, furtamos do seu verdadeiro executor

<sup>67</sup> LUTERO, *Da vontade cativa*, 1993, p. 49-50

<sup>68</sup> CALVINO, *Inst*, II, II, 22.

<sup>69</sup> CALVINO, *Inst*, II, III, 5.

<sup>70</sup> LUTERO, *Da vontade cativa*, 1993, p. 49.

<sup>71</sup> CALVINO, *Inst*, II, III, 6.

se a nós algo arrogamos, seja na vontade seja na execução. Não se diz que Deus auxiliou uma vontade fraca, pois se fosse assim teria restado algo de nós mesmos, mas se diz que Ele produz a vontade. A graça de Deus não coopera com o querer humano, mas ela própria opera esse querer, ou seja, lhe cria.

A vontade humana não é destruída pela graça, ela é antes “restaurada”, porque é corrigida da viciosidade e depravação. Ocorre como se fosse criada uma nova vontade, ou uma nova natureza. Incapazes de cumprir integralmente a lei, porquanto nenhum homem, por mais santo que seja, pôde cumprir quiçá o primeiro mandamento, nem mesmo os santos atingiram esse amor de todo o coração e de todo entendimento exigido pela Lei de Deus. Nem tampouco no futuro haverá alguém que consiga esse feito. Conclui-se que se não fosse a bondade de Deus, que elege uns para a salvação enquanto deixa outros a cargo do próprio destino, toda a raça humana estaria condenada.

### **2.1.2- Das diferenças entre o Antigo e o Novo Testamento**

Para Calvino, a revelação de Deus iniciada no Antigo Testamento se completou e foi confirmada pelo advento do Cristo, de que trata o Novo Testamento. Apesar de possuírem diferenças entre si, não são, por isso, melhor ou pior do que o outro. Calvino aponta essas diferenças:

1-Deus queria, no Antigo Testamento, tanto quanto no Novo, que o povo alçasse à herança espiritual, mas lhes dava benefícios terrenos, para lhes elevar os ânimos. “Agora, revelada pelo Evangelho mais clara e diafanamente a graça da vida futura, o Senhor nos dirige as mentes diretamente à sua meditação, posta de parte a maneira inferior de exercitação que aplicava para com os israelitas”.<sup>72</sup> 2- O Antigo Testamento possui apenas símbolos e imagens do eterno pacto com Deus que se personificaria na figura de Cristo, ou seja, o Antigo Testamento “[...] ostentava somente a imagem e uma sombra em lugar do corpo, este (Novo Testamento) exhibe a realidade presente e o corpo real”.<sup>73</sup> É como se o povo antigo, ainda imaturo para a mensagem do Cristo, se entretivesse com observações externas, “[...] como que de regras de disciplina infantil, até que afulgisse Cristo, através de Quem convinha atingisse a maturidade o conhecimento do povo fiel [Ef 4.13]”.<sup>74</sup> 3- No Antigo Testamento transparece a Lei literal, mortificante, transitória, em contraste com o Evangelho espiritual, vivificante e

---

<sup>72</sup> CALVINO, Inst, II, XI, 1.

<sup>73</sup> CALVINO, Inst, II, XI, 4.

<sup>74</sup> CALVINO, Inst, II, XI, 5.

eterno. “O Antigo Testamento é literal, porque promulgado sem a eficácia do Espírito; o Novo é espiritual, porque o Senhor o gravou espiritualmente no coração humano”.<sup>75</sup> 4- A Lei é regime de servidão, o Evangelho regime de liberdade. Da terceira gera-se a quarta diferença, porque ela gera temor nas almas; o Novo, porém, é o Testamento da liberdade, porque os anima à confiança e à certeza. Quando passamos a considerar Cristo e superar a observância da Lei, compreendemos que as cerimônias externas não aprazem a Deus. 5- O Antigo Testamento era voltado para um povo, o Novo polarizado para todos os povos. Deus se mostrou e ensinou sua palavra apenas ao povo judeu, de tal forma que foi por esse considerado o seu Deus, enquanto Cristo trouxe a mensagem para todos os povos.

Essas diferenças não implicam, entretanto, inconstância ou mutabilidade em Deus. O fato de haver ensinamentos diferentes no Antigo e no Novo Testamento não significa, para ele, que Deus fugisse de sua característica de imutabilidade, tornando-se inconstante. Segundo Calvino, significa apenas que Ele se fez compreensível de acordo com o nível de desenvolvimento espiritual do homem, nessas diferentes épocas.

### **2.1.3- Da justificação pela fé**

Aqui Calvino fala da necessidade do mediador, uma vez que não somos capazes de ascender até Deus diretamente. Nossa salvação se restabeleceu quando Cristo, único herdeiro do reino celeste, nos adotou. O propósito da encarnação de Cristo foi a nossa redenção. “Quando ouvimos ser Cristo particularmente devotado por Deus para levar ajuda a míseros pecadores, quem quer que vá além destes limites incorre em curiosidade demasiado estulta”.<sup>76</sup> Como não podemos compreender Deus em sua magnitude, temos que direcionar nossa fé para Cristo, que é “[...] o caminho, a verdade e a vida”. Paulo afirma que na Sua pessoa nos é visível a glória de Deus, por isso o pai invisível não deve ser buscado em outro lugar que nesta imagem, isto é, em Cristo. Os escolásticos pregavam uma fé implícita e orientada pela tradição da Igreja, que não era aceita por Calvino, pois para ele a fé verdadeira só existiria no conhecimento da Palavra, buscado a cada dia. Fé implícita é, para Calvino, uma predisposição para crer, e uma fé potencial é uma disposição de deixar-se ensinar juntamente com o desejo de progredir no conhecimento de Deus e do Evangelho. Essa fé é uma fé pautada na Palavra, sem a qual se desmorona “[...] tira, portanto, a Palavra, e já nenhuma fé restará”.<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> CALVINO, Inst, II, XI, 7.

<sup>76</sup> CALVINO, Inst, II, XII, 4.

<sup>77</sup> CALVINO, Inst, III, II, 6.

Para Calvino a fé pode ser definida como: “O firme e seguro conhecimento da divina benevolência para conosco, conhecimento que, fundado na verdade da graciosa promessa em Cristo, não só é revelado à nossa mente, mas é também selado em nosso coração, mediante o Espírito Santo”.<sup>78</sup> A fé não é uma fé implícita, porém ela tem que ser buscada no conhecimento de Deus, embora não se limite ao intelecto e à razão, que muitos podem adquirir sem que se tenham fé, pois a verdadeira fé é aquela que atinge o coração e não o cérebro, e que é derramada em nosso coração pelo Espírito Santo. Por isso, a fé que não é alimentada e vivificada pelo Espírito Santo morre, conforme relata o texto sagrado em Mateus. “Toda árvore que meu Pai não plantou será desarraigada” (Mt. 15.13)

Quando se diz que fé é conhecimento, não se quer dizer compreensão sob a humana percepção sensória, dizia Calvino, pois esse conhecimento é muito mais elevado do que todo conhecimento humano. Os fiéis têm a certeza de serem filhos de Deus, mais pela persuasão da verdade divina do que pela instrução por demonstração racional. Essa fé deve ser certa e segura, sem mescla de nenhuma dúvida, essa fé é que nos dá confiança e depois ousadia, pois “[...] não nasce senão da segura confiança da divina benevolência e salvação”.<sup>79</sup> Fé e Palavra devem caminhar juntas, “[...] mas uma vez que, à parte da Palavra, evanescente é tudo quanto concebemos do poder de Deus e de Suas obras, não improcedentemente afirmamos fé nenhuma existir até que Deus a faça brilhar com o testemunho de Sua graça”.<sup>80</sup> A fé, portanto, não depende da sabedoria dos homens; pelo contrário, está fundamentada no poder do Espírito Santo. Jesus confirmou isso quando disse: “[...] ninguém vem a mim a não ser que meu Pai o haja trazido” [Jo 6.44]. Deus, portanto, dá a fé a uns, enquanto a nega a outros, “[...] esta é a profundidade da Cruz! Da profundeza não sei de que dos juízos de Deus, que não podemos perscrutar, procede tudo que podemos”.<sup>81</sup> A fé é não apenas a iluminação da mente operada pelo Espírito Santo, mas ainda o selo do Espírito no coração.

A justificação se dá exclusivamente pela fé em Jesus Cristo. Ela é contrária à justificação mediante as obras, como pretendiam os judeus, os quais, “[...] desejando estabelecer sua própria justiça, não foram sujeitos à justiça de Deus” [Rm 10.3]. Não é possível se justificar mediante as obras, uma vez que nenhum homem pode cumprir verdadeiramente a lei, mesmo os mais perfeitos, por isso de nada conseguimos com essas obras, e a salvação só se dá pela misericórdia de Deus.

---

<sup>78</sup> CALVINO, Inst, III, II, 7.

<sup>79</sup> CALVINO, Inst, III, II, 15.

<sup>80</sup> CALVINO, Inst, III, II, 31.

<sup>81</sup> CALVINO, Inst, III, II, 35

Assim, quando o publicano se diz haver descido do templo justificado [Lc 18.14], não podemos dizer que conseguiu a justiça mercê de algum mérito de obras suas. Portanto, está-se a dizer isto: depois de obtido o perdão dos pecados, foi ele tido por justo diante de Deus. Logo, foi justo não por injunção de obras, mas mercê da graciosa absolvição de Deus.<sup>82</sup>

As obras são boas quando seguidas pela iluminação do coração e para que sirvam de sinais da divina benevolência para conosco.

Por isso, para que sejam por Deus benignamente recebidas as obras que de nós procedem, impõe-se as preceda a purificação do coração, uma vez que vige sempre essa declaração de Jeremias de que os olhos de Deus atentam para a verdade [Jr 5.3]. Com efeito, só a fé ser a pela qual são purificados os corações dos homens postulou o Espírito Santo pela boca de Pedro [At 15..9], de onde se evidencia que o fundamento primeiro está na fé verdadeira e viva.<sup>83</sup>

Calvino não se diz inimigo das boas obras; ele simplesmente não aceita que nossa justificação se dê em função delas, ou do mérito, pois se nada temos de bom em nós mesmos jamais seremos capazes de operar nossa salvação. As boas obras só poderão brotar de um coração purificado, que por sua vez só se tornará puro pela presença de Cristo. A fé justifica o homem, porque ela o justifica e santifica ao mesmo tempo. Para sedimentar ainda mais firmemente sua argumentação a favor da justificação unicamente pela fé, Calvino passa a analisar as passagens bíblicas usadas para ensinar a salvação pelas obras, como em Mateus [Mt 16.27]. Apresenta em seguida outras passagens que afirmam exatamente o contrário, como na parábola do chefe de família que sai para encontrar trabalhadores para sua vinha e os paga igualmente ao final do dia. Deus nos iguala como na parábola: “[...] pagando não o estipêndio ao labor, mas derramando as riquezas de Sua bondade naqueles a quem elegeu sem as obras, para que também os que suaram em muito labor, nem mais receberam que os últimos, compreendam que não receberam uma dádiva da graça, não uma paga de obras”.<sup>84</sup> Somente Cristo tem o poder de tirar do homem o pecado, como disse João: “Eis o Cordeiro de Deus, eis Aquele que tira os pecados do mundo” [Jo 1.29], “[...] porque a Si transferindo a pena devida a nós, haja cancelado a nossa culpa diante do juízo de Deus”.<sup>85</sup> O homem não obtém o perdão de suas faltas em função do amor que possa ter ou do valor de seus atos, mas

---

<sup>82</sup> CALVINO, Inst, III, XI, 3.

<sup>83</sup> CALVINO, Inst, III, XIV, 8.

<sup>84</sup> CALVINO, Inst, III, XVIII, 3.

<sup>85</sup> CALVINO, Inst, III, IV, 26.

por sua fé “Portanto, pela fé asseguramos o perdão, pelo amar rendemos graças e testificamos da beneficência do Senhor”.<sup>86</sup>

Essa foi a bandeira que também Lutero deflagrou e que se encontra na base do pensamento Reformado até os dias de hoje. No seu debate acerca da justificação de 1536, ele escreveu que:

É verdadeiro o argumento de que a vida eterna é concedida sem Cristo ao que guarda a lei, porque o que guarda a lei é justo. Se não tivesse caído, Adão teria ingressado no reino dos céus sem Cristo. Mas a pergunta é esta: onde está este que guarda o Decálogo? Ou, pode alguém cumprir os mandamentos? Conclui-se aqui que apenas Adão guardou os mandamentos de Deus antes da queda; depois da queda Adão, porém, não foi encontrado ninguém que tenha cumprido a lei.<sup>87</sup>

Por isso Lutero, em sua defesa de que somente a fé justifica o homem, afirmou:

Por conseguinte, somente a fé justifica. Somente ela salva e conduz ao reino, contrariamente à opinião dos hipócritas. Porém, ela deve ser atestada e declarada mediante as obras, porque os frutos seguem à árvore e as obras testemunham que a fé perfeita está presente em nós. O mal ingênito comete atos maus. Esta é a natureza humana, isso é, o pecado original é a raiz dos pecados atuais.<sup>88</sup>

A doutrina da justificação pela fé, que Calvino e Lutero professaram, está intimamente ligada à concepção de homem que ambos admitiam, ou seja, a contaminação ingênita presente em todo ser humano o impede de realizar qualquer ação boa e meritória aos olhos de Deus.

A síntese é esta: se a salvação se busca nas obras, têm de ser guardados os mandamentos, pelos quais somos instruídos à perfeita justiça. Mas, não nos devemos aqui deter, salvo se queiramos falhar em meio da corrida, pois ninguém de nós está apto a guardar os mandamentos. Portanto, uma vez que estamos excluídos da justiça da Lei, mister se faz que nos transportemos a outro refúgio, isto é, à fé em Cristo.<sup>89</sup>

Para crer na Palavra era preciso conhecê-la; a instrução, nesse sentido, tinha uma importância crucial para Lutero e Calvino, pois, significava primordialmente a base da fé, que possibilita a salvação.

<sup>86</sup> CALVINO, Inst, III, IV, 37.

<sup>87</sup> LUTERO, Debate acerca da justificação, 1992, p. 231-2.

<sup>88</sup> LUTERO, Debate acerca da justificação, 1992, p. 235.

<sup>89</sup> CALVINO, Inst, III, XVIII, 9.

### 2.1.4- Da predestinação

Essa doutrina ensina que a eleição dada pela graça de Deus não é distribuída a todos, “[...] pelo contrario, dá a uns o que nega a outros”.<sup>90</sup> Os homens estão, desde o início dos tempos, predestinados uns à salvação e outros à perdição eterna. Não é possível ao homem especular quem é e porque foi escolhido, “[...] mas, porque esse e não aquele? É muito para mim. É um abismo: a profundidade da Cruz! Posso exclamar em admiração, não posso demonstrá-lo em argüição”.<sup>91</sup> Tudo isso foi decretado por Deus e a razão pela qual escolheu um e não outro não pode ser compreendida pelo saber limitado dos homens.

Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve em si por determinado quê acerca de cada homem quisesse acontecer. Pois, não são criados todos em igual condição; pelo contrário, a uns é preordenada a vida eterna, a outros a eterna danação. Portanto, como criado foi cada qual para um ou outro desses dois fins, assim o dizemos predestinado, ou para a vida, ou para a morte.<sup>92</sup>

Muitos tomaram essa idéia como sendo a característica essencial do Calvinismo, mas ela é apenas um desdobramento da concepção de Deus que Calvino ensinava. A eleição dos escolhidos não se dá pela presciência de Deus, que conhece de antemão os que agirão piedosamente e, ao contrário, aqueles que serão maus. Ela se baseia unicamente na sua vontade em distribuir a graça. Calvino combate o que chamava de blasfêmia daqueles que, querendo justificar seus erros, atribuíram a Deus a causa de todo o mal, responsabilizando-o pela miserabilidade da condição humana. Ele contesta aqueles que se diziam os réprobos, que foram renegados por Deus e predestinados à perdição, tentando com isso justificar seus pecados e sua má conduta.

Ora, ainda que pela eterna providência de Deus criado foi o homem para essa miséria a que está sujeito, a causa lhe derivou de si próprio, no entanto, não de Deus, por isso que de nenhuma outra razão assim se perdeu, senão porque da pura criação de Deus degenerou a viciosa e impura perversidade.<sup>93</sup>

Outros argumentavam que são inúteis as boas obras daqueles que foram renegados por Deus, porque só fariam iniquidades. Diziam que é inútil fazer o bem. Calvino defende que é

---

<sup>90</sup> CALVINO, Inst, III, XXI, 1.

<sup>91</sup> CALVINO, Inst, III, II, 35.

<sup>92</sup> CALVINO, Inst, III, XXI, 5.

<sup>93</sup> CALVINO, Inst, III, XXIII, 9.

impossível haver boas obras a não ser para aqueles que são eleitos, ou seja, não é que Deus rejeita suas boas obras, é que eles não são capazes de executá-las.

Como reconhecer aqueles que serão salvos ou ter a certeza da eleição? Alguns critérios que podiam significar essa salvação podem ser enumerados, segundo Paul Tillich.

O primeiro e principal é a relação interior do homem com Deus no ato da fé. Segue-se imediatamente a bênção de Deus e uma vida de alto padrão moral. São sintomas. Psicologicamente, o indivíduo alcançava certa certeza ao reproduzir em sua existência as marcas da eleição: vida moral e bênçãos econômicas. Em outras palavras, o calvinista procura se transformar num bom cidadão burguês, segundo as normas da sociedade industrializada.<sup>94</sup>

Jean Delumeau, no entanto, discorda que possa haver qualquer meio ou sinal capaz de assegurar a eleição ou danação de cada um. Nesse sentido ele se aproxima mais das idéias de Calvino do que Tillich, quando afirma: “[...] é impossível saber por quais critérios ele escolhe aqueles a quem a graça é concedida e aqueles a quem ela é recusada. Seus desígnios são ‘impenetráveis’, ‘incompreensíveis’, e só os orgulhosos procuram sondá-los.”<sup>95</sup> Nem a virtude é garantia de salvação, assim como nem o desregramento e o vício são garantias da condenação, mas unicamente a graça misteriosa de Deus. Querer ultrapassar esse limite, dizia Calvino, é caminhar de mãos dadas com o erro, obedecendo unicamente os impulsos do orgulho humano.

### **2.1.5- Dos bens materiais e de sua utilidade**

Calvino exorta à moderação e à confiança em Deus no uso dos bens terrenos, sempre com parcimônia.

Ora, quem haja de esperar a ajuda da divina bênção por entre fraudes, rapinas e outras artes da iniquidade? Pois, como essa bênção não segue senão àquele que pensa ilibadamente e age retamente, assim de cogitação tortuosa e de ações depravadas revoca ela a esses todos por quem é buscada. Além disso, um freio se nos haverá de impor, para que não ardamos de imoderado desejo de enriquecer, nem honras ambiciosamente aneemos. Ora, com que descaramento confie alguém que haverá de ser ajudado por Deus a conseguir aquilo que deseja em contrário à Sua

---

<sup>94</sup> TILLICH, 2000, p. 266.

<sup>95</sup> DELUMEAU, 2003, p. 415.



Palavra? Pois, longe esteja de que o que Deus amaldiçoa com Sua boca haja de fomentar com a ajuda de Sua bênção.<sup>96</sup>

Por isso é preciso usar os recursos desta vida, seja para necessidade ou deleite com uma consciência pura. Se a vida presente é apenas uma passagem, preciso é que usemos de seus bens sem nos escravizarmos por seus efêmeros prazeres. Não é preciso restringir o uso dos bens materiais à extrema necessidade (pão e água) mas é preciso usá-los de conformidade com a Palavra de Deus.

Nenhum caminho é mais seguro e mais expedito que aquele que nos resulta do menoscabo da presente vida e da meditação da imortalidade celeste. Ora, daqui seguem-se duas regras: primeira, que os que usam deste mundo sejam dispostos exatamente como se dele não usassem, os que contraem matrimônio, como se o não contraíssem, os que compram, como se não comprassem, qual preceitua Paulo [I Co 7.29-31]; segunda, que saibam suportar não menos plácida e pacientemente a penúria, quando moderadamente a abundância.<sup>97</sup>

Para ele, somos na verdade administradores da riqueza material e teremos um dia que prestar conta dela, seguindo cada qual sua vocação. Agindo no mundo dessa forma, ou seja, pelo trabalho digno, glorificarmos a Deus. “Daqui também insigne consolação surgirá: que, desde que obedeças à tua vocação, nenhuma obra tão ignóbil e vil haverá de ser que diante de Deus não resplandeça e seja tida por valiosíssima”.<sup>98</sup> O trabalho, que fazia com que o homem glorificasse a Deus e lhe proporcionava riqueza e bem-estar, passava a ser tido em conta de um grande bem social e espiritual. A riqueza era uma consequência do trabalho humano e não devia ser, segundo Calvino, o fim último de nossa existência. Ela devia ser o efeito de nossas ações e não a causa delas.

### **2.1.6- Da liberdade cristã**

A liberdade cristã implica uma consciência que não se sujeite a preceitos humanos e imposições, pois a nossa salvação foi paga não com ouro ou riquezas, mas com o sangue de Cristo. Essa é uma liberdade, no entanto, que não se estende ao mundo material, nem pode ser usada para desobedecer aos poderes instituídos. Liberdade espiritual, e não material.

---

<sup>96</sup> CALVINO, Inst, III, VII, 9.

<sup>97</sup> CALVINO, Inst, III, X, 4.

<sup>98</sup> CALVINO, Inst, III, X, 6.

Com esta distinção acontecerá que não tragamos, indevidamente, à ordem política o que o Evangelho ensina a respeito da liberdade espiritual, como se, no que tange ao regime externo, menos sujeitos às leis humanas estivessem os cristãos, porque libertada lhes há sido a consciência diante de Deus, como se, por isso, eximidos estivessem de toda servidão da carne pelo fato de que estão livres no tocante ao espírito.<sup>99</sup>

A liberdade cristã, que é uma liberdade espiritual e não civil, assegura-nos legitimidade no uso das coisas externas, desde que o façamos indiferentemente. Não precisamos beber um vinho mais barato, ou dormir num local mais simples; podemos usar aquilo que estiver ao nosso alcance, de modo a não cobiçar, como alguns fazem em relação o luxo, ao aparato das coisas ou a edificação das moradas. “Entre coisas indiferentes distinção excelentemente a faz essa asserção de Paulo. ‘Todas as coisas são puras para os puros; para os corruptos e infiéis, porém, nada é puro, por isso que corrompida lhes é a mente e a consciência’ [Tt 1.15]”.<sup>100</sup> Deus não se importa com nossas aparências externas, o coração humano é o Seu maior interesse. “Se entendem que nada importa diante de Deus se, porventura, se alimentem de carne ou de ovos, se, porventura, se instam de roupas rubras ou negras, é mais do que suficiente. Já liberada foi a consciência, à qual era devido ao benefício dessa liberdade.”<sup>101</sup>

### **2.1.7- Dos sacramentos**

Para Calvino, sacramento pode ser definido como um sinal de nossa comunhão com Deus, para que mantenhamos a fé e sejamos sustentados na fraqueza. “É possível defini-lo, até com maior síntese, de outra maneira: que se chame o sacramento o testemunho da graça divina para conosco, confirmado por um sinal externo, com mútua testificação de nossa piedade para com Ele”.<sup>102</sup> Para Calvino existem apenas dois sacramentos: o batismo e a santa ceia. “O batismo é o sinal de iniciação pelo qual somos recebidos à sociedade da Igreja para que, enxertados em Cristo, sejamos contados entre os filhos de Deus”<sup>103</sup> O batismo é também sinal de nossa mortificação e renovação em Cristo. Duas graças conseguimos pelo batismo: a mortificação e a purificação. Para Calvino era desnecessário um novo batismo, como queriam os anabatistas, pois é um pacto feito pela pureza de Cristo e não pela imperfeição humana.

<sup>99</sup> CALVINO, Inst, III, XIX, 15.

<sup>100</sup> CALVINO, Inst, III, XIX, 9.

<sup>101</sup> CALVINO, Inst, III, XIX, 10.

<sup>102</sup> CALVINO, Inst, IV, XIV, 1.

<sup>103</sup> CALVINO, Inst, IV, XVI, 1.

Assim o batismo infantil harmoniza-se muito bem com a instituição de Cristo e a natureza do sinal. O sacramento da Santa Ceia não é, como acreditam alguns, simplesmente o crer em Cristo.

Isto, no entanto, há de diferença entre as minhas e as palavras desses: que para eles o comer é apenas crer e eu digo que em crendo é comida a carne de Cristo, porque pela fé é Ele feito nosso e essa manducação é fruto e efeito da fé. Ou se o queiras mais claramente: para eles a manducação é a fé, para mim ela me parece antes resultar da fé.<sup>104</sup>

Para Calvino a Eucaristia era um ato comemorativo, que simbolizava a presença espiritual de Cristo. Discordou nesse ponto de Lutero, que acreditava na presença real de Cristo no pão e no vinho. Ao comentar sobre o tema, Lutero cita São Paulo em [1 Cor 11, 10 a 16]<sup>105</sup>, e escreve: “Se aqui não se tratasse do verdadeiro corpo, mas somente de Palavra de Deus, como entendem alguns, não haveria distribuição do corpo de Cristo, mas da Palavra e do Espírito somente.”<sup>106</sup> Lutero e Calvino não se entenderam nesse ponto, o que dificultou a aproximação entre os dois maiores Reformadores do século XVI.

### 2.1.8- Da Igreja

Pelo Evangelho de Cristo nos tornamos participantes da salvação, mas em decorrência de nossa obtusidade temos necessidade de “[...] subsídios externos com os quais a fé em nós não somente seja gerada, mas também cresça, e avance gradualmente até a meta”.<sup>107</sup> Para percebermos a unidade da Igreja não é preciso contemplá-la com os olhos ou tocá-la com as mãos, mas pela fé sabemos que somos co-participantes da graça de todos aqueles que Deus elegeram.

Vemos como Deus, que poderia levar os Seus à perfeição em um momento, não queria, contudo, cresçam eles à idade adulta senão pela educação da Igreja; vemos expressar-se o modo pelo qual esta educação se processa: que foi aos pastores incumbida a pregação da doutrina celeste; vemos que todos, a uma, estão sujeitos à mesma disposição, de sorte que se permitam ser dirigidos, com espírito brando e dócil, pelos mestres criados para esta função.<sup>108</sup>

<sup>104</sup> CALVINO, Inst, IV, XVII, 5.

<sup>105</sup> O pão que partimos é o corpo de Cristo distribuído.

<sup>106</sup> LUTERO, Visitação, p. 283.

<sup>107</sup> CALVINO, Inst, IV, I, 1.

<sup>108</sup> CALVINO, Inst, IV, I, 5.

Segundo Calvino, Deus quer que O conheçamos espiritualmente e não nos vinculemos aos templos de pedras, senão para lá nos voltarmos de forma simbólica, como se lá fosse sua face ou o “escabelo de seus pés”. Porque Deus não está preso nesses lugares, Ele pode se mostrar em outros locais conforme Sua vontade. É preciso, portanto, distinguir as duas faces de uma mesma Igreja: a Igreja invisível, que “[...] compreende na verdade, não apenas os santos que habitam na terra, mas ainda a todos os eleitos que hão existido desde a origem do mundo”<sup>109</sup> e a outra: onde quer que vejamos a palavra de Deus ser sinceramente pregada e ouvida e onde os sacramentos são administrados segundo a instituição de Cristo, podemos dizer que emerge a verdadeira Igreja. Calvino estabelece a maneira de se distinguir a verdadeira da falsa Igreja: quando se comete algum erro de doutrina ou quando são ministrados incorretamente os sacramentos, não se pode dizer que aí haja verdadeira Igreja.

De igual modo, hoje nos importunam os romanistas e aos ignaros terrificam com o nome da Igreja, quando sejam capitais adversários de Cristo. Portanto, ainda que exibam templo, sacerdócio e demais exterioridades deste jaez, de modo nenhum nos deve mover este inane fulgor, pelo qual são deslumbrados os olhos dos símplices a que admitamos estar a Igreja onde não se mostra a Palavra de Deus.<sup>110</sup>

Para Calvino, não pode haver verdadeira Igreja onde Deus é substituído pelo Papa e onde Cristo é substituído pelos homens, embora tenham eles uma função importante dentro da Igreja, no trabalho de divulgação e no ensino das Escrituras. Certamente que Ele mesmo poderia divulgar Sua Palavra, mas deixou essa tarefa aos homens por três motivos: 1- para que lhes sejam intérpretes, que representem Sua pessoa; 2- para exercitarem a humildade, pela obediência à Palavra mediante homens semelhantes a nós. “Pois, quem se não apavoraria de Seu manifesto poder? Quem se não prosternaria ao primeiro relance de tão grande majestade?”<sup>111</sup>; 3- para fomentar o mútuo amor entre os homens. “Ora, se cada um a si mesmo se bastasse, nem tivesse necessidade da ajuda de outrem, qual é a soberba do humano engenho, cada um aos outros desprezaria e seria deles desprezado”.<sup>112</sup> Esses cargos devem ser preenchidos por meio do sufrágio universal: “Seja escolhido esse que, eleito pelos clérigos, haja sido solicitado pelo povo, e seja consagrado pelos bispos da província com a sanção do metropolitano”.<sup>113</sup> Essa era uma prática da Igreja antiga, na qual Calvino buscava o

---

<sup>109</sup> CALVINO, Inst, IV, I, 7.

<sup>110</sup> CALVINO, Inst, IV, II, 34.

<sup>111</sup> CALVINO, Inst, IV, III, 1.

<sup>112</sup> CALVINO, Inst, IV, III, 1.

<sup>113</sup> CALVINO, Inst, IV, III, 11.

exemplo para sedimentar seu novo modelo de Igreja. Na verdade não era uma Igreja nova, mas o ressurgimento da antiga religião cristã. A Igreja por si mesma não tem autoridade para impor doutrina; pelo contrário, está ela sujeita à Palavra de Deus. “Portanto não é infinito o poder da Igreja; ao contrário, sujeito à Palavra do Senhor e como que nela circunscrito”<sup>114</sup> A autoridade verdadeira dentro da Igreja de Cristo é o seu ensino, que permaneceu entre os homens nos textos dos apóstolos e profetas bíblicos.

Assim é, evidentemente. A sobriedade que o Senhor uma vez prescreveu a Sua Igreja que Ele seja ela observada perpetuamente. Mas, proibiu que algo à Sua Palavra aduzisse, que algo dela detraísse [Dt 4.2; Ap 22.19,20]. É este inviolável decreto de Deus e do Espírito Santo que nossos adversários tentam abrogar quando imaginam ser a Igreja governada pelo Espírito Santo sem a Palavra.<sup>115</sup>

A Igreja tem uma jurisdição espiritual e não civil, cuidando da preservação dos bons costumes e do poder das chaves, o que para Calvino “[...]é simplesmente a pregação do Evangelho, nem, se para com os homens contemplamos, é tanto poder quanto ministério. Ora, não propriamente aos homens deu Cristo este poder, mas à Sua Palavra, da qual fez ministros os homens”.<sup>116</sup> Por isso é preciso que a Igreja imponha uma disciplina a seus membros, seja ele leigo ou iniciado, já que sem disciplina é impossível que se tenha Igreja. “Portanto, assim como a doutrina salvífica de Cristo é a alma da Igreja, assim também a disciplina é-lhe como que a nervatura, mercê da qual acontece que os membros do corpo entre si se liguem, cada um em seu lugar”<sup>117</sup> Essa disciplina eclesiástica tem tríplice propósito: não dar o aval de cristão a que dele digno não seja, para que se não infame o nome da Igreja e profane a ceia do Senhor, e evitar a corrupção dos bons e levar ao arrependimento aquele que se envergonhe de seu descaminho.

Os pontos essenciais do pensamento de Calvino, muitos dos quais eram comuns também a Lutero, nasceram de seu forte teísmo. O Deus que não apenas cria e deixa que sua obra se desenvolva, interfere, castiga ou elege os seus filhos e toda sua criação, dando a graça da fé àqueles a quem de antemão e, desde o princípio, destinou à salvação. Predestinação e justificação pela fé nascem, portanto, para Calvino, da sua concepção de Deus e de Seus propósitos para o homem, que de resto não possui o livre-arbítrio, nem pode por qualquer ação sua garantir a salvação. O conhecimento desse Deus, de todos os conhecimentos, o

---

<sup>114</sup> CALVINO, Inst, IV, VIII, 4.

<sup>115</sup> CALVINO, Inst, IV, VIII, 13.

<sup>116</sup> CALVINO, Inst, IV, XI, 1.

<sup>117</sup> CALVINO, Inst, IV, XII, 1.

primordial e mais importante, pode ser apreendido através de suas criações, ou seja, da natureza. Ela é o grande livro, que demonstra por meio do seu funcionamento e de seus detalhes a grandeza, a bondade e o poder do seu divino artífice.

O homem, entretanto, manchado pelo pecado, não consegue averiguar essa verdade, precisando que Deus “fale” mais claro e diretamente sobre Si mesmo. Esse é o papel que as Sagradas Escrituras têm: são como lentes corretivas, dizia Calvino, no auxílio daqueles que não podem enxergar direito. A autoridade da Bíblia justifica-se por seu caráter revelacional, que expõe a essência do criador para a criatura, feita pelo próprio Deus. É uma revelação única, que se inicia no Gênesis e termina no Apocalipse de João. O Antigo e o Novo Testamento são duas partes de um mesmo e grande ensino. Conseqüentemente, para Calvino, a “verdadeira” Igreja encontrava-se onde quer que esse ensino fosse sinceramente pregado e ouvido, e não em templos de pedras ou construções humanas. Para ele, aquilo que não vem de Deus não pode ser verdadeiro, nem bom.

No culto, Calvino apenas considera a celebração da Ceia e do Batismo como os únicos instituídos por Cristo, os verdadeiros sacramentos. Calvino trata das riquezas materiais não com censura, mas admite sua utilidade para os desígnios de Deus, devendo ser cristãmente administrada seguindo a vocação individual que todos possuímos. A liberdade do cristão era uma liberdade espiritual e não material, pois enquanto integrante de uma sociedade o homem precisava obedecer suas leis e dar contribuição para seu aperfeiçoamento. Essa é a síntese do pensamento de Calvino, e é daí que surge o calvinista com aquelas características que Max Weber diz terem sido úteis para desenvolver o que ele denominou “espírito do capitalismo”.<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> Ver: WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do Capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

### 3.2- A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO, PARA CALVINO

Para Calvino todo conhecimento que possuímos se divide em duas partes: o conhecimento de Deus e o conhecimento de nós mesmos. Eles se entrelaçam e são interdependentes, pois o conhecimento de um nos leva forçosamente ao conhecimento do outro e vice-versa, ou seja, conhecendo o homem e sua fraqueza torna-se claro, para ele, o conhecimento de Deus. “[...] podemos dizer que o ‘humanismo’ de Calvino era um ‘humanismo cristocêntrico’, caracterizando-se pela compreensão de que o homem encontra a sua verdadeira essência no conhecimento de Deus. Conhecer Deus significa ter uma perspectiva clara de si mesmo.”<sup>119</sup> Isso servia para mostrar ao homem que ele realmente era incapaz de qualquer ação meritória.

Destarte, da consciência de nossa ignorância, fadiga, penúria, fraqueza, enfim, de nossa própria depravação e corrupção, reconhecemos que em nenhuma outra parte senão no Senhor se situam a verdadeira luz da sabedoria, a sólida virtude, a plena abundância de tudo que é bom, a pureza da justiça, e, daí, somos de nossos próprios males instigados à consideração das excelências de Deus.<sup>120</sup>

Calvino convida o homem a buscar o conhecimento de si mesmo para chegar a uma noção melhor do Deus verdadeiro. Não para que achemos uma semelhança entre eles, pelo contrário: “[...] pelo conhecimento de si mesmo é cada um não apenas aguilhoado a buscar a Deus, mas até como que pela mão conduzido a achá-lo”.<sup>121</sup> Quanto mais limpidamente reconhece o homem suas fraquezas e seus limites, mais ele é conduzido a reconhecer a grandeza e infinitude de Deus. Por outro lado, para que o homem adquira mais entendimento sobre si mesmo, diz Calvino, é preciso que ele tenha “[...] antes contemplado a face de Deus e da visão dEle desça a examinar-se a si próprio”.<sup>122</sup> É um conhecimento ao mesmo tempo dialético e paradoxal. “[...] trata-se de um processo dialético, devido à interação entre o conhecimento de Deus e de si mesmo. Paradoxal, porque somente quando o homem reconhece seu pecado é que ele pode vir a conhecer Deus”.<sup>123</sup> O orgulho, inerente a todo ser humano, mascara seus defeitos, fazendo-o parecer justo, íntegro e sábio. O homem não podia ter como regra para seu julgamento apenas suas míseras medidas. É preciso que ele se volte

<sup>119</sup> COSTA, 1999, p.176.

<sup>120</sup> CALVINO, Inst, I, I, 1.

<sup>121</sup> CALVINO, Inst. I. I. 1.

<sup>122</sup> CALVINO, Inst, I, I, 2.

<sup>123</sup> GREGGERSEN, 2003, p. 73.

para o Senhor, que é “a medida de todas as coisas”. É por meio da comparação que Calvino propõe ao homem atingir o verdadeiro conhecimento de si mesmo e de Deus. “A dignidade do homem está em ter sido criado ‘à imagem e semelhança de Deus’, podendo, portanto, relacionar-se com o seu Criador. O conhecimento de Deus deve nos conduzir ao temor e à reverência, tendo a Deus como guia e mestre, buscando nele todo o bem.”<sup>124</sup>

Calvino define o conhecimento de Deus como “[...] aquele mercê do qual não apenas concebemos existir um Deus, mas ainda apreendemos o que nos importa dEle conhecer, o que Lhe é relevante à glória, enfim, o que é proveitoso saber-Lhe a respeito”.<sup>125</sup> É desse conhecimento inequívoco de Deus, que é o mestre da piedade, que surge a religião. Somente quando o homem reconhecer em Deus a fonte de todo o bem, e sentir que tudo deve a Deus e Lhe deve obediência é que a piedade emergirá no coração humano, e com ela a religião. “Eis o em que consiste a religião pura e real, nisto: fé aliada a sério temor de Deus, assim, que o temor não só em si contenha espontânea reverência, mas ainda consigo traga a legítima adoração, qual na Lei se prescreve”.<sup>126</sup> Por disposição natural, existe na mente humana um senso da divindade, para que a ninguém fosse dado pretextar ignorância. É uma idéia ingênita em todo o ser humano, de maneira que não se encontra, nem nunca se encontraram, povos verdadeiramente ateus.

Certamente, se em algum lugar se haja de procurar ignorância de Deus, em nenhuma parte mais provável é poder existir-lhe exemplo que entre povos mais retrógrados e mais distanciados da civilização humana. E, todavia, como o declara aquele pagão, nação nenhuma há tão bárbara, povo nenhum tão selvagem, em que não esteja profundamente arraigada esta convicção: Deus existe! E mesmo aqueles que em outros aspectos da vida parecem muito pouco diferir dos brutos, ainda assim retêm sempre certa semente de religião.<sup>127</sup>

A religião é, pois, uma dádiva de Deus que incutiu em cada um dos seus filhos essa convicção sobre Si mesmo. Aqui Calvino destrói a tese já aventada em sua época de que a religião foi uma criação humana usada pelos mais astutos para dominar e conduzir os mais fracos. Ele admite o abuso e a má fé de muitos que se dizem devotos e verdadeiros representantes de Deus, mas afirma que “isso, no entanto, em parte alguma haveriam de ter conseguido, não fosse que já antes a mente humana houvesse sido imbuída dessa firme convicção acerca de Deus, da qual, como de uma semente, emerge a propensão para com a

---

<sup>124</sup> COSTA, 1999, p. 177.

<sup>125</sup> CALVINO, Inst, I, II, 1.

<sup>126</sup> CALVINO, Inst, I, II, 2.

<sup>127</sup> CALVINO, Inst, I, III, 1.



religião”.<sup>128</sup> Por isso Calvino conclui que é impossível que haja um real ateísmo, porque a natureza humana está impregnada do senso da divindade, que não se pode obscurecer nunca.

O homem, no entanto, pode corromper esse conhecimento por orgulho, querendo fazer uma idéia de Deus com base em suas parcas medidas, caindo numa lamentável superstição. “Logo, não O apreendem qual Se apresenta Ele, ao contrário, imaginam-nO qual em sua temeridade O hão forjado”.<sup>129</sup> Esse conhecimento também pode ser desnaturado quando levado para a negação dessa presença divina no coração humano. Dessa forma, “deliberadamente, a si mesmos se estupidificam”. A isso se entregam os ímpios para que possam agir sem temor, pois, mesmo admitindo que Deus existe, enclausuram-nO num céu distante, onde não possa interferir nos problemas do mundo, tiram-nO, o seu poder para governar o mundo, e na verdade, com isso, estão a negar a existência do próprio Deus.

Ora, como nada é menos próprio de Deus, que, posto de parte, permitir à sorte o governo do mundo e fechar os olhos às impiedades dos homens, para que se entreguem impunemente a todos os desregramentos, qualquer um que, eliminado o temor do julgamento celeste, cede, despreocupado, à prática do que lhe vem ao talante, está a negar que Deus exista.<sup>130</sup>

Desvirtuam o verdadeiro sentido de Deus, por interesse, chegando mesmo a negá-IO. Onde não existe a verdade não pode haver igualmente a verdadeira religião. Se o homem teima em buscar Deus com a própria ciência, cairá ele inevitavelmente na idolatria. “Não levam em conta, porém, que a verdadeira religião se deve conformar ao nuto de Deus como a uma norma perpétua, que Deus, em verdade, permanece sempre igual a Si mesmo, que Ele não é um espectro ou fantasma, que se transmute ao talante de cada qual”.<sup>131</sup>

Outros admitem a ação direta e incessantemente de Deus no mundo, mas desafiam essa ação se entregando aos vícios e pecados, distantes da verdadeira religião. Querem ficar livres do tribunal divino, que sabem existir para punir-lhes, por meio de cuidados externos e superficiais. Enquanto tentam se esconder desse julgamento, sabem naturalmente que não podem dele se livrar. Agem com hipocrisia e parecem querer se aproximar de Deus, de Quem, no entanto, estão a fugir. “Quando O deveriam servir, com santidade de vida e inteireza de coração, engendram frívolas ridicularias e mesquinhas observâncias de nenhum valor, mercê

---

<sup>128</sup> CALVINO, Inst, I, III, 2.

<sup>129</sup> CALVINO, Inst, I, IV, 1.

<sup>130</sup> CALVINO, Inst, I, IV, 2.

<sup>131</sup> CALVINO, Inst, I, IV, 3.

das quais para consigo conciliá-lo”.<sup>132</sup> Essa incapacidade do homem de conceber Deus apropriadamente não o isenta de sua culpa, nem pode ele ser perdoado pela ignorância em relação à Deus.

Esse conhecimento é uma semente de religião inerente à natureza humana, impressa também em toda obra da criação, de tal modo que todo dia pode ser reconhecido em suas naturais manifestações. A marca de Deus está incutida no grande livro da natureza. “Entretanto, em Suas obras todas, uma a uma, imprimiu inconfundíveis marcas de Sua glória, e, na verdade, tão claras e notórias, que, por mais broncos e obtusos que sejam, tolhidas lhes é a alegação de ignorância”.<sup>133</sup> O mundo funciona de tal maneira perfeito, que é impossível não reconhecermos nessa imensa engrenagem o seu artífice, “[...] já que essa ordem tão admiravelmente estruturada do universo nos serve de espelho em que se possa contemplar ao Deus de outra sorte invisível”.<sup>134</sup> Obviamente que, se podemos encontrar Deus na natureza, o acharemos dentro de nós mesmos, dizia Calvino.

De igual modo, perscrutar na estrutura do corpo humano, com essa perspicácia que Galeno aplica, a correlação, a simetria, a beleza, o funcionamento, é tarefa de exímio acúmulo. E, todavia, confessam-nos todos, o corpo humano se mostra composição tão engenhosa que, à sua vista, com razão, admirável se lhe julgará o opífice.<sup>135</sup>

Deus governa toda a natureza: o macro e o microcosmo estão sob seu domínio. Ele regula também tudo aquilo que se liga ao homem, ou seja, tudo o que diz respeito à sociedade humana.

Pois as punições que exerce em relação às ações iníquas não são dúbias, de modo que não obscuramente se demonstra ser protetor, e até mesmo vindicador da inocência, enquanto, mercê de sua benção faz próspera a vida dos bons, socorre-lhes à necessidade, alivia e mitiga-lhes as dores, atenua-lhes as adversidades, em tudo lhes consulta à salvação.<sup>136</sup>

Deus exerce um soberano domínio sobre a vida humana; aquilo que muitas vezes atribui-se ao acaso são manifestações da “[...] celeste providência, em especial, na verdade, da paterna clemência”. Essa certeza de Deus nos é dada muito mais por sua manifestação no mundo da natureza do que pelos esforços intelectuais de compreendermos o Senhor de todas

<sup>132</sup> CALVINO, Inst, I, IV, 4.

<sup>133</sup> CALVINO, Inst, I, V, 1.

<sup>134</sup> CALVINO, Inst, I, V, 1.

<sup>135</sup> CALVINO, Inst, I, V, 2.

<sup>136</sup> CALVINO, Inst, I, V, 7.

as coisas. “Ora, manifestado é o Senhor por Seus poderes, e uma vez que a força lhes sentimos dentro de nós e os benefícios lhes fruímos, necessário é sejamos muito mais vividamente afetados por este conhecimento que se imaginássemos um Deus de Quem nenhum senso até nós chegasse”.<sup>137</sup> Esse é um conhecimento que nasce do sentir e não do pensar. Seu propósito, diz Calvino, é não apenas incitar o homem à adoração, mas também lhe garantir a existência da vida futura.

[...] quando vemos os piedosos gravados de aflições pelos ímpios, espicaçados de injúrias, oprimidos de calúnias, lacerados de insultos e vitupérios, enquanto, em contrário, os iníquos florescem, prosperam, alcançam lazer com dignidade, e isso impunemente, é de concluir-se de pronto que haverá outra vida, na qual se Lhe reservou não só a punição à iniquidade, mas ainda a recompensa à justiça.<sup>138</sup>

Aquele que aceita os ensinamentos de Calvino carrega consigo a certeza de que Deus a tudo provê com justiça, e que o acaso, a sorte ou o acidente não existem nesse plano controlado totalmente por Deus. Tudo sendo obra desse Deus todo-poderoso, tudo era, e é, necessário conhecer. Isso fez com que o homem buscasse também conhecer a criação, ou seja, a natureza. Parece ter sido essa uma grande contribuição para o conhecimento científico na época, porque possibilitou abranger novos horizontes de estudos e pesquisas.

### **2.2.1- Sobre o homem**

Para o conhecimento pleno de Deus é preciso conhecer sua obra mais excelente: o homem. O conhecimento sobre o homem se divide em duas partes, ou seja, o conhecimento do homem em seu estado original e após a queda de Adão. O homem se constitui de alma e corpo. Calvino chama de alma a essência imortal que constitui o ser humano e que se prova pela consciência que responde ao juízo de Deus, discernindo entre o bem e o mal. “Pois, como uma disposição sem essência poderia penetrar até o tribunal de Deus e a si incutisse terror de sua culpabilidade? Ademais, nem é o corpo afetado pelo temor de uma penalidade espiritual, ao contrário, só na alma recai, de onde se segue que a alma é dotada de essência”.<sup>139</sup>

Quando consegue perceber aquilo que não é visível aos sentidos, que escapa à apreciação do corpo, o justo, bom e reto, reconhecemos que “o espírito há de ser a sede desta inteligência”. Quando se fala que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, está a

---

<sup>137</sup> CALVINO, Inst, I, V, 9.

<sup>138</sup> CALVINO, Inst, I, V, 10.

<sup>139</sup> CALVINO, Inst, I, XV, 2.

se falar dessa alma imortal a qual Adão recebeu imaculada, mas que foi de tal modo corrompida, degenerada e infestada de defeitos que não pôde mais refulgir a perfeição divina. Só depois de regenerado pelo Espírito é que poderá o homem dar de si imagem de Deus. Calvino combate a teoria dos maniqueus que acreditavam que o homem é “[...] uma transfusão da substância de Deus, como se ao homem houvesse defluído certa porção da imensurável Divindade”.<sup>140</sup> Com isso asseguram, na verdade, que a natureza de Deus está sujeita às mudanças, às paixões e aos vícios de toda ordem, o que contrariaria a idéia do Deus perfeito.

A origem de nosso pecado é Adão, e não Deus, que o criou originalmente íntegro, e nossa ruína deve ser imputada à depravação de nossa natureza, não à natureza em si, pois em sua condição original o homem é puro e bom, por isso devemos nos queixar apenas de nós mesmos. “É óbvio que somente ao homem se lhe deve imputar a própria ruína, uma vez que, da benignidade de Deus havendo obtido a retidão, por seu desvario há ele caído na fatuidade”.<sup>141</sup> Esse conceito de homem levou a uma ética que salientou suas fraquezas; dele nasce a doutrina da justificação para a redenção dos escolhidos. A consciência da antiga condição de bem-aventurança perdida fez com que os calvinistas buscassem a todo o custo, e com muita severidade, a vida virtuosa.

### 2.2.2- A providência

A soberana e desconhecida vontade de Deus governa todas as instâncias de nossas vidas. Aquilo que costumamos atribuir à sorte é, na verdade, a ação “natural” de Deus a nos governar.

Se alguém cai nas garras de assaltantes, ou de animais ferozes; se, do vento a surdir de repente, sofre naufrágio no mar; se é soterrado pela queda da casa ou de uma árvore; se outro, vagando por lugares desertos, encontra provisão à sua fome; arrastado pelas ondas, chega a porto; escapa milagrosamente à morte pela distância de apenas um dedo; todas estas ocorrências, tanto prósperas quanto adversas, a razão carnal as atribui à sorte. Quem quer que, porém, foi ensinado pela boca de Cristo que todos os cabelos da cabeça lhe estão contados, buscará causa mais longe e haverá por certo que todos e quaisquer eventos são governados pelo secreto conselho de Deus.<sup>142</sup>

---

<sup>140</sup> CALVINO, Inst, I, XV, 5.

<sup>141</sup> CALVINO, Inst, II, I, 10.

<sup>142</sup> CALVINO, Inst, I, XVI, 2.

Essa paternal proteção e esse cuidado não estão limitados apenas à esfera dos homens, a natureza e tudo o que nela existe está sob seus cuidados. Para demonstrar esse domínio Calvino usa o sol como exemplo. A maior e mais admirável força da natureza não age por instinto cego: o sol nasce e se põe pela vontade de Deus. A onipotência de Deus não é aquela dos sofistas, “inane, ociosa e semi-entorpecida”, mas aquela que se volta para a contínua ação. Não é aquela onipotência que deu causa a tudo e deixou que a natureza seguisse sozinha o seu curso, porém é aquela que controla todos os movimentos e todos os seres. Isso só poderá proporcionar ao fiel um duplo proveito: serena tranqüilidade na proteção d’Esse que a tudo governa com bondade e que afasta de si tudo o que poderia lhe ser prejudicial. Satanás é coibido pelo poder de Deus “[...] juntamente com todas as suas fúrias e todo seu aparato; de cujo nuto pende tudo quanto se contrapõe ao nosso bem-estar.”<sup>143</sup> Também a certeza dessa onipotência dá aos que Nele acreditam uma natural obediência Àquele que tem o poder de fazer o bem, e em “cuja posse estão o céu e a terra”.<sup>144</sup>

Calvino não deixa margem a dúvidas quando observa que tudo na natureza e na vida humana está sob os cuidados de Deus. “Ridícula insânia, sem dúvida, que deliberam agir sem Deus míseros homens, que nem podem, realmente, falar senão o que Ele haja querido”.<sup>145</sup> Como um amoroso pai, Deus a tudo provê, inclusive o alimento que sacia a fome do homem. Não fosse assim não teria Cristo falado do pão nosso de cada dia na prece dominical “Se, de Sua paternal mão, não nos provesse Deus o alimento”. Não existe no plano da criação divina espaço para o acaso, para o imprevisível, tudo ocorre pela vontade de Deus. Tanto as coisas presentes quanto as que ainda pertencem ao chamado futuro, já foram estabelecidas por Ele. Mesmo que um homem, exemplifica Calvino, em excursão na mata com um grupo de amigos, deles se afasta por imprudência e descuido e vem a cair na mão de salteadores, tenha o pescoço cortado, “sua morte fora não apenas antevista pelos olhos de Deus, mas, ademais, estabelecida por Seu decreto”.<sup>146</sup>

Essa doutrina da providência divina sobre toda nossa vida só poderá nos levar a reverenciar essa suprema autoridade, rendendo-lhe irrestrita e inabalável obediência, pois sabemos que dela “[...] nada promana senão o que é reto”.<sup>147</sup> Essa doutrina jamais poderá conduzir o homem a inércia, nada fazendo para se proteger do mal e do perigo. Assim pensam os preguiçosos e infiéis, que até mesmo a prece não prescrevem porque, dizem, são

<sup>143</sup> CALVINO, Inst. I, XVI, 3.

<sup>144</sup> CALVINO, Inst. I, XVI, 3.

<sup>145</sup> CALVINO, Inst. I, XVI, 6.

<sup>146</sup> CALVINO, Inst. I, XVI, 9.

<sup>147</sup> CALVINO, Inst. I, XVII, 2.

supérfluas. Também buscam erroneamente imputar a Deus todo o crime, subtraindo do homem a sua culpa, porque “executou” ele os desígnios de Deus. “Destarte, a todos os crimes chamam virtudes, porquanto soa subserviente à ordenação de Deus”.<sup>148</sup> Nem mesmo com a saúde, com a alimentação os homens devem se preocupar, pois Deus a tudo provê. Extraem erroneamente da doutrina da Providência divina a justificação para a ociosidade. A isso Calvino se contrapõe, argumentando que, se Deus fornece remédios, é para que os usemos; se nos fornece recursos, é para que não os negligenciemos; se Deus “nos confiou o proteger a nossa vida é para que a cerquemos de cuidados”. Esses inimigos da fé, relata Calvino, queriam justificar seus crimes. “Por que será punido o ladrão, que despojou àquele a quem o Senhor quis castigar com a pobreza? Por que será punido o homicida, que matou àquele a quem o Senhor havia findado a vida? Se estão todos, destarte, a servir à vontade de Deus, por que haverão de ser punidos”.<sup>149</sup> Querem se livrar de seus crimes deturpando o ensino verdadeiro do conhecimento de Deus e se esquecem que o homem, ao cometer esses crimes, obedece a seus instintos inferiores e a sua natureza decaída, e não à vontade de Deus.

Mas, replicarão, a não ser que Ele o quisesse, não o haveríamos de fazer. Concordo. Entretanto, fazemos as coisas más, porventura, com este propósito: que Lhe prestemos obediência? Com efeito, Deus não no-las ordena, de maneira alguma; antes, pelo contrário, a elas nos arremetemos, não a cogitar que Ele queira, mas de nosso incontido desejo a fremir tão desenfreadamente, que de deliberado intento contra Ele lutemos.<sup>150</sup>

O homem é, portanto, o responsável pelo mal que pratica, pois assim agindo não obedece à vontade de Deus, mas à própria. Deus disso se aproveita para tirar o bem do mal, ou seja, “usar dos instrumentos maus para efetuar o bem”. Os frutos que essa doutrina produzirá serão “[...] já gratidão da alma, pelo próspero resultado das coisas, já paciência na adversidade, já, mesmo, incrível segurança para com o porvir”.<sup>151</sup> A plena confiança em Deus e nos seus cuidados para conosco, de tal sorte que “[...] o extremo de todas as misérias é o desconhecimento da Providência, que a suprema bem-aventurança Lhe está posta no conhecimento”.<sup>152</sup> Esse conhecimento nos religa ao Criador pela certeza de Sua sábia intervenção em nossas vidas e do Seu absoluto controle sobre todos os acontecimentos. Deus não está enclausurado e inerte nos altares das igrejas e catedrais, Ele está ativo e direciona todos os aspectos da vida. Por isso,

<sup>148</sup> CALVINO, Inst, I, XVII, 3.

<sup>149</sup> CALVINO, Inst, I, XVII, 5.

<sup>150</sup> CALVINO, Inst, I, XVII, 5.

<sup>151</sup> CALVINO, Inst, I, XVII, 7.

<sup>152</sup> CALVINO, Inst, I, XVII, 11.

o calvinismo é uma biocosmovisão completa, que envolve todos os aspectos da vida e todas as áreas do conhecimento humano. O calvinista não pode se satisfazer apenas com uma teologia reformada; ele busca uma filosofia igualmente reformada, uma ciência, uma arte, uma cultura, uma política reformada.<sup>153</sup>

E, sem dúvida, podemos obviamente acrescentar, uma educação também reformada. É uma reforma que transforma o homem pela fé que lhe dá a soberania de Deus e seu poder, fazendo com que o crente realize, em todas as suas ações, a vontade de Deus. As conseqüências foram, seguramente, mudanças religiosas, com enormes repercussões sociais. O homem modifica a si mesmo e em seguida o mundo, à medida que esse conhecimento o impulsiona a agir em todos os setores da atividade humana para glorificar a Deus. A sociedade se transforma pelo indivíduo educado na Palavra e tocado por ela.

### **2.2.3- Como atingir o verdadeiro conhecimento de Deus**

É evidente para Calvino a incapacidade humana de compreender Deus pelo uso de sua razão. Isso é tão próprio de sua limitação que mesmo seus mais sábios representantes não conseguiram essa façanha.

Ora, para que ao demais poupemos, os quais muito mais absurdamente engendram despautérios, Platão, entre todos o mais religioso e particularmente sóbrio, também ele próprio se perde em seu globo esférico. E que não haveria de acontecer com os outros, quando os mais destacados, a quem caberia iluminar o caminho aos demais, assim desvariavam e tropeçam.<sup>154</sup>

Para Calvino não é possível penetrar nos céus pela razão; tentando isso, o homem só fez construir falsas noções, que o perderam. A razão humana, no que se refere às coisas celestes, é mãe do erro. A culpa de sua ignorância em relação às coisas divinas não deve ser atribuída senão a si mesmo, porquanto essa carência natural de perceber o que é puro e límpido conhecimento de Deus, como conseqüência de sua obtusidade, é próprio do homem decaído.

Ciente de que o homem por si só não conseguiria compreender verdadeiramente o autor da natureza, Deus se fez compreensível por meio da Palavra. Ela age como as lentes de

---

<sup>153</sup> GOUVÊA, 1996, p. 52.

<sup>154</sup> CALVINO, Inst, V, 11.

óculos a corrigir os defeitos da visão, àqueles que sofrem de problemas visuais, afirmou Calvino. Desse modo corrige o coração humano no que se refere à divindade.

Exatamente como se dá com pessoas idosas, ou enfermas dos olhos, e quantos quer que sofram de visão embaçada, se puseres diante deles até mui vistoso volume, ainda que reconheçam ser algo escrito, mal poderão, contudo, ajuntar duas palavras; ajudadas, porém, pela interposição de lentes, começarão a ler de forma distinta. Assim a Escritura, coletando-nos na mente conhecimento de Deus de outra sorte confuso, dissipada a escuridão, mostra-nos em diáfana clareza o Deus verdadeiro.<sup>155</sup>

É, portanto, da Escritura que nasce a verdadeira religião, pois é com base nela que Deus pode ser conhecido pelos homens. “Pois que jamais se podem arrancar do coração humano os erros, enquanto não se houver nele implantado o verdadeiro conhecimento de Deus”.<sup>156</sup> Calvino estabelece nesse ponto, tanto quanto o fez Lutero, a autoridade das Escrituras, não vinculando sua autoridade à Igreja, mas a Deus. A importância que a Bíblia recebeu dos Reformadores se deu em função de seu papel revelador do Deus verdadeiro, iluminando o homem e conduzindo-o para a verdadeira religião ensinada pelo Cristo. Ela está muito acima de qualquer obra produzida pelo homem. “Quão peculiar, porém, é à Escritura este poder, transparece claramente disto, que dos escritos humanos, por maior a arte com que são burilados, nenhum sequer nos consegue impressionar de igual modo”.<sup>157</sup> Sua antigüidade e perenidade dão provas seguras da proteção divina. Aqueles que a chamam de letra morta desconhecem seu valor e significado.

A revelação de Deus que a Bíblia encerra não era uma revelação completa; era preciso que o Espírito Santo a confirmasse como sendo de origem divina. A revelação de Deus é uma conjunção entre a Palavra e o Espírito Santo. Palavra e espírito se completam, cada qual dando testemunho um do outro.

Deus não deu a conhecer a Palavra aos homens com vistas a momentânea apresentação, assim que de pronto a abolisse com a vinda de Seu Espírito; pelo contrário, enviou o mesmo espírito, pelo poder de Quem havia dispensado a Palavra, para que realizasse Sua obra mediante a eficaz confirmação dessa mesma palavra”.<sup>158</sup>

---

<sup>155</sup> CALVINO, Inst, I, VI, 1.

<sup>156</sup> CALVINO, Inst, I, VI, 3.

<sup>157</sup> CALVINO, Inst, I, VIII, 1.

<sup>158</sup> CALVINO, Inst, I, IX,3.



Na Bíblia, Deus se manifesta como o Pai criador, tanto quanto se evidencia na própria natureza e não tem outro objetivo que expressar aquilo que “[...] refulge gravado nas criaturas, isto é, convida-nos, em primeiro lugar, ao temor de Deus; em seguida, à confiança nEle, para que, na verdade, aprendamos a cultuá-IO não somente com perfeita inocência de vida, mas ainda com não fingida obediência, e, então, a de todo dependermos de Sua bondade”.<sup>159</sup> Não é, pois, com qualquer tipo de imagem que faremos de Deus uma idéia justa de Sua natureza. Isso também as Escrituras ensinam como em Ex. 20.4<sup>160</sup>, exortando claramente a não representá-IO por meio de qualquer figura visível. Essa foi uma batalha travada pelos Reformadores contra o que chamavam de idolatria católica.

As imagens não serviriam para ensinar aos iletrados, porque tudo o que se pretendia ensinar por esse meio a respeito de Deus só poderia ser falso e contrário à Sua própria essência. “A tal representação segue-se de pronto, a adoração, pois, uma vez que os homens julgaram contemplar a Deus nas imagens, nelas também O adoraram”.<sup>161</sup> Não que toda e qualquer imagem esculpida ou pintada deva ser desprezada, porque “escultura e a pintura são dons de Deus”, embora, não sirvam para representá-IO sem que Lhes diminua Sua glória. Elas só não deviam ser usadas para representar aquilo que era impossível representar, seja por pinturas, seja por imagens esculpidas. “Resta, portanto, que se pinte e esculpa somente aquilo que está ao alcance dos olhos”.<sup>162</sup>

O conhecimento de Deus é a base para todos os demais conhecimentos. Ricardo Gouvêa chama esse conhecimento de pressuposicional, porque não procura provar a existência de Deus, mas antes o pressupõe. É um conhecimento que nasce a partir da crença, ou seja, eu compreendo porque creio, e não como sugere o método tradicional “eu creio porque eu compreendo”. Por esse meio, confiam na razão humana e tentam fundamentar a fé em argumentos racionais. O método pressuposicional sustenta, ao contrário, que “[...] a fé em Deus precede o entendimento de qualquer coisa, e que a elucidação teórica da verdade é subsequente à fé; e que a corrupção total do homem foi a causa da razão humana se tornar incapaz de ancorar-se, autonomamente, e de modo satisfatório, em algo objetivamente indubitável”.<sup>163</sup>

Disso não resulta que a razão humana deva ser desprezada. Se não serve para apreender a essência de Deus, assim a pintura ou a arte não servem para representá-IO.

<sup>159</sup> CALVINO, Inst, I, X, 2.

<sup>160</sup> Não farás para ti imagem esculpida, nem semelhança qualquer.

<sup>161</sup> CALVINO, Inst, I, XI, 9.

<sup>162</sup> CALVINO, Inst, I, XI, 12.

<sup>163</sup> GOUVÊA, 1996, p. 56.

Servem para esclarecer o homem sobre sua natureza decaída e para ajudá-lo a superar as dificuldades e intempéries da vida material. Pode ser um poderoso mecanismo subsidiário para a salvação do homem, levando-o até os textos sagrados. Calvino não desprezava o saber humano, capaz de versar sobre as coisas terrenas, ou seja, sobre as que “têm significado e nexos em relação à presente vida e, de certo modo, se lhe contêm dentro dos limites”. Isso engloba “[...] a ciência política, a economia doméstica, todas as artes mecânicas e as disciplinas liberais”.<sup>164</sup> Calvino reconhecia a habilidade humana, para o estudo e o aperfeiçoamento das artes liberais e manuais, e isso precisava ser aproveitado.

Seguem-se as artes, sejam as liberais, sejam as manuais, em aprender os quais, por isso que nos é a todos inata certa aptidão, também nelas se evidencia o poder do humano acumem. Mas, se bem que não são todos aptos para aprendê-las a todas, todavia, é marca bastante segura da energia comum, que não se acha quase ninguém cuja proficiência em alguma arte se não evidencie. Nem se encontra à mão a só energia e capacidade para aprender, mas também para incutir algo novo em cada arte, ou para aperfeiçoar e burilar o que hajas aprendido de outrem que veio antes de ti.<sup>165</sup>

Calvino advertia para que aprendêssemos a diferenciar as coisas humanas das coisas celestes. Quanto a essas últimas, ele dizia serem “[...] o puro conhecimento de Deus, o sentido da verdadeira justiça e os mistérios do Reino Celeste”.<sup>166</sup> A razão humana não podia penetrar, mas para as primeiras Deus capacitou a todos com aptidões inatas para compreendê-las. Disso resulta que, para o ensino das coisas celestes, a Palavra era a única escola. Para as coisas terrenas, os ensinamentos pagãos eram de grande valor e deveriam ser estudados, discutidos e ensinados.

Pois quê? Negaremos haver sido cegos os filósofos tanto nesta apurada contemplação da natureza, quanto em sua engenhosa descrição? Diremos haverem carecido de inteligência esses que, estabelecida a arte de arazoar, a nós nos ensinaram a falar com razoabilidade? Diremos haverem sido insanos esses que, forjando a medicina, sua diligência nos dedicaram? Quê dizer das ciências matemáticas todas? Julgá-las-emos delírios de dementes? Pelo contrário, não poderemos, por certo, ler sem grande admiração os escritos dos antigos acerca destas coisas. Admirá-los-emos, porém, porque seremos obrigados a reconhecer quão preclaros são.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> CALVINO, Inst, II, II, 13.

<sup>165</sup> CALVINO, Inst, II, II, 14.

<sup>166</sup> CALVINO, Inst, II, II, 13.

<sup>167</sup> CALVINO. Inst. II. II. 15.

Certamente, para Calvino, que essas maravilhas da mente humana provêm todas elas de Deus, que a deixou com esses bons dotes, mesmo depois de despojada do verdadeiro bem. Nenhum conhecimento, portanto, era desprezível para Calvino. Ele cuidava, apenas, para que esses ensinamentos não fossem utilizados para tratar de coisas superiores e celestes. O bom e verdadeiro ensino educa o homem, que participa ao mesmo tempo da terra e do céu, o homem que ainda vive no mundo mas que espera, já, o paraíso futuro. Na perspectiva de Calvino, a educação tinha um significado holístico, total. Usavam-se os ensinamentos cristãos revelados por Deus e os conhecimentos pagãos. Nos programas de estudo da Academia, desde os graus iniciais, percebe-se essa valorização dos pensadores não cristãos. Não é demais lembrar que a educação servia não apenas para a consolidação da fé e o ensino das Escrituras, para a salvação do homem, mas ela também formava o cidadão para se tornar apto aos trabalhos necessários na administração do Estado ou nas atividades úteis à sociedade, pois a transformação proposta não era exclusivamente interna, ela era inicialmente espiritual mas tão logo efetivada deveria significar frutos para a vida social do homem, nas suas atividades corriqueiras e nas suas obrigações junto à coletividade.

### 3.3- AS REPERCUSSÕES DO CALVINISMO NA SOCIEDADE

Com a Reforma, novos paradigmas foram estabelecidos, modificando a teologia edificada em mais de quinze séculos pela Igreja. A salvação pela fé, pilar central do pensamento protestante, destruiu a tese de que por suas obras e mérito o homem poderia conquistar a própria salvação. Para Lutero, e depois também para Calvino, nada nos textos sagrados confirmava essa idéia; pelo contrário, herdeiro do pecado, o homem já nasce corrompido e naturalmente propenso ao mal. Ele nunca poderá realizar boas obras, pois uma árvore má não poderá produzir bons frutos. A virtude e o bem não nascem jamais de um coração corrompido e destituído de toda virtude como é o coração humano. A miserabilidade e incapacidade humanas que a Reforma evidenciou ajudou os teólogos a proporem que somente pela vontade e graça de Deus o céu poderia ser conquistado. Ao homem restaria apenas a fé nas promessas de Deus contidas na Bíblia, agora a maior autoridade da Igreja e não mais o papa ou qualquer outro dos seus subordinados. Surgiu, desse modo, um novo grupo de fiéis que, alimentado por essas novas teorias, modificou as relações entre eles e Deus. Não era possível mais negociar com Deus a salvação em troca de boas obras; nossa interação com o Criador era, na verdade, uma via de mão única.

Para Calvino, aquilo que se aplicava ao homem também podia ser aplicado à sociedade. A interação mútua entre corpo e espírito, sob a orientação da alma, formava o homem integral, da mesma forma que as relações entre o Estado e a Igreja, com a predominância dos objetivos religiosos sobre os interesses meramente políticos, formavam a sociedade autenticamente cristã com que tanto sonhava Calvino. Essa idéia deu nascimento a “[...] um credo que buscava não meramente purificar o indivíduo, mas reconstruir a Igreja e o Estado, e renovar a sociedade permeando todos os setores da vida, tanto públicos como privados, com influência da religião”.<sup>168</sup> Esse pensamento forjou uma nova concepção de mundo, que aproximava mais o céu à terra, o espiritual ao material, em que a disciplina passava a ter uma enorme importância.

O Deus de Calvino criava todas as coisas e as mantinha sob Suas ordens. Tudo era obra de Deus e estava submetido à sua soberana vontade. A divisão maniqueísta de duas forças antagônicas a se guerrearem desmorona-se, segundo Calvino, ante a onipotente vontade do Criador, que disciplinava tudo e todos conforme Seus desígnios. Alimentado por essa

---

<sup>168</sup> TAWNEY, 1971, p. 109.

concepção unitária e harmônica da criação, o crente passou a explicar a vida de forma diversa daquela que os clérigos faziam na Igreja, até então. Com isso, mesmo que o espiritual continuasse a ter primazia sobre o material e o espírito predominasse sobre o corpo, isso não significava, entretanto, que o corpo físico fosse desprezível, ou não pudesse contribuir para o crescimento espiritual do indivíduo. Mesmo que o paraíso continuasse a ser desejado por todo devoto, por ser esse a morada eterna da alma não precisava, ainda assim, desdenhar a terra. Era nela que, por meio do trabalho, todo homem atendia à vocação que Deus havia instituído a cada um dos seus filhos. Por essa ótica, a ociosidade era entendida tanto como um mal social quanto como um pecado contra Deus, porque não cumprindo sua vocação, que era sempre útil à sociedade, desobedeciam a Deus e se tornavam inúteis para a coletividade.

Ainda que a riqueza espiritual fosse a grande meta, e nesse sentido tudo faziam para alcançá-la, não era lógico desprezar a prosperidade material de que o crente podia gozar neste mundo. Pequenos e honestos prazeres eram permitidos, sem que fossem condenados ao fogo eterno os que usufruíam seus deleites, mas se lembrando sempre da superioridade dos prazeres celestes que Deus reservava às almas eleitas. O que Calvino e o Calvinismo condenam não é o uso, mas o abuso das dádivas concedidas ao homem por Deus. Esses deleites deviam estar sujeitos ao controle da vontade humana, e não esta ser dominada por aquilo que toca os sentidos e aguça os instintos.

Certamente que marfim, e ouro, e riquezas são criações boas de Deus permitidas, de fato, destinadas pela providência de Deus aos usos dos homens. Nem foi jamais proibido rir, ou fartar-se, ou adjungir novas propriedades às antigas e ávitas, ou deleitar-se em um concerto músico, ou beber vinho. Verdadeiro é isto, certamente. Mas onde está à mão abundância de coisas para chafurdar-se em deleites, e neles engurgitar-se, a mente e o coração inebriar de prazeres do momento e estar sempre anelante por prazeres novos, estas coisas muitíssimo distanciadas estão de legítimo uso dos dons de Deus.<sup>169</sup>

Assim, o Calvinismo parece não se demorar nas diferenciações entre o que é de Deus e o que é do homem, como se houvesse algo que não fosse próprio de Deus. Calvino também não diferencia o que é espiritual e o que é material, depreciando um em detrimento do outro. “Com efeito, esta vida, por mais que de infinitas misérias seja referta, é, contudo, merecidamente contada entre as bênçãos de Deus não de desprezar-se”.<sup>170</sup> Nem classifica a

---

<sup>169</sup> CALVINO, Inst, III, XIX, 9.

<sup>170</sup> CALVINO, Inst, III, IX, 3.

Igreja e o Estado como duas forças incompatíveis; para Calvino, tudo é obra de Deus e deve ser utilizado com prudência e parcimônia, visando sempre à glória do Pai e ao bem comum.

A Igreja estigmatizava o mundo material, maculado pelo pecado. Ensinava ela que todo verdadeiro cristão deveria dele se afastar. Enquanto não chegasse o momento da libertação em direção ao verdadeiro reino de Deus, espiritual e imaculado, buscava-se no ideal monástico uma solução para se evitar o contágio com o mundo do pecado, isolando-se. Na prática, porém, como constatou Calvino, muitos de seus líderes buscavam demasiadamente os bens materiais e suas ambições eram muito mais mundanas do que celestes. Quando se lembra de figuras como Alexandre VI<sup>171</sup>, isso é facilmente constatado. Obviamente que essa não era a regra, mas bastava um mau exemplo para que a Igreja fosse criticada, como fez Calvino no texto abaixo:

Nenhuma classe de homens hoje há de pior reputação no luxo, na efeminação, nos prazeres, em todo gênero de dissoluções, afinal; de nenhuma classe de mestres mais refinados ou mais hábeis há de toda impostura, fraude, traição, perfídia; em parte alguma, tanto ou de solércia, ou de ousadia para fazer o mal... Uma coisa digo, que não poderão eles próprios, certamente, negar: dentre os bispos quase nenhum haver, dos prepostos de paróquias não um em cem, de quem, se sentença haja de ser passada quanto aos costumes, segundo os cânones antigos, não deva ou ser excomungado, ou, ao menos, ser deposto do múnus.<sup>172</sup>

A Igreja pregava o desprezo pelas coisas deste mundo, estabelecendo o ascetismo monástico como o ideal de vida cristã. Ao mesmo tempo em que condenava a riqueza e o poder temporal, alguns membros de sua grei acumulavam terras, riquezas e poder. Esses agiam na prática do modo como condenavam na teoria, pois é inegável que a Igreja era a maior proprietária de terras da Europa, alcançado, em alguns países, quase um terço do território. Para Calvino tudo se completava num grande todo, tudo era obra de Deus e estava sob Seu controle: o Estado, a Igreja e a sociedade. Dentro da comunidade o indivíduo devia cumprir obrigações ao mesmo tempo religiosas e sociais. “Para Calvino, ao contrário dos outros líderes da Reforma, não existe uma dicotomia básica entre o evangelho e o mundo, o evangelho e a cultura.”<sup>173</sup>

Para o homem atender às suas necessidades espirituais, era preciso conhecer a Palavra de Deus e alimentar-se da fé, freqüentando os cultos. Para as necessidades materiais e sociais,

<sup>171</sup> Rodrigo de Borgia, nascido em Valência em 1430. Foi eleito papa em 10 de agosto de 1492. Por causa da vida que levava é ele considerado uma das figuras mais indignas da história do papado. Seu pontificado foi uma infelicidade para a Igreja. Cf. FICHER-WOLLPERT, 1999, p. 124-5.

<sup>172</sup> CALVINO, Inst, IV, V, 14.

<sup>173</sup> KNUDSEN, 1990, p. 16.

era preciso dedicar-se ao trabalho, obedecendo à sua vocação dentro da comunidade, pois, agindo assim, o crente também servia à glória de Deus.

Finalmente, de levar-se em conta é isso: que o Senhor a cada um de nós em todas as ações da vida ordena atentar para sua vocação. Pois, Ele sabe com quão grande inquietude e efervesça o engenho humano, de quão inconstante volubilidade seja levado para cá e para lá, quão ávida lhe seja a ambição em abraçar diversas coisas a um só tempo...E para que não ultrapasse alguém temerariamente os seus limites, a essas modalidades de viver chamou vocações. Logo, para que não sejam levados em volta às cegas pelo curso todo da vida, foi pelo Senhor atribuída a cada um, como se fora um posto de serviço, sua forma de viver.<sup>174</sup>

O homem foi chamado desde sua origem a exercer uma função digna e útil na sociedade, atendendo à sua vocação. Calvino desenvolveu esse conceito para valorizar o papel de cada um no mundo, necessário ao bom andamento da sociedade. O conceito de vocação que Lutero criou e que depois Calvino aprimorou se desenvolveu de uma idéia diametralmente oposta àquela que vigorava em sua época, ou seja, de que somente pelo isolamento do mundo, contaminado pelo pecado, podia o homem agradar a Deus. Para os Reformadores dava-se exatamente o contrário, ou seja, não era nas atividades monásticas que o homem glorificava a Deus, mas sim nas suas atividades dentro da sociedade, impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo.

Na verdade, a vocação ou chamada de Deus tem sentido universal. A idéia reformada da vocação, contudo, não atinge sua expressão plena, separada da idéia de que há vocações particulares. A Reforma recuperou a idéia da santidade de todas as atividades humanas legítimas. O que está em jogo, portanto, não é se alguém é objeto de uma vocação particular, mas se na esfera em que exerce sua atividade, ele realiza o seu trabalho à luz da vocação divina e ali serve a Deus de todo o coração.<sup>175</sup>

Nisso, lembra Weber, é que consiste a sua vocação.<sup>176</sup> Essa visão prática da vida colocava o calvinismo como o grande inimigo do monasticismo: o homem devia agir no mundo e não fugir dele, pois a prova de que eram verdadeiros cristãos era atestada pela santidade de suas vidas. A Igreja, pregando a salvação pelas obras, conduzia muitos dos seus fiéis a uma clausura monástica, prejudicial às ações de caridade no cotidiano do mundo que o convívio social proporciona. Os reformadores, por outro lado, ensinando que somente a fé salva, convenciam seus seguidores a uma atitude de ação no mundo e na sociedade, certos de

<sup>174</sup> CALVINO, Inst, III, X, 6.

<sup>175</sup> KNUDSEN, 1990, p. 23.

<sup>176</sup> WEBER, 1981, p. 53.

que assim glorificavam a Deus. Tawney foi feliz ao afirmar sobre Calvino que, “tendo derrubado o monasticismo, sua meta era transformar o mundo secular em um gigantesco mosteiro”.<sup>177</sup> Calvino elevou a “vida ativa” do trabalho diário acima da “vida contemplativa”<sup>178</sup>. Ele acreditava que todo trabalho que servisse à comunidade e não fosse contrário às leis de Deus era bom e útil. Nesse sentido a ociosidade, quando o homem podia trabalhar, era, indubitavelmente, uma ofensa aos códigos divinos, pois o homem foi criado para o convívio social, para a atividade, para o trabalho.

Lutero havia ensinado, e Calvino o havia seguido, que a verdadeira perfeição cristã deveria ser encontrada e que a santificação do indivíduo deveria ser cumprida, não à parte do cumprimento da missão terrena, mas dentro dela, fosse ela a de ser um homem casado, a de ser uma esposa, a de ser um comerciante ou a de ser um artista.<sup>179</sup>

Por isso, afirma-se que a teologia de Calvino é bíblica mas é também prática, ou seja, não pode ser apenas um exercício teórico. Ela requer, além da mudança de conceitos, a moralização do comportamento.

Ela não é abstrata, especulativa ou altamente filosófica. Ela nunca é um fim em si mesma. Para Calvino o evangelho se dirige não somente às almas ou a pessoas individuais ou às chamadas questões “espirituais”. Ele se dirige à pessoa integral e a todos os aspectos da vida e da sociedade – coisas como exercer um cargo público, praticar desobediência civil, riqueza e pobreza, trabalho, salários, usura, educação, casamento e vida familiar.<sup>180</sup>

No desenrolar dessa cosmovisão de valorização das coisas do mundo de maneira não fragmentária, em que um é bom e o outro ruim, mas de maneira integral, até as atividades financeiras, que tanta polêmica geravam, passavam a ser vistas, pelos próprios fiéis, de modo mais simpático. Ao contrário das antigas interpretações bíblicas feitas pela Igreja e mesmo por Lutero, quanto à grande dificuldade de um rico transpor as portas do paraíso, tal como ocorria com os comerciantes e banqueiros, em consequência de suas atividades, o Calvinismo pregava que a riqueza era também necessária e, portanto, agradável a Deus. Dessa forma aliviou homens e mulheres que, sendo ricos, também eram fiéis e igualmente pretendiam a vida eterna. Surgiu uma nova espiritualidade, não mais pautada na pobreza mas no êxito. “O

---

<sup>177</sup> TAWNEY, 1971, p. 120.

<sup>178</sup> BIERMA, 2003, p.17.

<sup>179</sup> WALLACE., 2003, p. 109.

<sup>180</sup> BIERMA, 2003, p.17.



“burguês”, que acabara de nascer no século XVI, foi buscar aí uma justificação de que certamente não precisava, mas que lhe tranqüilizava a consciência”.<sup>181</sup>

Max Weber fala do surgimento de uma ética protestante, que teria contribuído para o surgimento de um espírito, ou, de um modo de pensar tipicamente capitalista. Para ele, foi a ética praticada por algumas seitas vinculadas ao Calvinismo que criou um terreno fértil para que novas necessidades econômicas se desenvolvessem. Desse modo, Weber não concorda com a explicação da corrente historiográfica marxista, que determina as causas da Reforma como decorrentes de uma vertente econômica, como base para o surgimento da nova mentalidade religiosa reformadora, que explodiu no início do século XVI. Trata-se, diz ele, de

[...] tornar mais claro o impacto que os motivos religiosos tiveram no processo de desenvolvimento da moderna cultura secular, surgida de inúmeros fatores históricos... Ao mesmo tempo, devemos evidentemente libertar-nos da idéia de que é possível interpretar a Reforma como ‘conseqüência histórica necessária’ de certas mudanças econômicas.<sup>182</sup>

Tawney também afirma, sobre o Calvinismo, que “seu inimigo não é a acumulação de riquezas, mas o mau uso impróprio destas para satisfazer apetites pessoais ou para fins de ostentação”. Diz ainda que, “seu ideal é uma sociedade que busca riqueza com a gravidade sóbria de homens ao mesmo tempo cômicos de estarem disciplinando seus próprios caracteres pelo trabalho paciente, devotando-se a um serviço aceitável a Deus”.<sup>183</sup> Tawney reforça o que Weber diz sobre a intenção primeiramente religiosa das posições de Calvino, mais do que econômicas ou materiais, ou seja, não era possível duvidar que suas intenções fossem inteiramente religiosas. Tawney lembra, no entanto, que Calvino teve que ceder em alguns pontos. Uma vez que “[...] é o ambiente das classes industriais e comerciais que ocupa o primeiro lugar nos pensamentos de Calvino e seus seguidores, eles têm de render-se às suas necessidades práticas.”<sup>184</sup> Isso significa, diz o autor, que os reformadores precisavam destinar seus ensinamentos e aplicá-los em tais condições, isto é, onde as características de uma civilização comercial eram tidas como certas.<sup>185</sup> Há quem discorde, no entanto, dessas relações entre o Calvinismo e as forças econômicas do período, como queriam Weber e Tawney. Para Elton,

o Calvinismo penetrou gradualmente nos Países Baixos; aqui substituiu os seus predecessores luteranos e, sobretudo, anabatistas, sendo mais forte

<sup>181</sup>DANIEL-ROPS, 2001, p. 215.

<sup>182</sup>WEBER, 1981, p. 61.

<sup>183</sup>TAWNEY, 1971, p. 112.

<sup>184</sup>TAWNEY, 1971, p. 111-2.

<sup>185</sup>TAWNEY, 1971, p. 112.

entre o proletariado das cidades valões no sul e entre os atrasados camponeses do nordeste. A sua vitória na Escócia, depois de 1560, não deveu nada ao comercialismo ou à classe média, das quais nenhuma existia naquele país de nobres desordeiros e de campesinato oprimido.<sup>186</sup>

Segundo o autor a teoria defendida pela corrente marxista, de que uma classe média burguesa em ascensão adotara o Calvinismo, é distorcida e desconhece a verdadeira imagem da expansão do Calvinismo.

Em parte alguma deveu a sua recepção original ou aos seus êxitos a qualquer ligação com idéias econômicas avançadas ou a quaisquer vantagens imaginárias para as ambições econômicas da classe média. No Ocidente – especialmente em Inglaterra, na Escócia e nos Países Baixos, todos centros de avançada economia assim como do protestantismo – desenvolveu-se junto dos pobres mais do que junto dos ricos; no leste atraiu as classes governantes proprietárias de terras.<sup>187</sup>

As causas da Reforma, e de seu êxito, devem ser buscadas no enorme peso que a religião tinha para as pessoas daqueles tempos e na sinceridade teológica dos Reformadores. Naturalmente que toda essa inovação da fé iria influenciar, também, a economia, a política, a cultura e a educação, como consequência da nova visão de mundo que o protestantismo fundou.

Karl Marx enfatizou corretamente o papel dos ‘interesses’, particularmente os interesses econômicos, na formação da cultura, bem como da teologia. Entretanto, como Weber, Troeltsch e Holl sustentaram, no início deste século, a religião e, em particular o protestantismo, também moldaram a cultura. Na verdade, muitas das mais valiosas qualidades da vida social, política e cultural nos Estados Unidos da América são inconcebíveis senão como parte da herança recebida da reforma protestante e da tradição reformada, incluindo, de modo especial, o puritanismo inglês.<sup>188</sup>

Como vimos, para Calvino, o reino de Deus e o governo civil, embora distintos em suas naturezas e funções, não são incompatíveis, nem tampouco se excluem. No aspecto político, a força do Calvinismo estava no caráter revolucionário da sua teoria da resistência que foram obrigados a defender os Reformadores, não apenas contra os eclesiásticos, mas também contra os governantes civis. “O calvinismo expandiu-se, sobretudo em países como a França, os Países Baixos e a Inglaterra, onde a Reforma ainda não se instalara e onde os

---

<sup>186</sup> ELTON, 1982, p. 186.

<sup>187</sup> ELTON, 1982, p. 186.

<sup>188</sup> LEITH, 1996, p. 349.

poderes não tinham a menor intenção de se curvarem ante Genebra”.<sup>189</sup> Missionários deixaram Genebra para fundar congregações calvinistas por toda a Europa, amparados por inabalável resistência e fé. “O calvinismo tinha todas as vantagens dum movimento subversivo organizado em células e cheio duma fé total no seu futuro”<sup>190</sup>, fortalecidos, obviamente, pela clara e sistemática teologia de Calvino, que formava um “[...] conjunto de teses nítidas e intelectualmente fundamentadas”.<sup>191</sup>

Esse caráter revolucionário de que fala Elton dependeu das condições sociais, ou seja, pendeu para o radicalismo ou para a tolerância em função das necessidades de sobrevivência que os grupos calvinistas enfrentaram em cada região, e que Tawney sintetizou magistralmente:

Quer um individualismo intenso quer um socialismo cristão rigorosos eram deduzíveis da doutrina de Calvino. A predominância de um ou de outro iria depender das diferenças de ambiente político e classe social. Iria depender, sobretudo, da questão de ver se os calvinistas eram, como em Genebra e na Escócia, uma maioria capaz de imprimir seus ideais na ordem social, ou, como na Inglaterra, uma minoria vivendo na defensiva sob os olhos suspeitosos de um governo hostil.<sup>192</sup>

Quentin Skinner apresenta, em seu livro, as contribuições que o Calvinismo deu ao tema da resistência às autoridades.<sup>193</sup> Para ele a ideologia revolucionária, ou seja, de resistência, elaborada pelos radicais calvinistas na década de 1550 defendia, mesmo que num sentido exclusivamente religioso, a legitimidade da resistência, que mais tarde seria concebida por Locke como um direito moral. Para os calvinistas do séc. XVI, o poder político era uma manifestação da vontade divina, que exigia de seus mandatários a defesa das leis de Deus. Por isso, em caso de tirania era possível e justo que o povo depusesse esse tirano como forma de defender as leis de Deus.<sup>194</sup> Até certo ponto, tanto Lutero quanto Calvino foram conservadores em relação aos poderes políticos. Pregavam a não-resistência e se baseavam na carta de São Paulo aos romanos para dizer que toda a autoridade fora instituída por Deus, impossibilitando o homem de julgá-las ou destituí-las. Isso era válido até mesmo para aqueles magistrados injustos e tiranos, porque mesmo esses ascenderam ao poder por força da vontade divina, para castigar o povo em seus pecados.

---

<sup>189</sup> ELTON, 1982, p. 187.

<sup>190</sup> ELTON, 1982, p. 188.

<sup>191</sup> ELTON, 1982, p. 189.

<sup>192</sup> TAWNEY, 1971, p. 118.

<sup>193</sup> SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

<sup>194</sup> SKINNER, 1996, p. 514.

O conservadorismo luterano referente à resistência ao Imperador, lembra Skinner, viu-se abalada ante os argumentos de Brück, o jurista, que a pedido do eleitor da Saxônia formulou uma súmula dizendo que, se o Imperador agisse e insistisse em agir sobre assuntos alheios às suas prerrogativas, como o faria um turco ou um assassino, podia-se afirmar que ele não era um genuíno magistrado.<sup>195</sup> O perigo da tese de Brück era de que, ao recorrer ao Direito Privado para destituir o Imperador, o povo, valendo-se de uma falsa autoridade, pudesse perpetrar atos de violência e rebeldia, conseqüências que os luteranos queriam evitar a todo custo, pois a sua reforma se mantinha, primordialmente, pelo apoio de autoridades e príncipes alemães. Esse problema foi resolvido, segundo Skinner, por Martin Bucer, quando afirmou que “jamais é legítimo que indivíduos privados venham a repelir qualquer força com a força, isso cabendo apenas àqueles a quem a espada foi concedida por comando do próprio Deus”.<sup>196</sup>

O mais importante documento que trata da resistência às autoridades é a “confissão” de Nicolas von Amsdorf. Esse texto é, na verdade, uma reafirmação da teoria constitucional da resistência, originalmente formulada pelos juristas de Hesse, em 1529. A tese fundamental afirma ousadamente que “[...] toda vez que um magistrado superior perseguir seus súditos, o magistrado inferior, pela lei da natureza, pela lei divina e pela verdadeira religião e reverência a Deus deve, por ordem de Deus mesmo, resistir-lhe”.<sup>197</sup> Foi dessa base luterana que os calvinistas desenvolveram suas teorias políticas. Os autores dessa teoria constitucional tomaram o cuidado de não dar margem a interpretações que pudessem gerar problemas, isto é, não era o homem comum do povo que se vestia de qualquer autoridade; essa resistência só era possível pelas mãos dos magistrados inferiores, que também eram autoridades instituídas por Deus.<sup>198</sup>

A distinção entre a pessoa e o cargo foi um problema resolvido pelos Calvinistas, o que possibilitou e facilitou o entendimento de que os magistrados eram incumbidos de exercer suas funções para o bem geral do povo. Caso deixassem de cumprir essa função básica poderiam ser destituídos de suas posições. É claro que essa nova especulação fez surgir uma dificuldade teórica numa das teses mais fundamentais do pensamento político da Reforma, a de que toda autoridade, independente do bom exercício de suas funções, era instituída por Deus, fato esse posto em prova pelos novos argumentos calvinistas.<sup>199</sup>

---

<sup>195</sup> Cf. SKINNER, 1996, p. 474-5.

<sup>196</sup> SKINNER, 1996, p. 476.

<sup>197</sup> SKINNER, 1996, p. 483.

<sup>198</sup> Cf. SKINNER, 1996, p. 493.

<sup>199</sup> SKINNER, 1996, p. 499.

Somente com os calvinistas mais radicais da década de 1550 – Ponet, Goodman e, em menor grau, Knox – esses problemas foram encarados de frente e solucionados de maneira satisfatória. Ponet e Goodman começam admitindo que, se julgamos que Deus ordena príncipes perversos e ao mesmo tempo alegamos ser legítimo resistir-lhes, estamos inquestionavelmente considerando Deus o autor do mal e da injustiça do mundo.<sup>200</sup>

Logo, a resistência a esses maus governantes não apenas deixava de ser condenável por Deus mas passava a ser até esperada por Ele.

Conforme claramente reconhecem Ponet e Goodman, a única resposta coerente para o dilema assim criado consiste em abandonar a tese agostiniana fundamental segundo a qual, mesmo que nossos governantes deixem de desempenhar os deveres de seu cargo, ainda assim têm de ser considerados autoridades ordenadas por Deus.<sup>201</sup>

Conforme Quentin Skinner, Ponet admitia essa idéia já em seu capítulo central sobre a legitimidade da resistência, quando afirma sem rodeios que nem sempre um príncipe ou juiz é ordenado por Deus. Está claro, afirma Skinner, que vindo de um protestante, uma afirmação dessas era revolucionária.<sup>202</sup> Ponet utilizou os mesmos argumentos conciliaristas usados para combater o papa, que assegurava que o santo pai podia “[...] ser destituído pelo corpo da Igreja”, para afirmar ainda “[...] por argumentos, razões e autoridades análogos” que também os imperadores, reis príncipes e outros governantes, se abusassem de seus cargos, podiam ser depostos e afastados de suas funções pelo “[...] corpo de toda a congregação ou república”.<sup>203</sup>

A transformação da resistência calvinista, que considerava unicamente o aspecto religioso da autoridade, tendo como sua principal função defender a religião verdadeira e assegurar o cumprimento das leis de Deus, para uma concepção mais moderna, que atribuísse obrigações morais em benefício do conjunto da população, obteve grande impulso após o desenvolvimento das guerras religiosas travadas entre calvinistas e católicos, na França. Foi no embate diário, na tentativa de se estabelecerem e de se manterem, que as teorias políticas foram se delineando. De início tentaram a conciliação, na esperança de que a tolerância religiosa pudesse vigorar no país, mas as guerras que eclodiram após 1562 e que culminaram com a histórica Noite de São Bartolomeu em 1572 enterraram de vez qualquer possibilidade de acordo na França, pelos próximos vinte anos.

---

<sup>200</sup> SKINNER, 1996, p. 501.

<sup>201</sup> SKINNER, 1996, p. 502.

<sup>202</sup> SKINNER, 1996, p. 502.

<sup>203</sup> SKINNER, 1996, p. 509.

Embora durante toda a década de 1560 os huguenotes continuassem a esperar por um certo grau de tolerância oficial, não podem ter deixado de meditar, apesar disso, sobre uma questão que em 1572 de súbito assumiu caráter de extrema urgência: o que fazer se o governo finalmente se voltasse contra eles e abandonasse as políticas conciliatórias, para tentar extinguir a Igreja calvinista na França.<sup>204</sup>

Por isso precisavam estender seus argumentos para além do ambiente religioso, já que eram uma minoria bem reduzida, se comparados com o restante da população. Daí porque, quando o exército católico liderado pelos Guise atacaram os huguenotes, depois se fixando em Paris, o príncipe Conde, na qualidade de líder dos protestantes calvinistas, publicou uma declaração em que defendia a proteção à Coroa e ao próprio reino, que corriam perigo nas mãos dessa família. Fez um discurso em defesa da Coroa e não dos huguenotes, na tentativa de angariar apoio de outros setores da sociedade francesa.<sup>205</sup> Dirimidas suas dúvidas em relação ao posicionamento da Coroa, ou seja, após

[...] conferida essa ênfase à tirania governamental, os huguenotes foram capazes de apresentar sua decisão de resistir como nada mais que um ato necessário, portanto, de legítima defesa. Vários tratados publicados logo após o massacre de 1572 concentraram-se quase que exclusivamente nesse tema.<sup>206</sup>

Trabalharam, então, para criar uma ideologia que, se por um lado tranqüilizava as consciências de seus seguidores para se envolverem em uma revolução contra a autoridade, por outro também seduzia uma camada maior do que seus pequenos grupos religiosos, para ampliar sua base de apoio. Recorreram então ao direito natural e abandonaram a ortodoxia paulina “[...] segundo a qual todas as autoridades constituídas devem ser consideradas como sendo diretamente ordenadas por Deus: assim puderam inferir, ao contrário, que toda sociedade política legítima deve originar-se de um ato de livre consentimento por parte do povo inteiro”.<sup>207</sup>

Esses argumentos ajudaram os huguenotes a conquistar a simpatia de outros grupos de descontentes para com as autoridades, pois falavam não apenas de uma obrigação do Rei para com a religião, mas também para com o bem comum. Com essas guerras religiosas travaram-se debates sobre as funções do Estado e seu papel como protetor de uma ou de outra denominação religiosa, a saber, de uma religião “oficial”. A solução caminhou para uma

---

<sup>204</sup> SKINNER, 1996, p. 527.

<sup>205</sup> SKINNER, 1996, p. 573.

<sup>206</sup> SKINNER, 1996, p. 579.

<sup>207</sup> SKINNER, 1996, p. 590.

neutralidade, ou separação entre o Estado e a Igreja, entre as obrigações dos cidadãos e dos fiéis. A idéia de que era possível ser um mal fiel mas um bom cidadão, ou um mau cidadão mas um bom fiel nasceu nesse momento, e isso foi fundamental para

cristalizar-se o conceito moderno e secularizado de Estado. Isso porque, assim que os defensores de credos religiosos rivais se mostraram dispostos a travar entre si um combate de morte, começou a evidenciar-se, aos olhos de diversos teóricos da linha *politique*, que, para se ter alguma perspectiva de obter a paz cívica, os poderes do Estado teriam de ser desvinculados do dever de defender uma determinada fé.<sup>208</sup>

Entendemos que a maior contribuição e a maior importância alcançadas pelo Calvinismo foram, obviamente, as que se deram no campo da fé e da teologia. Percebemos, no entanto, que seus conceitos sobre Deus e sobre o homem acabaram por modificar as teorias que vigoravam no campo da política, da economia e que repercutiram também na sociedade. A visão de mundo que se despreendeu dos ensinamentos de Calvino unia o material e o espiritual num grande todo. O homem era chamado para cultuar Deus e glorificá-lo no cumprimento de suas obrigações religiosas e, também, na execução de sua vocação na sociedade. Para Grimm

A principal contribuição de Calvino para as modernas teorias sociais e econômicas foi sua interpretação da vocação do homem no sentido ativo. Isto é, ele enfatizou as obrigações do homem para servir a sociedade em harmonia com a vontade de Deus e para Sua honra. Esse ativismo vocacional provou ser uma dinâmica poderosa na civilização ocidental. (tradução nossa)<sup>209</sup>

O monasticismo, com seu isolamento do mundo, não era mais o ideal cristão. Na doutrina de Calvino, todas as atividades úteis à sociedade eram consideradas como sendo um chamado de Deus.

Cristãos começaram a reconhecer que toda sua atividade cultural era parte de seu serviço a Deus nesta vida. Para servir a Deus não precisava entrar num monastério, convento ou nas fileiras do clero... Ele era responsável em fazer todas as coisas mesmo as mais rotineiras e mundanas para a glória de Deus. Isso significou uma mudança radical na perspectiva sobre a vida e seus significados. (tradução nossa)<sup>210</sup>

---

<sup>208</sup> SKINNER, 1996, p. 620.

<sup>209</sup> GRIMM, 1973, p. 475.

<sup>210</sup> REID, 2004, p. 6.

Essa cosmovisão, como vimos, estabeleceu um novo padrão de comportamento, ou seja, uma nova cultura. Assim como falamos de uma cultura islâmica, judaica ou budista, falamos também de uma cultura calvinista, que impregnou o homem com nova força mental para modificar o seu mundo interno e, como conseqüência natural, também o seu mundo externo. Falamos aqui mais estritamente de cultura, aquilo que resulta do melhoramento e da iluminação adquiridos pela disciplina mental e pelo treinamento moral, de civilização, de refinamento nas maneiras e nos gostos.<sup>211</sup> Para Costa

O cristianismo, conforme entende o calvinista, não é uma forma de acomodação à cultura, e sim de formação e de transformação através de uma mudança de perspectiva da realidade, que redundará necessariamente numa mudança nos cânones de comportamento, alterando sensivelmente as suas agendas e praxes.<sup>212</sup>

Calvino, como todos os outros Reformadores, condenou a utilização de imagens como forma de ensino a respeito de Deus, não só porque a mente humana era incapaz de conceber uma idéia justa do criador, como evidencia Calvino neste parágrafo da sua **Instituição**. “A mente do homem, como está abarrotada de orgulho e temeridade, ousa imaginar a Deus, segundo o seu alcance; como padece de embotamento, mais até, é levada de roldão pela mais crassa ignorância, em lugar de Deus concebe a irrealidade e a vazia aparência”.<sup>213</sup> Mas, também, porque não são as imagens meios corretos de representá-Lo, pois dessa forma O diminuiriam inevitavelmente.

Dentre os Profetas, será suficiente um só, Isaías, que é muito incisivo nesta demonstração, por isso que ensina que de vil e absurda ficção é maculada a majestade de Deus, quando o incorpóreo é assemelhado à matéria corpórea, o invisível à representação visível, o espírito à coisa inanimada, o imenso ao bocado de um pedaço de madeira, pedra ou ouro.<sup>214</sup>

Fica claro, portanto, que não é por esse meio que vamos realmente conhecer Deus, pois somente Ele pode apresentar-se a Si mesmo, e assim o fez por meio da Palavra revelada, e somente nela Deus verdadeiramente se apresenta. Com isso queremos enfatizar a idéia que surge a partir dessa nova matriz explicativa, que deu um novo impulso não apenas para as atividades do mundo, de modo mais amplo, mas também para a educação de modo específico

---

<sup>211</sup> Cf. MEETER, 1939, p. 78.

<sup>212</sup> COSTA, 1999, p. 181.

<sup>213</sup> CALVINO, Inst, I, XI, 8.

<sup>214</sup> CALVINO, Inst, I, XI, 2.



e particular. Todas essas transformações só seriam possíveis, segundo Calvino, num mundo que realmente conhecesse o Deus verdadeiro. Por meio desse saber, o homem reconhecia sua insignificância e ao mesmo tempo sua semelhança com Deus. Sem o conhecimento de Deus, o homem não saberia que Ele governa o mundo, subordinado que está à Sua soberana vontade.

Sem esse conhecimento, ainda, o homem não saberia que Sua vontade é a de que nossa passagem pela terra seja marcada pelo trabalho útil e pela atividade constante dentro da comunidade em que fomos chamados a viver. Sem o conhecimento de Deus, portanto, o homem é abandonado a suas falsas especulações e entregue aos enganos de sua razão limitada e ignorante. Como todos os outros segmentos atingidos pela teologia calvinista, a educação também emergiu de forma secundária, mas imprescindível, para a realização desses ensinamentos. O conhecimento de Deus revelado apenas pelos textos bíblicos precisava ser popularizado, daí a necessidade do domínio da leitura que todo crente devia ter, para sua própria averiguação e meditação das verdades contidas tanto no Antigo quanto no Novo Testamento.

É por essa ótica que a educação deve ser entendida no Calvinismo, ou seja, como consequência de uma necessidade teológica vital, isto é, o conhecimento da palavra de Deus e daí do próprio Criador, para a consolidação da nova sociedade cristã. A teologia calvinista se aplicava nas igrejas mas também fora delas, no cotidiano e nas mínimas ações dos devotos. Ela transforma o homem e muda sua relação com o meio, uma vez que tudo podia e devia ser melhorado pelo trabalho, desde que aí houvesse pessoas cientes de sua vocação. O trabalho, a riqueza e o mundo eram bençãos concedidos ao homem por Deus, que precisavam ser bem administrados, e ganharam com a doutrina calvinista um caráter mais positivo. O homem era o fiel depositário dos bens terrestres e teria depois que prestar contas a Deus de seu bom ou mau uso. O Calvinismo concebia o homem primeiramente e, antes de tudo, como filho de Deus, mas que era ao mesmo tempo artesão, governante, crente ou mercador. O cristão precisava participar dos cultos e freqüentar a Igreja, sem deixar de ser útil e trabalhar para o bem-estar geral, no campo ou na cidade.

## 4- CALVINISMO E EDUCAÇÃO

Já expomos anteriormente as influências que a sociedade sofreu pelas idéias de Calvino nos seus vários segmentos, e agora passamos a focalizar mais especificamente sua contribuição no campo da educação. Ela realmente foi alvo das preocupações de Calvino? Neste capítulo vamos apresentar alguns indícios que poderão ser úteis para responder a tal pergunta. É claro que esse tema aparece de modo secundário, já que se trata de um teólogo, mas também nele encontramos a força do pensamento de Calvino. Num aspecto mais geral ilustraremos, com base nos manuais sobre a história da educação, o papel que a Reforma desempenhou para a educação a partir do século XVI. Desse amplo movimento de reforma religiosa faremos um recorte sobre um dos seus mais frutíferos ramos, o Calvinismo, que surgiu teoricamente em 1536 com a publicação da primeira versão da **Instituição**. Fecharemos este capítulo com o estudo sobre a frequência e a maneira como o Calvinismo aparece nos manuais de história da educação e da pedagogia.

### 4.1- REFORMA E EDUCAÇÃO

Foi nesse momento que nasceu, sob muitos aspectos, afirma Abbagnano, a educação européia, que vigorou até quase os nossos dias. A afirmação do princípio da instrução universal; a formação de escolas populares destinadas às classes pobres, diferentemente das escolas clássicas, para os ricos; um controle quase total por parte das autoridades civis sobre a educação e um crescente caráter racional da educação nos diversos países são as razões pelas quais devemos buscar compreender a sua gênese, que surge na Reforma religiosa do século XVI.<sup>215</sup>

Num período anterior a Lutero, João Huss (1369-1415) dera uma importante contribuição à instrução, codificando a ortografia tcheca e criando um silabário (ABC de Huss). Promover a difusão da instrução era uma característica tradicionalmente marcante dos movimentos populares heréticos. “Esta será, apesar de suas contradições, uma característica comum aos povos que se rebelaram contra a Igreja de Roma. Justamente deles surgirá, e não dos países católicos, não obstante o forte empenho de novas Ordens Religiosas, a iniciativa mais avançada de novos modelos de instrução popular e moderna”.<sup>216</sup> O mérito dessas novas

---

<sup>215</sup> ABBAGNANO; VISALBERGHI, 2001, p. 253.

<sup>216</sup> MANACORDA, 1992, p. 194.

propostas pedagógicas é o seu valor histórico de conscientização do valor “[...] laico, estatal da instrução, concebida não mais como algo reservado aos clérigos, mas como fundamento do próprio Estado”.<sup>217</sup>

Com as novas idéias aventadas pelo Humanismo e pela Reforma, a antiga escola medieval precisou ser reformulada: “[...] nenhuma das outras instituições do tempo mostrou uma reação mais imediata e decisiva ao movimento reformista”,<sup>218</sup> do que as escolas, desde os níveis mais básicos até o universitário. Para Frederick Eby, isso se deveu primeiramente aos ataques feitos pelos mestres humanistas, especialmente Lutero, que condenou os mosteiros e acusou a razão humana de ser a “amante do demônio”. No entanto, lembra Eby, mesmo antes dessa época o descrédito e a aversão popular já haviam atingido os mosteiros e as escolas eclesiásticas, porque seu ensino era ineficiente, pelo menos na avaliação de Lutero. “Afim, que se aprendeu até agora nas universidades e conventos a não ser tornar-se burro, tosco e estúpido? Houve quem estudasse vinte, quarenta anos e não sabe nem latim nem alemão”.<sup>219</sup>

Outra causa seria a expectativa popular em relação aos resultados da escola. O saber passou a ter uma relação direta com o orgulho e a trapaça, gerando “um intenso ódio por todo o ensino superior e homens cultos.”<sup>220</sup> Os homens do povo não queriam uma intelectualidade que ao invés de aproximá-los de Deus o afastavam, sobretudo depois que tiveram acesso às Escrituras no vernáculo, para ensiná-los como viver uma vida boa; desse modo, não viam necessidade do ensino nas escolas.

Outra razão para o declínio do ensino nesse período foi o fato de ele não mais garantir aos seus educandos um meio seguro de subsistência, já que a Igreja, o maior empregador, ou pelo menos o mais desejado deles - por garantir a ascensão social para aqueles que ingressavam nos seus quadros funcionais - estava sofrendo fortes ataques, e em muitos lugares foi efetivamente derrotada, como na Saxônia. “A derrota da Igreja Romana, assim como de todos os mosteiros e instituições eclesiásticas, lançou a civilização germânica numa desordem selvagem. Todas as profissões, os meios de vida e as atividades dentro da ordem eclesiástica foram ameaçados de extinção.”<sup>221</sup> Antes da Reforma, bispados, paróquias e outros benefícios eclesiásticos eram abundantes, permitindo a ricos e pobres se candidatarem a eles, embora geralmente os pobres entrassem para os mosteiros e os ricos e ambiciosos ingressassem nos serviços seculares da Igreja. Além disso, nos locais em que a Reforma

---

<sup>217</sup> MANACORDA, 1992, p. 199.

<sup>218</sup> EBY, 1976, p. 54.

<sup>219</sup> LUTERO, Aos Conselhos..., 1995, p. 306.

<sup>220</sup> EBY, 1976, p. 56.

<sup>221</sup> EBY, 1976, p. 56.

prosperou, a caridade que fornecia sustento a estudantes pobres foi enfraquecida pela tese defendida pelos próprios Reformadores de que as boas obras eram inúteis à salvação. “Em consequência, o novo movimento secou em sua origem a corrente de caridade que nutrira incontáveis instituições e organizações de benevolência cristã e tinha fornecido meios de vida a inúmeros eruditos”.<sup>222</sup> Lutero condenou essa prática porque visava, segundo ele, somente à barriga.

Sim, porque o povo carnal se dá conta de que não pode mais colocar os filhos, as filhas e os parentes em conventos e fundações, e que já não pode mais expulsá-los de casa e deixar que vivam às expensas de estranhos; por isso ninguém mais quer proporcionar ensino e estudo aos filhos. ‘Pois é’, dizem eles, ‘que haverão de estudar se não podem tornar-se padres, monges e freiras? Que aprendam algum ofício com que possam sustentar-se.’”<sup>223</sup>

Lutero criticou os pais que buscavam apenas o bem-estar material. Eles alegavam que sob a nova ordem não havia ainda a certeza de que o ofício de pastor garantiria a subsistência, tal como era garantida pela Igreja à sua grei. Eles recusavam a mandar seus filhos para a escola, para aprender sobre uma profissão tão incerta como passou a ser a teologia. Por isso, sentencia Lutero:

Esta sua própria confissão revela com suficiência as intenções e a mentalidade dessa gente. Pois se não tivessem procurando nos conventos e fundações ou no estado clerical apenas o bem-estar da barriga e alimento material para os filhos, e se tivessem tido intenções sérias de procurar a salvação e a bem-aventurança de seus filhos, não desanimariam desta forma nem desistiriam, dizendo: ‘já que o estado clerical não tem mais chance, também não nos interessa mais o ensino e nada mais faremos nesse sentido.’ Antes diziam: ‘se for verdade que este estado é perigoso para nossos filhos, conforme ensina o Evangelho, por favor, ensinai-nos outra maneira que seja agradável a Deus e que seja salutar para nossos filhos. Pois, na verdade não queremos preocupar-nos somente com o sustento de nossos filhos, mas também com sua alma. Certamente é isso que pais verdadeiros, cristãos e fiéis dirão sobre esse assunto.’”<sup>224</sup>

Como consequência da falta de garantia de futuras atividades profissionais e meios de subsistências, “[...] os pais perderam todo o incentivo para educar seus filhos”.<sup>225</sup> A civilização sofria não apenas com a incerteza em relação aos novos paradigmas religiosos que

<sup>222</sup> EBY, 1974, p. 57.

<sup>223</sup> LUTERO, Aos Conselhos..., 1995, p. 303-304.

<sup>224</sup> LUTERO, Aos Conselhos..., 1995, p. 304.

<sup>225</sup> EBY, 1976, p. 57.

surgiram após 1517, mas ela atingia todos os aspectos sociais: econômicos, políticos, culturais e, é claro, educacionais. A retomada do processo de reajustamento educacional nas regiões onde a Reforma se instalou majoritariamente só se deu após as intensas e intermináveis disputas teológicas, que mais tarde cederam espaço à tolerância, de modo mais generalizado.

Os efeitos da Reforma sobre a educação foram mais indiretos do que diretos, certamente porque o objetivo primordial e inadiável dos reformadores era acabar com a ignorância, considerada o grande mal para a verdadeira religião. Ainda que considerassem que o bom cristão devia ser também um bom cidadão, agindo no mundo, cumprindo suas leis e obedecendo às autoridades. “A idéia da formação do cidadão está incluída em seus pontos de vista e, por conseguinte, também a de uma educação para todos”.<sup>226</sup> A importância da Reforma na área educacional não se limitou ao norte da Europa, sob a influência de Lutero. O sul também se beneficiou das reformas educacionais promovidas pela Igreja, sobretudo com os jesuítas, precursores da moderna pedagogia, como resposta ao crescimento dos dissidentes da Igreja Católica. A Reforma teve para a educação uma importância decisiva, quando lutou para promover a instrução universal, mesmo que por uma necessidade religiosa.<sup>227</sup>

Os Reformadores não ousaram, afirma Francisco Larroyo, “[...] saltar as barreiras dos dogmas incompatíveis com a razão. Tanto quanto a Igreja Católica, admitiram a idéia da revelação, isto é, a manifestação sobrenatural da verdade divina e sua tradição através dos séculos.”<sup>228</sup> A diferença entre católicos e protestantes era que, para os primeiros, essa revelação é a verdade eterna entregue à Igreja, mas para os segundos essa revelação se dá individualmente, pelo exame do Evangelho à luz da própria consciência. Com isso a Reforma contraía a obrigação de dar ao fiel mecanismos que fossem úteis a esse propósito, como por exemplo a capacidade de leitura.<sup>229</sup>

A Reforma, pois, colocou a instrução a serviço da crença revelada; o saber, ao amparo da fé. Tal atitude se chamou teísmo pedagógico, visto como via nas relações com Deus e sua revelação (Bíblia) o propósito final do processo educativo. Não obstante, a idéia de aplicar a própria razão à verdade divina, contida nos Evangelhos, trouxe, como resultado, exigir de todos a leitura da Bíblia e os exercícios da razão pessoal, e isto apresentou às instituições docentes o problema de uma educação geral, para todos, sem distinção de idade, classe social, raça e sexo<sup>230</sup>.

<sup>226</sup> GAL, 1987, p. 63.

<sup>227</sup> ABBAGNANO; VISALBERGHI, 2001, p. 253.

<sup>228</sup> LARROYO, 1982, p. 371.

<sup>229</sup> LARROYO, 1982, p. 371-3.

<sup>230</sup> LARROYO, 1982, p. 373.

Franco Cambi também faz uma análise semelhante à de Larroyo quando escreve sobre as relações entre os objetivos religiosos dos Reformadores e as necessidades educacionais dos seus fiéis.

Se de fato, escreve ele, a ‘Reforma’ põe como seu fundamento um contato mais estrito e pessoal entre o crente e as Escrituras e, por conseguinte, valoriza uma religiosidade interior e o princípio do ‘livre exame’ do texto sagrado, resulta essencial para todo cristão a posse dos instrumentos elementares da cultura (em particular a capacidade de leitura) e, de maneira mais geral, para as comunidades religiosas, a necessidade de difundir essa posse em nível popular, por meio de instituições escolares públicas mantidas a expensas dos municípios. Pode-se dizer que, com o protestantismo, afirmam-se em pedagogia o princípio do direito-dever de todo cidadão em relação ao estudo, pelo menos no seu grau elementar, e o princípio da obrigação e da gratuidade da instrução, lançando-se as bases para a afirmação de um conceito autônomo e responsável de formação, não estando mais o indivíduo condicionado por uma relação mediata de qualquer autoridade com a verdade e com Deus.<sup>231</sup>

Abbagnano enumera quatro conseqüências da Reforma sobre as instituições escolares: 1- a afirmação do princípio da instrução universal; 2- a formação de escolas populares destinadas às classes pobres, diferentes das escolas clássicas das classes ricas; 3- o controle quase total da instrução por parte das autoridades laicas; e 4- um crescente caráter nacional da educação nos diversos países.<sup>232</sup> É com o protestantismo que o princípio da obrigatoriedade e o da gratuidade da instrução são gerados, pelo menos no seu nível básico. É um modelo que prioriza as línguas vernáculas e a educação gramatical, o qual podia ser organizado em quatro setores, segundo Franco Cambi: “[...] o das línguas (latim, grego, hebraico e alemão), para remontar às fontes das Sagradas Escrituras; o das obras literárias (pagãs e cristãs), para o ensino da gramática e leitura dos textos sagrados; o das ciências e das artes; e o da jurisprudência e medicina”.<sup>233</sup>

Está claro o interesse que os Reformadores tiveram pelo ensino popular e pela manutenção desse ensino pelos magistrados e autoridades seculares, o que acabou contribuindo para a acentuação do caráter nacional da educação, em oposição ao ensino universal e homogêneo da educação medieval, com o emprego das línguas vernáculas em vez do uso exclusivo do latim<sup>234</sup>. O fato de se querer que o ensino fosse mantido pelos

<sup>231</sup> CAMBI, 1999, p. 248.

<sup>232</sup> Cf. ABBAGNANO; VISALBERGHI, 2001, p. 259.

<sup>233</sup> CAMBI, 1999, p. 249.

<sup>234</sup> LUZURIAGA, 2001, p. 109.

governantes, segundo Cambi, resulta da convicção segundo a qual a educação era realmente um instrumento que precisava ser ampliado para o bem da coletividade.

O dever para as autoridades municipais de instruir e manter a próprias expensas as instituições escolares deriva da convicção de que estas se configuram como verdadeiros e legítimos recursos para toda a comunidade: a formação de cidadãos cultos e respeitadores da lei favorece a paz social e uma grande economia de dinheiro.<sup>235</sup>

O público-alvo dos Reformadores era a grande massa de fiéis iletrados, que desconheciam completamente o latim. No cotidiano dessas populações, tanto do campo quanto das cidades, o latim era um elemento estranho, pois era de uso comum apenas entre os intelectuais. Por isso a ênfase nos escritos em línguas vernáculas foi uma importante prática dos Reformadores.

A Reforma religiosa do século XVI teve sua origem, em grande parte, nas universidades. “Isto foi especialmente verdadeiro na Alemanha, onde os líderes do ‘Novo Saber’ e da Reforma da Igreja estavam todos, direta ou indiretamente, ligados às instituições superiores”.<sup>236</sup> A Reforma precisou, também, cuidar do ensino superior se quisesse assegurar sua perpetuidade, por isso fundou novas e reformulou as instituições que caíram sob sua influência. Entre as que foram reformadas segundo as diretrizes protestantes estavam: Wittenberg, Tübingen, Leipzig e Rostock, e entre as que foram fundadas podem ser mencionadas as de Marburgo, Königsberg, Iena e Hemlstedt. As faculdades de teologia foram as primeiras a reformularem seus conteúdos, repudiando a Teologia Escolástica e substituindo-a pela exegese bíblica.

Frederick Eby lembra que com o abandono da lei canônica e dos tribunais eclesiásticos, as faculdades de Direito buscaram uma nova jurisprudência civil. Valorizava-se o latim, grego e hebraico, por causa de sua relação com as Escrituras originais, e um grande interesse “[...] era manifestado nos estudos filosóficos e científicos, os quais naturalmente encontraram expressão no ensino superior”.<sup>237</sup> O saber, sobretudo das Escrituras, era a nova e a mais poderosa arma dos Reformadores, que precisavam formar adequadamente novos pregadores para a continuação das reformas que foram iniciadas por Lutero, em 1517.

---

<sup>235</sup> CAMBI, 1999, p. 249.

<sup>236</sup> EBY, 1976, p. 74.

<sup>237</sup> EBY, 1976, p. 75.

### 3.1.1- Martinho Lutero (1483-1542)

A Reforma luterana não foi apenas uma fundamental reforma da Igreja, estado e família, os três pilares institucionais do reino terrestre. Ela foi também uma reforma fundamental da escola e outras instituições de educação.<sup>238</sup>

Embora não tenha sido o primeiro a contestar os ensinamentos de uma Igreja corrompida sob os auspícios de uma hierarquia sacerdotal, Lutero encontrou, concomitantemente com seus propósitos religiosos, apoio de alguns nobres alemães que buscavam vantagens econômicas. A união com esses homens lhe garantiu a necessária proteção para liderar um movimento que, na verdade, desembocou numa ruptura com a Igreja Católica e não simplesmente e, como desejara, numa reforma. “Ele contribuiu, mais do que qualquer outro indivíduo, para provocar a tempestade e para unir e dirigir suas energias”.<sup>239</sup> O tema da educação em Lutero deve ser inserido dentro do quadro geral de maior interesse para ele, ou seja, a teologia.

Nessa teologia, o indivíduo passaria a ser mais valorizado, pois a fé e a interiorização dos princípios cristãos precisavam prevalecer sobre o aspecto cívico ou social da religião. “E, se o indivíduo passava a ser mais valorizado, é evidente também que a ‘construção’ de tal indivíduo passasse a ser muito mais importante. Em seus escritos, uma nova pedagogia se fazia necessária ao novo espírito e ela viria a ser fundamentada na vontade individual.”<sup>240</sup> A concepção protestante, que transferiu ao indivíduo a responsabilidade sobre seu conhecimento bíblico e seu desenvolvimento vocacional para atuar no mundo, fez com que o conceito de indivíduo fosse mais aprimorado, porque essa nova teologia exigia também novas práticas.

As doutrinas da Sola Scriptura e a participação de leigos na liturgia vernacular presumia a capacidade de ler e escrever e a familiaridade popular com a Bíblia, os catecismos e os documentos litúrgicos. As doutrinas do sacerdócio de todos os crentes e o chamado de todos à vocação dada por Deus dependia de um pronto acesso de todos a um programa educacional que fosse apropriado a ser caráter e sua vocação individual. A doutrina da utilização da lei civil, teológica e educacional no reino terrestre presumia um conhecimento comum tanto das leis morais da consciência quanto das leis civis do Estado.<sup>241</sup>

---

<sup>238</sup> WITTE, 2002, p. 257.

<sup>239</sup> EBY, 1976, p. 53.

<sup>240</sup> ARNAUT DE TOLEDO, 1999, p. 131.

<sup>241</sup> WITTE, 2002, p. 257.



A publicação dos três grandes textos de Lutero dos anos de 1520 fomentou, na Alemanha, uma grande perturbação social e educacional.<sup>242</sup> No texto dirigido à nobreza cristã de 1520, ele criticou a hierarquia da Igreja, dizendo que todos os cristãos são iguais: “[...] todos os cristãos são verdadeiramente do estamento espiritual, e não há qualquer diferença entre eles a não ser exclusivamente por força do ofício, conforme Paulo diz em 1Cor 12.12.: todos somos um corpo, porém cada membro tem sua própria função, com o qual serve aos outros.”<sup>243</sup> Mais adiante, continua Lutero a enfatizar a igualdade espiritual entre os cristãos: “[...] leigos, sacerdotes, bispos e, como dizem, espirituais e seculares no fundo verdadeiramente não têm qualquer diferença senão em função do cargo ou da ocupação, e não pelo seu estamento, pois todos eles são do estamento espiritual, autênticos sacerdotes, bispos e papas.”<sup>244</sup> Isso foi como que uma bomba jogada no campo de batalha travado contra a Igreja. Lutero chamou as escolas de infernos purgatórios, onde as crianças não aprendiam devido a uma constante punição e a maus tratos. Ele “[...] atacou violentamente as escolas, as matérias ensinadas e os textos usados”.<sup>245</sup>

O papel que Lutero teve para a educação não é reconhecido de forma homogênea pelos estudiosos, conforme as descrições de Eby. Ele lembra que alguns desses estudiosos viram nos escritos de Lutero importantes tratados educacionais<sup>246</sup>, enquanto outros negavam qualquer significado digno de nota<sup>247</sup>. Para Eby, essa extrema diversidade decorre muito mais das mudanças de comportamento ocorridas em Lutero durante sua vida, por exemplo em relação ao uso e à importância da razão.

Paul Monroe nos lembra dos aspectos similares entre os Reformadores e o Renascimento, referentes ao uso da razão. O homem deve aplicar a sua razão para dar significação à revelação original, no caso os textos sagrados, no seu tempo e espaço.

Assim, o relevo dado à razão pelo Renascimento é continuado pela Reforma e aplicado às crenças e práticas religiosas. A tendência para observação, comparação, crítica, - isto é, a insistência nas fontes originais

<sup>242</sup> Discurso sobre a Nobreza Cristã da nação alemã; A liberdade do homem cristão e O cativo babilônico da Igreja.

<sup>243</sup> LUTERO, À Nobreza..., 1992, p. 282.

<sup>244</sup> LUTERO, À Nobreza..., 1992, p. 283.

<sup>245</sup> EBY, 1976, p. 54.

<sup>246</sup> Entre eles Eby cita: PAINTER, F. V. N., Luther on Education. Concordia Publishing House. St. Louis. Ma. 1928; BRUCE, G. M., Luther as an Educator. Augsburg Publishing House. Minneapolis. 1928; LINDSEY, T. M., Luther and the German Reformation. Scriber and Sons, New York. 1900.

<sup>247</sup> Cf. EBY: JANSEN, Johannes, History of the German People at the Close of the Middle Ages. Vols. I, III e XIII. London: Kegan Paul, Trench, Trübner and Company. 1905; PAUSEN, F., German Education, Past and Present. T. F. Unwin. London. 1908.

e na experiência – que caracteriza o Renascimento humanista é também o característico essencial da Reforma.<sup>248</sup>

É claro que, como conseqüência lógica desse pensamento, a liberdade individual do uso da razão para a interpretação bíblica foi logo descartada, porque poderia desembocar numa anarquia não apenas religiosa mas também social, como foi a Guerra dos Camponeses.

Os próprios líderes da Reforma reconheceram que a doutrina da Reforma continha, inerentemente, o direito de liberdade de consciência e o dever de interpretar as Escrituras de acordo com a própria razão de cada um. mas foi tão difícil admitir esse direito para outros quanto a Igreja o havia achado difícil admitir para eles próprios. Portanto, a aplicação das faculdades críticas e racionais à literatura, assuntos religiosos e seculares, à vida institucional e às realidades da natureza foi, ainda uma vez, adiada para os séculos seguintes.<sup>249</sup>

Essas mudanças ocorreram principalmente após as experiências de Lutero com a Guerra dos Camponeses, a propagação das doutrinas anabatistas e a inspeção das escolas da Igreja. A inesperada atitude de Lutero na Guerra dos Camponeses pareceu contraditória, diante de suas idéias relativas à religião. Inspirados pela rebeldia de Lutero e sua coragem frente ao poderio eclesiástico, que contestou a pretensa autoridade dos clérigos, os camponeses acreditaram que podiam se rebelar contra as autoridades civis que os subjugavam, executando no plano social o que Lutero realizara no campo religioso.<sup>250</sup>

A doutrina do Sacerdócio Universal, ou seja, “doutrina da competência individual em assuntos espirituais” foi uma das idéias inspiradoras da revolta camponesa. Lutero, que nutria “incomensurável respeito pela autoridade civil”, foi rigoroso no combate aos rebeldes, que para ele não passavam de assassinos e salteadores. Os anabatistas foram também reprovados pelo Reformador de forma igualmente estranha, porque “[...] essas pessoas apenas levaram às suas conclusões lógicas os princípios de liberdade religiosa e o direito de cada um interpretar as Escrituras por si só, que Lutero havia esposado tão entusiasticamente alguns anos antes”.<sup>251</sup> Segundo eles, no entanto, nem a Palavra era necessária à salvação. O Espírito Santo dava seu testemunho espiritual individualmente a todo crente, sem qualquer intermédio.

Quando participou pessoalmente da inspeção das escolas da Igreja dos principados da Alemanha, afirmou, num dos seus textos dirigido aos conselhos das cidades em 1524, que

<sup>248</sup> MONROE, 1974, p. 173.

<sup>249</sup> MONROE, 1974, p. 174.

<sup>250</sup> Sobre esse assunto consultar: VIEIRA, Paulo Henrique. **A Filosofia Política de Martinho Lutero**. Revista de Estudos Teológicos. São Leopoldo. Ano 42, n. 1, 2002.

<sup>251</sup> EBY, 1976, p. 60.

“[...] as escolas estão no abandono. As universidades são pouco freqüentadas e os conventos estão em declínio.”<sup>252</sup> Muitas universidades alemãs perdiam estudantes, segundo Witte em um número assustador. A Universidade de Colônia passou de 370 alunos em 1516 para 54 em 1524. A Universidade de Viena, dos 661 estudantes matriculados em 1519 restaram apenas 12 em 1532. A Universidade de Rostock, que tinha 300 alunos em 1500, ficou sem nenhum em 1532 e mesmo Wittenberg, com todo seu zelo reformista, caiu de 245 estudantes em 1521 para apenas 73 em 1527.<sup>253</sup> Lutero acreditava e temia que, sem novos ministros, e sem crianças nas escolas, o futuro da Igreja estaria comprometido.

Lutero se deparou com o sério problema da falta de pastores para as igrejas. O seu texto dirigido aos conselhos das cidades de 1524 foi escrito para tentar solucionar o problema. Nele, Lutero faz um apelo aos magistrados, para manterem as escolas e exigirem que os súditos educassem seus filhos. Para Lutero, o abandono da educação era uma silenciosa investida do diabo para mais facilmente dominar e destruir o mundo. Ele fez um apelo para que as autoridades disponibilizassem recursos para a educação.

Caros senhores. Anualmente é preciso levantar grandes somas para armas, estradas, pontes, diques e inúmeras outras obras semelhantes, para que uma cidade possa viver em paz e segurança temporal. Por que não levantar igual soma para a pobre juventude necessitada, sustentando um ou dois homens competentes como professores.<sup>254</sup>

Aos cidadãos comuns Lutero também apelou, para doação de recursos para a educação.

Até agora despendeu inutilmente tanto dinheiro e bens com indulgências, missas, vigílias, doações, espólios testamentários, missas anuais pelo falecimento, ordens mendicantes, fraternidades, peregrinações e toda a confusão de outras tantas práticas deste tipo; estando agora livre dessa ladroeira e doações para o futuro, pela graça de Deus, que doravante doe, por agradecimento e para a glória de Deus, parte disso para a escola, para educar as pobres crianças, onde está empregado tão bem.<sup>255</sup>

Essas experiências provocaram uma crise nos pontos de vista de Lutero, que acabou por alterar suas perspectivas em relação à educação. “Antes, havia exigido o livre uso das Escrituras por todos, jovens e velhos. Daí em diante, Lutero limitou a instrução religiosa das

<sup>252</sup> LUTERO, Aos Conselhos..., 1995. p. 303.

<sup>253</sup> Cf. WITTE, 2002, p. 270.

<sup>254</sup> LUTERO, Aos Conselhos..., 1995, p. 305.

<sup>255</sup> LUTERO, Aos Conselhos..., 1995, p. 305.

pessoas comuns e das crianças aos catecismos. Além disso, dever-se-ia ensinar-lhes preceito por preceito, linha por linha, sem a liberdade de interpretação individual”.<sup>256</sup> Antes, queria que toda criança recebesse educação. “Mais tarde, seu objetivo principal tornou-se selecionar as crianças mais capazes, que pudessem tornar-se líderes na Igreja e no Estado”.<sup>257</sup> Essas mudanças levaram, na opinião de Eby, às divergências sobre a importância de Lutero no que se refere à educação.

Lutero acreditava que o controle das escolas deveria ser exercido pelo poder civil, responsável também pela proteção da verdadeira Igreja. Essa ação, que daria o controle das escolas às autoridades civis, foi um dos grandes passos em direção à modernidade. Ao fazer isso, lançou as bases do controle nacional da educação, por toda a Alemanha. “Eis aqui uma das mais importantes contribuições de Lutero à modernidade: ele estabeleceu as bases futuras da laicização da educação (e, por fim, também da religião), passando-a para a esfera do poder civil.”<sup>258</sup> Lutero foi o primeiro Reformador moderno a defender a educação obrigatória, começando com a educação no lar. Acreditava que o fundamento do bom governo da cidade ou do principado baseava-se numa sólida e saudável vida em família.

As experiências de Lutero no campo racional o levaram, no entanto, a considerar a razão um falso guia. “Por vários anos ele buscou paz de espírito pelo estudo da teologia racional e ciência escolástica, mas foi tudo em vão”. Somente quando alcançou o sentimento do perdão divino é que ele pôde perceber a superioridade do sentir sobre o pensar, em matéria de fé. “Então ele chamou a razão de: ‘a noiva ou meretriz do Diabo’ e as universidades de ‘Escola de Satã’; sem concordar, no entanto, com sua extinção, queria que apenas os ‘mais aptos’ fossem enviados a esses centros, para a correta e profunda compreensão das Escrituras”.<sup>259</sup> Obviamente que o argumento que Lutero utilizou para tentar convencer os políticos a investirem na educação não foi simplesmente o de aprenderem a ler a Bíblia e o de serem bons cristãos, mas também o de se tornarem úteis ao governo do país<sup>260</sup>. Quanto mais instruída for uma comunidade, cidade ou Estado, mais próspera e perfeita ela será, escreve ele ainda no texto dirigido aos conselhos.

Agora, o progresso de uma cidade não depende apenas do acúmulo de grandes tesouros, da construção de muros de fortificação, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armaduras.

---

<sup>256</sup> EBY, 1976, p. 61.

<sup>257</sup> EBY, 1976, p. 61.

<sup>258</sup> ARNAUT DE TOLEDO, 1999, p. 133.

<sup>259</sup> EBY, 1976, p. 66.

<sup>260</sup> ZULUAGA, 1972, p. 211.

Inclusive, onde existem muitas coisas dessa espécie aparecem alguns tolos enlouquecidos, o prejuízo é tanto pior e maior para a referida cidade. Muito antes, o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando possui muitos homens bem instruídos, muitos cidadãos ajuizados, honestos e bem educados. Estes então também podem acumular, preservar e usar corretamente riquezas e todo tipo de bens.<sup>261</sup>

Lutero deve ser lembrado como aquele que “[...] deu impulso prático e força política à programação de um novo sistema escolar”.<sup>262</sup> Percebendo também as necessidades sociais, de seu tempo, a educação em Lutero não tem apenas a finalidade sagrada do conhecimento da verdade revelada na Bíblia; ela também está “[...] destinada a formar homens capazes de governar o Estado e mulheres capazes de dirigir a casa”.<sup>263</sup> Os argumentos que ele usou para convencer os pais a mandarem seus filhos à escola iam além de objetivos unicamente religiosos. O pai deve educar seu filho, primeiro, para conseguir bom emprego, tornando-o doutor e mestre, e realizando seus deveres para com Deus. Segundo, pelo simples prazer intrínseco de ter aumentado seus conhecimentos. Por último, para garantir àqueles de profissões mais modestas ao menos ler, escrever e entender o latim.

Outro fato que marcou a importância de Lutero para a educação foi a sua tradução do Novo Testamento para o vernáculo alemão. Foi esse um acontecimento de “[...] repercussões incalculáveis na história religiosa dos Estados Germânicos, e serve de base para todo um processo de alfabetização pública”.<sup>264</sup> Negligenciar a educação das crianças era, para Lutero, a mais pesada dívida que o homem podia contrair contra Deus. Compete à sociedade civil e eclesiástica cuidar da educação geral, afirmou Lutero, e não achar que apenas os pais são responsáveis pela educação de seus filhos. A educação pretendida por Lutero precisava ser feita por pessoas especializadas.

[...] Mesmo que os pais fossem aptos e quisessem assumir, eles não têm tempo nem espaço em face de outras atividades e dos serviços domésticos. Portanto a necessidade obriga a mantermos educadores comunitários para as crianças, a não ser que cada qual quer queira manter um em particular. Isso, porém, seria oneroso demais para um simples cidadão, e uma vez mais muitos excelentes meninos seriam prejudicados por serem pobres.<sup>265</sup>

<sup>261</sup> LUTERO, Aos Conselhos..., 1995, p. 309.

<sup>262</sup> ZULUAGA, 1972, p. 196.

<sup>263</sup> ZULUAGA, 1972, p. 197.

<sup>264</sup> GILES, 1987, p. 119.

<sup>265</sup> LUTERO, Aos Conselhos..., 1995, p. 308.

Deve-se ensinar o grego (Novo Testamento), o hebraico (Antigo Testamento) e o latim (Igreja), que foram as línguas escolhidas por Deus para revelar a Sua Verdade. A pedagogia de Lutero pode ser apreciada num documento redigido em 1528 sobre as escolas, (*Von Schulen*) organizado em três divisões, conforme nos relata Thomas Giles.<sup>266</sup> A primeira divisão utiliza-se de um manual contendo o alfabeto, o Credo e o Pai Nosso. Depois de decorados esses, os alunos passavam ao estudo do latim, que devia ser a primeira língua aprendida por eles, antes mesmo que o alemão. Na segunda divisão os alunos iniciavam as aulas explicando alguma fábula de Esopo, já dada como dever. Seguiam-se as aulas de conjugação de verbos em latim junto com exercícios de gramática, etimologia, sintaxe e prosódia, utilizando-se o método da repetição constante. A terceira divisão atribuía as mesmas atividades que as da segunda, pois eram estudadas juntas, na parte da manhã. À tarde essa terceira divisão, composta pelos melhores alunos, introduzia-os em Música e nos escritos de Virgílio, Ovídio e Cícero. Depois de dominada a gramática, deviam estudar dialética e retórica. “Uma vez por semana o aluno deve redigir uma composição em prosa e também dedicar-se à formação religiosa”.<sup>267</sup> Acreditava Lutero que a obrigatoriedade do ensino era a única forma de reverter o quadro de miséria moral e social de sua época.<sup>268</sup> São essas as principais contribuições de Lutero para a educação, utilizada como um valioso instrumento para difusão e manutenção da religião reformada.

### 3.1.2- Felipe Melanchton (1497-1560)

Amigo direto e continuador das doutrinas de Lutero na Alemanha, Melanchton também atuou no intento de promover a educação popular, como vimos causa comum a todos os Reformadores.<sup>269</sup> O mérito de Melanchton foi introduzir os estudos humanistas na educação secundária, além de elaborar um plano de ensino (*ratio studiorum*) que serviu de modelo a um grande número de escolas alemãs.<sup>270</sup> Melanchton aparece como o grande elaborador “das estruturas organizativas e dos conteúdos culturais próprios das escolas

---

<sup>266</sup> Cf. GILES, 1987, p. 120-1.

<sup>267</sup> GILES, 1987, p. 121.

<sup>268</sup> Cf. GILES, 1987, p. 122.

<sup>269</sup> Para uma biografia de Melanchton, veja-se: SCHEIBL, Heinz. **Melanchton: Eine Biographie.**

<sup>270</sup> ZULUAGA, 1972, p. 213.

secundárias da Reforma”.<sup>271</sup> Já em 1518 ele expressou seu objetivo educativo no *De corrigendis adolescentiae studiis*,<sup>272</sup> em que defende a “[...] importância da instrução e a validade da cultura antiga para penetrar a verdade das Escrituras”.<sup>273</sup> Para Lorenzo Luzuriaga, Melanchton foi o verdadeiro pedagogo da Reforma luterana. “A ele se deve realmente a criação do ensino secundário alemão e a orientação para o dos demais países europeus, o que fez tanto pela atuação direta à frente das escolas ou cátedras, como pela inspiração que deu aos príncipes alemães”.<sup>274</sup>

Eby o classifica como o mais capacitado mestre da Reforma alemã, sendo superado apenas por Erasmo, em extensão de erudição. “Seus vastos conhecimentos e profunda influência na cultura alemã valeram-lhe o título imortal de *Praeceptor Germaniae*”.<sup>275</sup> Durante os anos de 1527-1528, na Turíngia e na Saxônia, Melanchton ocupou a mais importante posição na inspeção das escolas da Igreja, o que resultou no regulamento que ele redigiu para a escola da igreja da Saxônia, o primeiro dos muitos códigos mais tarde adotados pelas cidades e pelos estados alemães no século XVI. Conforme esse documento, as escolas tinham como principal objetivo a preparação de homens para as profissões eclesiásticas e civis, e deveriam ser mantidas pelas autoridades civis. Cada cidade deveria organizar suas escolas dividindo os alunos em três grandes grupos.

O primeiro grupo, de iniciantes, deveria aprender o latim, pelo alfabeto e depois pelo *Donatus*, uma gramática elementar seguida pelo *Distichà de Moribus* de Catão, uma coleção de provérbios. O professor lia diariamente trechos desse livro explicando, em latim, o significado das palavras. Dos alunos esperava-se a memorização de palavras e sentenças para rapidamente aumentar seu vocabulário. “Em acréscimo a esta instrução gramatical e moral, a religião era também ensinada em latim a aprendida de cor.”<sup>276</sup> No segundo grupo continuava-se a estudar a gramática latina, com as fábulas de Esopo, os Colóquios de Erasmo e as comédias de Terêncio e Plauto, que eram lidas e explicadas com grande detalhe, para que tudo fosse memorizado. O terceiro grupo “emprendia estudos lingüísticos mais avançados”, pois aí o aluno já deveria estar apto a ler, falar e escrever latim. Virgílio, Ovídio e Cícero eram os principais autores estudados e deveriam ser assimilados com minúcias. A importância de Melanchton para a educação nesse período pode ser atestada também, segundo Eby, em função da grande solicitação por parte de autoridades nas organizações de escolas. “Nenhum

<sup>271</sup> CAMBI, 1999, p. 250.

<sup>272</sup> Cf. SCHWAB, Hans-Rüdiger. Philipp Melanchton, Der Lehrer Deutschlands. p. 21-42.

<sup>273</sup> CAMBI, 1999, p. 250.

<sup>274</sup> LUZURIAGA, 2001, p. 115.

<sup>275</sup> EBY, 1976, p. 69.

<sup>276</sup> EBY, 1976, p. 70.

homem foi tão procurado quanto Melanchton, para orientar a fundação das escolas latinas municipais”.<sup>277</sup> Ainda sobre a importância desse importante Reformador, Monroe escreve:

Graças à sua influência, ela (Universidade de Wittenberg) foi logo remodelada de acordo com as idéias humanistas e protestantes, tornando-se o modelo de muitas novas universidades da Alemanha. A Wittenberg acudiam estudantes aos milhares atraídos pela grande reputação de Melanchton. De Wittenberg, por sua vez, saíram professores que levavam a idéia de Melanchton para toda a Alemanha. Se um príncipe necessitava de um professor para sua universidade ou para uma cidade, um reitor para suas escolas, Melanchton era consultado e geralmente um dos seus alunos era escolhido. Os professores mais ilustres desta época, tais como Neander, e Trotzendorf, foram seus alunos, e outros, como Sturm, eram por ele aconselhados.<sup>278</sup>

A contribuição mais importante de Melanchton, defende Giles, foi no ensino secundário, porque ele conseguiu sintetizar a cultura humanista e os ideais da Reforma. “O próprio conceito de piedade erudita, que se tornou a pedra de toque do processo educativo alemão, deveu-se principalmente a esse íntimo colaborador de Lutero.”<sup>279</sup> Luzuriaga afirma que ao findar o século XVI a estrutura da educação pública nos diversos Estados que compunham a Alemanha se dividiam, pelo menos nominalmente, da seguinte forma: 1) escolas primárias para o povo, com o ensino bem elementar na língua alemã, de caráter eminentemente religioso; 2) escolas secundárias ou latinas, para a burguesia, de caráter humanista, mas também religioso, preparatório, principalmente, para os cargos eclesiásticos e as profissões liberais; 3) escolas superiores e universidades já existentes, mas transformadas no espírito da religião reformada. Foi essa tríplice organização que se manteve pela história da educação até nossos dias; obviamente, enfatiza Luzuriaga, com espírito e métodos diferentes.<sup>280</sup> Melanchton, no que diz respeito à educação, foi muito mais eficiente do que seu mestre, e nesse aspecto o ultrapassou em importância, pelo menos no que diz respeito à Alemanha.

---

<sup>277</sup> EBY, 1976, p. 70.

<sup>278</sup> MONROE, 1974, p. 180.

<sup>279</sup> GILES, 1987, p. 125.

<sup>280</sup> Cf. LUZURIAGA, 2001, p. 111.



#### 4.2- PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DO CALVINISMO

Pode-se garantir uma concepção adequada do programa educacional de Calvino apenas pela compreensão do seu ponto de vista a respeito do governo e da vida cristã. **Seu gênio levou à consolidação da Igreja, Estado e Família numa instituição combinada para instrução, disciplina, preparo e controle de todos os cidadãos.** Essas instituições eram as entidades individuais de um organismo unificado com um único objetivo, que era executar a vontade de Deus na Terra. (grifo nosso)<sup>281</sup>

Calvino via no homem um ser que aprende inerentemente, e em razão disso acreditava ele que “[...] qualquer homem podia aprender, desde o mais simples camponês ao indivíduo mais instruído nas artes liberais”.<sup>282</sup> Ele exerceu grande influência na cultura de sua época. Deu ao crente uma completa explicação do mundo e do homem, desenvolvida com base em seu forte teísmo. Vimos como o conhecimento, primeiramente de Deus e depois do homem, formavam a base de toda sua teologia. O conhecimento era a maior necessidade humana, e Deus, seu principal objeto de estudo e busca. Dessa matriz partiremos para as observações referentes à educação em Calvino, pois ela exerce um papel fundamental dentro do seu esquema religioso.

Educar o homem é dar a ele a chance de encontrar-se com Deus por meio do conhecimento confirmado pelo Espírito Santo. O papel da educação para Calvino se alia perfeitamente à etimologia da própria palavra Educação: do latim *educere*, que significa tirar de dentro para fora, ou seja, desenvolver as potencialidades internas do homem. Não só a capacidade de aprender, mas também a de criar é inerente ao homem, “[...] assim, de mui excelente razão nos compele a confessar que o princípio lhe é ingênito no entendimento humano”.<sup>283</sup> O objetivo central da educação é mostrar ao homem, através do estudo dos textos sagrados, sua essência divina e sua relação com Deus. Antes da queda, o homem refletia a imagem de Deus. Criatura e criador, pai e filho se identificavam. A compreensão da natureza humana possibilitava também o conhecimento de Deus. Sua expulsão do paraíso em função do pecado impossibilitou ao homem conhecer a Deus e a si mesmo, porquanto já não podia olhar para dentro de si e reconhecer qualquer semelhança com seu criador.

Educar, para Calvino, era tirar de si esse conhecimento que dormitava na alma humana e que foi obscurecido pelo pecado. Nesse sentido ele se aproximava muito da concepção de

---

<sup>281</sup> EBY, 1976, p. 102.

<sup>282</sup> CAMPOS, 2000, p. 46.

<sup>283</sup> CALVINO, Inst, II, II, 14.

educação de Platão.<sup>284</sup> Ambos acreditavam num modelo ideal de mundo e de homem, que, para Platão, era o mundo das idéias e o homem virtuoso. Para Calvino, o paraíso e Adão, antes do pecado original. Acreditavam que era possível retornar a esses modelos ideais com o auxílio da educação. “No Menon, Platão não faz mais do que indicar a teoria de que o saber socrático é reminescência.”<sup>285</sup>

Para Evilázio Teixeira, a educação, segundo Platão, pressupõe recordação, e está ligada à sua teoria das reminescências: “[...] a alma guarda a lembrança das idéias contempladas, que passam para a percepção e voltam à consciência. Aprendizagem nada mais é que uma reminescência, ou seja, aprender é recordar.”<sup>286</sup> Ainda segundo Teixeira, “a educação, para Platão, possui uma finalidade: a prática do bem. E o bem está associado à sabedoria enquanto busca da verdade. O amor pela sabedoria e pela verdade possibilitará que o bem seja praticado. Eis o objetivo supremo da educação.”<sup>287</sup> Por meio dessa educação o homem se assemelhará a Deus. É para esse fim que se devem educar os homens. “[...] Platão sugere que o verdadeiro caminho de formação e crescimento espiritual da alma consiste em tornar-se o mais possível semelhante a Deus.”<sup>288</sup>

Calvino também acreditava na restauração da condição divina do homem, perdida com a queda de Adão, não diretamente pelo seu próprio esforço, mas pela graça de Deus. A educação, na perspectiva calvinista, é um instrumento auxiliador para sua iluminação. As Escrituras revelam aquilo que é necessário ao homem conhecer sobre o criador e a natureza. Por isso, quando se fala em educação, para Calvino, fala-se de uma educação voltada para resgatar na alma sua essência divina; ela serve, de certa forma, para auxiliar o “despertar” no homem de sua verdadeira natureza. Isso o conduzirá à prática da piedade e ao temor sincero a Deus.

Esse despertar, ou esse “[...] tirar para fora” não será feito de maneira direta pela razão humana, debruçada sobre seu eu, mas de modo indireto, ou seja, aprofundando-se no conhecimento dos textos sagrados e na confirmação dessas verdades pelo Espírito Santo. Com isso o homem terá novamente a possibilidade de refletir-se como imagem e semelhança de Deus. Calvino queria resgatar a verdadeira natureza humana, denegrida e maculada pelos erros de Adão, para que Deus fosse nela glorificado: esse era o seu objetivo educacional.

---

<sup>284</sup> Platão (428-7 a.C. – 348-7 a.C.), apresentou a chamada Teoria das Idéias, na qual, o mundo real é uma espécie de cópia pálida do mundo ideal. Sua teoria passou à história como matriz do Idealismo, isto é, da visão de mundo que dá prevalência ontológica às Idéias e não aos objetos. Veja-se Platão: A República, Mênon, Timeu e Fédon – diálogos nos quais tal teoria é apresentada.

<sup>285</sup> TEIXEIRA, 1999, p. 37.

<sup>286</sup> TEIXEIRA, 1999, p. 52.

<sup>287</sup> TEIXEIRA, 1999, p. 54.

<sup>288</sup> TEIXEIRA, 1999, p. 55.

Segundo a visão de Calvino, todo homem, criado à imagem e semelhança de Deus, tem embutido em si a ‘semente da religião’, muito ligada à aquisição do conhecimento. De acordo com as Institutas, em princípio, todos são capazes de aprender qualquer coisa, religiosa ou não, independente das diferenças econômicas, sociais, religiosas, etc. Acontece que o homem só chega ao conhecimento se antes se confrontar com o conhecimento de Deus, que o conscientiza da sua limitação e necessidade de estudo. A tarefa do educador é desenvolver as faculdades humanas de forma equilibrada, com vistas à restauração da imagem de Deus através da obra redentora de Cristo e regeneradora do Espírito Santo.<sup>289</sup>

Essa idéia está explícita na **Instituição**, quando Calvino escreve que: “nenhuma casa, afinal, tenha havido que haja podido prescindir da religião, há nisto uma como que tácita confissão de que no coração de todos jaz gravado o senso da divindade.”<sup>290</sup> Com essa redenção esperada pelo verdadeiro conhecimento que a Palavra e o Espírito proporcionam ao homem, também toda a sociedade se transformará. “De onde, continua Calvino, concluímos que não é matéria que se haja primeiro de aprender nas escolas, mas de que desde o ventre cada um é mestre a si próprio e de que não sofre a própria natureza alguém se esqueça, inda que, com todas as forças, muitos isso intentem.”<sup>291</sup>

O homem redimido construirá um mundo verdadeiramente cristão em todos os seus domínios, de saber e de ação. Calvino não escreveu textos que pudessem ser diretamente relacionados com a educação, como fez Lutero ou Melanchton. A questão da educação em Calvino emerge de sua proposta teológica para o homem que, se devidamente instruído, podia ser iluminado pelo Espírito Santo. Por isso, afirma Greggersen:

A implicação mais óbvia e menos vista e praticada entre educadores cristãos é que, se para Calvino o conhecimento de Deus é a razão de ser do homem, então todas as pessoas que se dizem cristãs reformadas deveriam espontaneamente priorizar a educação. [...] Não se trata de uma educação qualquer, e, sim, de uma educação holística, ou seja, transformadora, vivencial, humana, coerente com as Escrituras, aberta para a revelação do Espírito de Deus e voltada para sua glorificação.<sup>292</sup>

Essa iluminação ou essa confirmação das verdades do Eterno não podia ser feita para a alma ignorante ou desviada da Palavra. Por isso a educação era uma preocupação constante para Calvino, tanto quanto era para os outros Reformadores. “[...] trata-se, portanto, de um

<sup>289</sup> GREGGERSEN, O Protestantismo..., 2004, p. 12.

<sup>290</sup> CALVINO, Inst, I, III, 1.

<sup>291</sup> CALVINO, Inst, I, III, 3.

<sup>292</sup> GREGGERSEN, Perspectivas..., 2003, p. 81.

óbvio implícito em qualquer empreendimento que se denominasse cristão reformado”.<sup>293</sup> Para Gabriele Greggersen, a maior contribuição de Calvino para a educação se deu na área filosófica e epistemológica,

[...] pois ele inaugurou uma nova maneira de pensar não apenas as coisas de Deus, pelo que certamente ele revolucionou toda a sociedade, mas todas as coisas que há no mundo. A partir dele o sistema de ensino passou a ser não apenas público e gratuito, mas também compulsório, em Genebra.<sup>294</sup>

A sua principal obra é em si mesma um enorme tratado pedagógico do Cristianismo. A **Instituição da Religião Cristã** foi o resultado dos esforços de Calvino em reunir, de forma clara e didática, todo o pensamento protestante. O termo *Institutio*, que em latim significa instrução, ensino ou educação, mostra o alcance dessa obra para o pensamento Reformado e as intenções pedagógicas de Calvino. O crente compreenderá, manuseando suas páginas, mais facilmente a Bíblia. Embora contenha ela a doutrina perfeita, existem pessoas que necessitam de “[...] certa orientação e ajuda, para saber quê deva nela buscar a fim de não vaguear incerta, ao contrário, alcance rota segura que lhe faculte atingir sempre o fim a que a convoca o Santo Espírito”.<sup>295</sup> O próprio Calvino considerava sua obra um “compêndio de instrução”, que ensinava a verdadeira doutrina.<sup>296</sup> Seu intento era “[...] ensinar certos rudimentos, mercê dos quais fossem instruídos para com a verdadeira piedade quantos são atingidos de algum zelo de religião”.<sup>297</sup>

Calvino percebia que a carência de conhecimento que o povo francês experimentava era, sobretudo, uma carência espiritual, e precisava ser eliminada. Foi escrita primordialmente em latim, para que fosse disseminada em todos os países. Logo em seguida, ele mesmo a traduziu para o francês. A forma simples com que redigiu sua **Instituição** e a tradução de seu próprio punho para o vernáculo demonstram sua intenção em atingir a todos os fiéis. “Que esta me foi a intenção proposta, di-lo o próprio livro, composto que o é em uma forma de ensinar simples e, dir-se-á, chã”.<sup>298</sup>

É uma obra que impressiona não apenas pelo seu monumental conteúdo, mas como destaca seu autor, porque ela se coloca de maneira fácil e acessível a todos. Sua **Instituição** é, na verdade, um manual para se compreenderem as Escrituras. É na Palavra de Deus revelada

<sup>293</sup> TEIXEIRA, 1999, p. 63.

<sup>294</sup> TEIXEIRA, 1999, p. 63.

<sup>295</sup> CALVINO, Inst, I, p. 49.

<sup>296</sup> CALVINO, Inst, I, p. 13.

<sup>297</sup> CALVINO, Inst, I, p. 13..

<sup>298</sup> CALVINO, Inst, I, p.13.

pela Bíblia que se agrega todo o conhecimento humano acerca de Deus e de Sua obra. Nela está encerrado o limite do nosso conhecimento sobre as coisas celestes. “Portanto, um profundo conhecimento da Bíblia é o fundamento para qualquer programa de educação. Esse conhecimento não deve ser apenas factual em seu conteúdo, mas redentor em seus propósitos.”(tradução nossa)<sup>299</sup> Para Calvino, a Bíblia é superior a qualquer produção humana.

Lê a Demóstenes ou a Cícero, lê a Platão, a Aristóteles, ou a qualquer outros desse plantel: em admirável grau, reconheço-o, atrair-te-ão, comover-te-ão, arrebatá-lo-te-ão. Contudo, se a esta sagrada leitura daí te transportas, queiras ou não, tão vividamente te afetará, a tal ponto te penetrará o coração, de tal modo se te fixará na medula, que, ante a força deste sentir, quase se desvanece aquela impressividade dos retóricos e filósofos, de sorte que é fácil perceber que as Sagradas Escrituras, que em tão ampla escala superam a todos os dotes e graças da humana indústria, respiram um quê de divino.<sup>300</sup>

O domínio dos Textos Sagrados era o conhecimento indiscutivelmente mais apreciado por Calvino, pois neles é que Deus se revela de modo especial. Por outro lado, o conhecimento da natureza também precisava ser adquirido, já que por meio dela Deus se revelava a todos indistintivamente. Singer chama a isso de revelação geral, para distingui-la da revelação especial que a Bíblia encerra. Por isso, acreditava Calvino, não fosse a obtusidade humana em reconhecer Deus nas suas obras, não haveria necessidade das Escrituras. Singer ainda enumera as ciências sociais, a física, as ciências biológicas, literatura, línguas e até a psicologia como campos legítimos e necessários para a atividade intelectual do homem, criado à imagem e semelhança de Deus.<sup>301</sup> O homem precisa conhecer a si mesmo como indivíduo integrante da obra divina. Na verdade, precisa

[...] conhecer a si mesmo, seu papel como um indivíduo na sociedade, e o mundo natural do qual ele faz parte. Reconhecendo que toda verdade vem de Deus, Calvino insistia que é direito e dever do cristão procurar o saber e adquirir, tanto quanto possível, conhecimento das várias esferas da revelação geral. (tradução nossa)<sup>302</sup>

É preciso que homens piedosos e eruditos ajudem os homens comuns a se iluminarem, como o fez Calvino com sua Instituição e seu catecismo. “Em sua Institutio Calvino dedica

<sup>299</sup> SINGER, 1974, p. 56.

<sup>300</sup> CALVINO, Inst, I, VIII, 1.

<sup>301</sup> SINGER, 1974, p. 57.

<sup>302</sup> SINGER, 1974, p. 57.

especial atenção ao problema do conhecimento de nós mesmos. A educação é completamente impossível sem tal conhecimento de nós mesmos. O educador-mestre, pois, tem que conhecer o homem, a si mesmo e o educando”.<sup>303</sup> Para bem educar o homem é preciso saber o que de real conhecimento temos dele. Esse saber pode ser dividido em cinco pontos, conforme a análise de Coetzée<sup>304</sup>: primeiro que o homem foi criado naturalmente perfeito e puro, como imagem de Deus; segundo, que ele é composto de corpo e alma, compreendendo a alma como a essência imortal e principal do homem; terceiro, o pecado original afastou o homem de Deus e obscureceu seu entendimento para as coisas divinas; quarto, existe no homem uma semente plantada, comum a todo coração humano, da idéia da divindade; quinto, o homem só conseguirá se salvar por meio da graça de Jesus Cristo, pois não há justiça no próprio homem. Por isso, “[...] a redenção é a resposta final à questão educacional, pois é possível levar ao homem pecador o conhecimento de Deus, o essencial pré-requisito de sua educação e de sua salvação. O educando é educável porque Deus deixou alguma sombra de sua imagem, inclusive depois de sua queda.”(tradução nossa)<sup>305</sup>

Para Calvino, a educação não é um fim em si mesma, ela era uma ferramenta imprescindível e útil à sua teologia. A educação é, pois, a base para o conhecimento da verdade que liberta. Não é possível criar uma comunidade verdadeiramente cristã, que segue os preceitos expostos na Bíblia, que se dedica cada qual à sua vocação, se não houver conhecimento correto de Deus e de Seus propósitos para o mundo.

Não há, para Calvino, uma separação entre o ensino, quer seja de ciência, língua e história, e o ensino religioso, porque todo ensino visa o aperfeiçoamento do homem para a sua vocação, e essa vocação ou chamado divino tem por fim o cumprimento de um papel na sociedade na qual o indivíduo se realiza, pois, além das bênçãos que recebe para si na vida cotidiana, atinge o mais alto propósito da existência humana – a Glória de Deus.<sup>306</sup>

George Denny<sup>307</sup> aponta algumas razões que podem ser apresentadas como determinantes para a afirmação de que Calvino foi um homem que lutou para levar a educação ao povo comum. O primeiro fator que merece ser destacado, segundo ele, é que o sistema de doutrina formulada por Calvino constitui um poderoso fator no progresso

---

<sup>303</sup> COETZÉE, 1973, p. 217.

<sup>304</sup> COETZÉE, 1973, p. 218.

<sup>305</sup> COETZÉE, 1973, p. 219.

<sup>306</sup> FERREIRA, 1990, p. 184.

<sup>307</sup> DENNY, George H. **Calvin's Influence on Educational Progress**. Richmond: Presbyterian Committee of Publication, 1909.

educacional. Para ele, nenhum sistema teológico envolvia a necessidade lógica da disciplina mental ou insistia tanto na difusão do conhecimento quanto o Calvinismo. Calvino reafirmava o espírito da teologia paulina, que não confinava a religião ao sentimento ou à vontade.<sup>308</sup> A tese de São Paulo insistia que o homem devia amar a Deus não apenas de todo seu coração, mas também com toda sua inteligência. Calvino sabia que o sucesso de sua doutrina não dependia somente de conhecimento daqueles que divulgavam, mas também da inteligência da grande massa que a ouvia e a aceitava. O sistema doutrinal de Calvino tem sido “[...] um poderoso instrumento de disciplina intelectual, requisitando toda literatura, toda ciência e toda filosofia.”(tradução nossa)<sup>309</sup> O Calvinismo exigia a educação das massas e onde quer que ele tenha surgido “[...] tem sido um adversário da ignorância popular e onde quer que tenha ido, incentivou e inspirou o progresso intelectual.” (tradução nossa)<sup>310</sup>

A segunda razão que teria contribuído com a educação foi o sistema de governo da Igreja pensado por Calvino, com seu modelo presbiteriano. Ele o dividia em quatro funções essenciais, estabelecidas nas **Ordenanças Eclesiásticas** de 1541, do qual trataremos mais adiante. O modelo calvinista, muito mais participativo e quase democrático, exigia um corpo de fiéis bem preparados para as tarefas de dentro da Igreja, e isso “[...] exerceu uma extraordinária influência na expansão da inteligência popular e na educação universal.” (tradução nossa)<sup>311</sup> Pensava-se numa república espiritual em que cada um exercesse seu papel e sua vocação.

O terceiro motivo que o autor aponta é a maneira do culto e o sistema de instrução religiosa que Calvino estabeleceu. “A ênfase no caráter didático do culto da igreja e no método catequético de instrução religiosa, característicos do esquema calvinista, foi fator notável no desenvolvimento de uma fé firme e inteligente.” (tradução nossa)<sup>312</sup> O método catequético criava uma disciplina mental como resultado desse processo de instrução. Não menos importante é o elemento didático presente no culto da igreja, marcado pela máxima simplicidade. O que se exigia era a realização desse culto por um homem piedoso, erudito e conhecedor dos textos bíblicos. Calvino acreditava que a pregação feita por pessoas capacitadas para tal, bem como, por outro lado, a população esclarecida pelo treinamento escolar em línguas e humanidades, constituía a conjugação perfeita, que despertaria a consciência humana e transformaria a sociedade.

---

<sup>308</sup> DENNY, 1909, p. 150.

<sup>309</sup> DENNY, 1909, p. 151.

<sup>310</sup> DENNY, 1909, p. 152.

<sup>311</sup> DENNY, 1909, p. 152.

<sup>312</sup> DENNY, 1909, p. 154.

O caráter ou a qualidade desse treinamento é apontado como o quarto fator propulsor da educação. Quando o Calvinismo proclama que não há nada na natureza ou na vida humana que não mereça investigação científica, está ampliando com isso o estudo e o conhecimento a todos os campos do saber. Para Calvino não existia conflito entre ciência e religião; tudo fazia parte do mundo criado por Deus e devia ser conhecido. Obviamente que todas essas razões são conseqüências de sua principal preocupação, ou seja, de que o treinamento moral e espiritual do homem precede a qualquer outro ensinamento, porque toda verdadeira educação visa, antes de mais nada, desenvolver a alma humana. Ela demonstra, de modo peremptório, que o modo de vida preconizado por Calvino requeria um bom nível educacional.

Para Heber Campos “a reforma do caráter era a conseqüência última do conhecimento de Deus.”<sup>313</sup> Isto significava, segundo Calvino uma transformação real das pessoas e conseqüentemente do mundo em que elas atuavam. Não era compreensível para Calvino uma comunidade cristã de mãos dadas com os vícios, a bebedeira e os crimes. O mundo, dirigido e organizado pelos fiéis e para os fiéis, deve ser um mundo onde a lei de Deus seja cumprida. É nesse sentido que a disciplina ganha dimensão na obra de sedimentação do Evangelho, na Terra. Disciplina no cultivar, no trabalhar e no educar. Em função disso, continua Campos:

Calvino requeria algumas coisas dos aprendizes: 1) ele exigia dos alunos a freqüência às reuniões públicas de instrução, nas quais havia o ensino do catecismo; 2) os alunos deveriam igualmente ser diligentes no seu estudo pessoal das Escrituras; 3) cada aluno tinha a responsabilidade de exercer vigilância sobre a sua própria vida. Dessa forma, eles aprendiam a ser responsáveis em matéria de obediência. (tradução nossa)<sup>314</sup>

Coetzée apresenta sete questões fundamentais que precisam ser respondidas quando queremos estudar o tema da educação em Calvino. Temos que saber: Qual é o seu fundamento? Quem é o seu educando? Qual é o objetivo? Qual é a matéria? Qual o método? Qual a disciplina? E como é a organização da educação e da escola?

O fundamento de uma educação cristã é, sem dúvida, a Palavra de Deus. “Calvino aceitou a autoridade fundamental da Bíblia em todas as esferas da vida humana e, por conseguinte, na esfera da educação.”(tradução nossa)<sup>315</sup> Nela Deus se revela, como o criador de tudo o que existe. “De todas as criaturas de Deus, o homem é a única criatura que pode, no verdadeiro sentido da palavra ser educada.” (tradução nossa)<sup>316</sup> O que Calvino ensina sobre o

---

<sup>313</sup> CAMPOS, 2000, p. 46.

<sup>314</sup> CAMPOS, 2000, p. 46.

<sup>315</sup> COETZÉE, 1973, p. 216.

<sup>316</sup> COETZÉE, 1973, p. 217.



homem para podermos educá-lo adequadamente? A primeira parte desse ensino reside no fato de que o homem é uma criatura de Deus que se constitui de corpo e alma, e de uma essência imortal, ainda que criada. Para Calvino, a parte mais nobre do homem é sua alma, composta de duas partes: o intelecto e a vontade.

O ofício do intelecto é distinguir entre as coisas aprovadas ou desaprovadas, e o da vontade eleger e seguir o que o intelecto declara que é bom e rechaça e alija o que é mal. O intelecto é o guia e o governo da alma; a vontade sempre segue sua indicação, pergunta e espera sua decisão em matéria de desejo. (tradução nossa)<sup>317</sup>

A segunda parte do conhecimento do homem fala da criatura que caiu no pecado e que perdeu sua característica original. “[...] a nobreza, a sabedoria, seu admirável sentido de justiça, bondade, a capacidade de seu intelecto para distinguir entre o bem e o mal, de sua vontade de rechaçar o que é mal ou lutar pelo que é bom.”(tradução nossa)<sup>318</sup> Seu intelecto se escureceu e deixou de ser lúcido, ou seja, corrompeu-se. Existe, no entanto, conforme salienta Coetzée, um terceiro aspecto do conhecimento sobre o homem, na perspectiva de Calvino. Reside na mente de toda a criatura humana o conhecimento de Deus, mas infelizmente em nenhum homem o amor sobrevive. Por isso, afirma o autor, somente pela graça salvadora de Cristo o gênero humano poderá encontrar a salvação.

A redenção é a resposta final para a questão educacional, pois por ela é possível levar o homem pecador ao conhecimento de Deus, o essencial pré-requisito de sua educação e de sua salvação. O educando é educável porque Deus deixou alguma sombra de sua imagem após sua queda. Todos os dons de corpo e alma que uma criança possui são sinais do eterno amor de Deus e Sua graça. (tradução nossa)<sup>319</sup>

Conduzir a criança para a vida cristã e, portanto, para a glória de Deus, constitui o principal objetivo da educação. Qual era o seu conteúdo? Calvino aponta para o conhecimento duas linhas, como vimos anteriormente: o conhecimento de Deus e o conhecimento do homem. Nenhum de nós, dizia Calvino, podia chegar ao verdadeiro conhecimento de si mesmo sem antes haver contemplado Deus. Os métodos para se educar o homem, que Coetzée chama de métodos gerais de educação, porque podem ser usados pelo próprio homem, são: a fé pessoal, a negação de si mesmo, a oração, a meditação, as boas obras e a perseverança. Sem esses elementos dificilmente a educação logrará êxito na transformação da

---

<sup>317</sup> COETZÉE, 1973, p. 218.

<sup>318</sup> COETZÉE, 1973, p. 218.

<sup>319</sup> COETZÉE, 1973, p. 219.

vida do homem. Já para os métodos especiais, utilizados no colégio ou no ginásio, podem ser assim enumerados: o ensino da gramática, memorizar, recitar, repassar e, nas classes mais adiantadas, debater, falar em público, escrever ensaios de temas prescritos.<sup>320</sup> A disciplina ocupa um papel importante na teoria educacional de Calvino; nela “as crianças têm que obedecer a seus pais, a seus mestres e a todos os outros homens com autoridade sobre elas.” (tradução nossa)<sup>321</sup>

Sobre a questão da organização das escolas, basta olharmos para o colégio em que se estabeleceu uma organização detalhada, a qual o dividiu em sete classes, cada uma subdividida em grupos de dez alunos. No colégio, cada professor cuidava de uma turma e tinha deveres claramente definidos. “Um detalhado horário se estabelecia para cada dia da semana, incluídos os domingos. Para cada classe separada se preparava um sumário definido de trabalho.” (tradução nossa)<sup>322</sup> As faltas precisavam ser comunicadas pelos professores a seus superiores e, conforme o caso, era preciso punir o aluno em público.

### **3.2.1- As ordenanças eclesiásticas**

Antes de Calvino, a educação em Genebra era muito precária, pois só havia o Collège Versonnex na cidade até a época de sua chegada, em 1536. Fundado em 1428-9, para formar pessoas para o clero, a instituição agonizava e estava prestes a desaparecer. Logo que assumiu suas funções de pregador na Igreja de Genebra “[...] Calvino apresentou um plano ao Conselho Municipal, que incluía uma escola para todas as crianças, na qual as crianças pobres teriam ensino gratuito. A seguir, ele começou a trabalhar com as crianças da cidade, escrevendo um catecismo para elas ainda em 1536.”<sup>323</sup> Desses esforços surgiu o Collège de la Rive. Em 1541, quando retornou de seu exílio, Calvino reorganizou os dois colégios, que passaram a oferecer gratuitamente o ensino.

A educação das escolas elementares e colegiais de Genebra já refletia o humanismo do seu principal mentor dentro do protestantismo, João Calvino. Ele insistia que os alunos das escolas genebrinas, semelhantemente aos de Estrasburgo, fossem hábeis tanto no falar quanto no escrever em latim à moda de Cícero.<sup>324</sup>

<sup>320</sup> COETZÉE, 1973, p. 222.

<sup>321</sup> COETZÉE, 1973, p. 224.

<sup>322</sup> COETZÉE, 1973, p. 227.

<sup>323</sup> CAMPOS, 2000, p. 47.

<sup>324</sup> CAMPOS, 2000, p. 49.

As primeiras medidas tomadas por Calvino para organizar o ensino na cidade foram suas **Ordenanças Eclesiásticas** de 1541. A Igreja era, *par excellence*, a grande escola do conhecimento espiritual, acreditava Calvino, por isso ela foi a primeira a ser renovada e modificada por ele. Essas ações foram aplicadas para organizar sua estrutura funcional. Nelas, Calvino instituiu as quatro funções básicas, que, acreditava ele, deveriam ser preenchidas dentro da Igreja. “Basicamente, as Ordenanças Eclesiásticas estabeleciam o padrão pelo qual a Igreja funcionava. Foram estabelecidos o horário e o número de cultos na cidade, bem como a frequência dos pastores aos encontros e outras regulamentações, tais como a excomunhão.”<sup>325</sup>

Criou-se nesse mesmo ano o Consistório, órgão responsável para tratar das querelas de ordem religiosa e que definiria medidas adequadas para a solução de cada uma delas. O termo Ordenanças Eclesiásticas, conhecido hoje por nós, não é, entretanto, seu título original, tal como foi impresso em 1541. Era muito longo e por isso utilizaram os termos que ficaram mais conhecidos atualmente. Seu título completo era, na verdade, já um resumo de todo seu conteúdo:

Em nome de Deus todo poderoso, nós, os Síndicos do Pequeno e do Grande Conselho, com nosso povo reunido ao som do trompete e do grande sino, de acordo com os nossos antigos costumes, tendo considerado que ele é a coisa mais valiosa de se ordenar acima de todas as outras, que a doutrina da Santa Igreja de nosso Senhor seja bem preservada em pureza e a Igreja Cristã seja devidamente mantida, **que a juventude seja no futuro fielmente instruída**, o hospital mantido em boas condições para sustentar o pobre, o qual não pode ser feito a menos que haja uma regra certa e maneira de vida pelo qual cada estado cuide das obrigações do seu ofício: Por essa razão nos pareceu bom que o governo espiritual, tal como nosso Senhor mostrou e instituiu por sua Palavra, poderia ser reduzido para a boa ordem e ter lugar e ser observado entre nós. Por isso nós ordenamos e estabelecemos ser seguida e observada em nossa cidade e território a constituição eclesiástica que segue, compreendendo que ela foi tirada do Evangelho de Jesus Cristo. (tradução e grifo nossos)<sup>326</sup>

Seu objetivo, como está explícito no texto, era preservar a “pureza” do ensino de Deus e manter viva a Igreja Cristã. A instrução e a caridade deviam ser os meios usados para preservar o bom governo espiritual da Igreja, bem como para estabelecer uma necessária ordem social. Segundo esse documento, existem quatro ordens de ofícios instituídos por Cristo para o governo da Igreja: os pastores, os doutores, os anciãos e os diáconos. Aos

---

<sup>325</sup> GAMBLE, 1990, p. 67.

<sup>326</sup> In: DILLENBERGER, 1975, p. 229-230.

pastores cabiam proclamar a Palavra de Deus, para instruir, aconselhar, exortar e censurar, tanto em público quanto particularmente, e também para administrar os sacramentos.

O candidato precisava provar que tinha um bom e verdadeiro conhecimento da Escritura e que era capaz de transmiti-la eficazmente ao povo. Ele devia ser apresentado ao Conselho, que, se o considerasse digno, dava sobre ele um testemunho favorável, para que pudesse pregar. Era preciso, conforme os bons costumes exigidos pela Igreja, que o pastor evitasse certos tipos de faltas. Umam eram inaceitáveis, como a heresia, a rebelião contra a ordem eclesiástica, a obscenidade, a usura e os jogos proibidos. Outras podiam ser suportadas, mas eram advertidas de modo direto e fraterno, como por exemplo: métodos estranhos de lidar com as Escrituras que pudessem causar escândalos, negligência no estudo e na leitura das Escrituras, uso de palavras dissolutas, calúnia.<sup>327</sup> Aos anciãos cabia o cuidado “[...] para aconselhar amigavelmente aqueles que eles percebiam estar em erro ou estar vivendo uma vida desordeira, e, onde isso fosse exigido, prescrever correções fraternais entre eles e junto aos outros.”(tradução nossa)<sup>328</sup> Eram eleitos dois do Pequeno Conselho; quatro do Conselho dos Sessenta e seis do Conselho dos Duzentos, que tivessem uma vida ilibada e moralmente irrepreensível. “Esses poderiam ser, então, eleitos, para que haja algum em cada bairro da cidade para ficar de olho em todo mundo.”(tradução nossa)<sup>329</sup> Aos diáconos cabia cuidar dos recursos amealhados pela igreja, como os donativos, e ainda cuidar dos doentes e administrar a pensão aos pobres.

Aos doutores, finalmente, esperava-se que dessem “[...] instrução de fé da verdadeira doutrina, para que a pureza do Evangelho não seja corrompida pela ignorância ou pelas opiniões malfazejas.”(tradução nossa)<sup>330</sup> Era preciso que houvesse um professor que dominasse o Antigo Testamento, e outro, o Novo Testamento. Para que essas instruções sobre os Textos Sagrados fossem devidamente aproveitadas, era preciso que o povo fosse educado nas línguas nas quais esses Textos foram escritos, ou seja, o hebraico e o latim. Também era necessário um professor de humanidades. “Um colégio deveria ser instituído para instruir as crianças e prepará-las para o ministério, tão bem quanto para o governo civil.”(tradução nossa)<sup>331</sup> Um local que seja apropriado para se fazer as lições e para acomodar as crianças e outros que se beneficiariam. Para isso deve haver um homem douto e hábil em organizar o prédio e a instrução, que também seja hábil no sermão. Em outra passagem das Ordenanças,

---

<sup>327</sup> Cf. DILLENBERGER, 1975, p. 232..

<sup>328</sup> DILLENBERGER, 1975, p. 235.

<sup>329</sup> DILLENBERGER, 1975, p. 235.

<sup>330</sup> DILLENBERGER, 1975, p. 234.

<sup>331</sup> DILLENBERGER, 1975, p. 234.

quando se fala da ordem a ser observada no caso de crianças pequenas, também se nota a preocupação de que elas fossem instruídas no catecismo, para que depois fossem aceitas na comunidade. “Quando a criança tiver sido suficientemente instruída no catecismo, ela deve recitar solenemente a essência do que ele contém, e também professar sua cristandade na presença da Igreja.” (tradução nossa)<sup>332</sup>

### 3.2.2- A Academia de Genebra

Dentre as medidas tomadas por Calvino referentes à educação, a fundação da Academia em 1559 foi, sem dúvida nenhuma, a mais importante. Dessa instituição saíram os pastores e os defensores que levaram os fundamentos da fé protestante nos moldes calvinistas por diversos países da Europa. De Genebra, a teologia de Calvino chegava até a França, Inglaterra, Holanda, Alemanha e Suíça. A necessidade de pastores para as novas agremiações da fé Reformada exigia um local apropriado e à altura para a formação e o preparo desses novos líderes. A Academia foi essa escola preparatória que alimentou, com o conhecimento ali cultivado, esse novo rebanho de fiéis. A concretização desse antigo sonho de Calvino precisou, no entanto, de dezoito anos para poder se realizar.

Desde as **Ordenanças**, de 1541, ele já recomendava a criação de um colégio que pudesse efetivamente ensinar as crianças e os adultos. Durante esse tempo, as autoridades da cidade empregavam poucos mestres, e algum ensino de latim e grego podia ser encontrado para alguns poucos jovens de Genebra no *Collège de la Rive*. Lições particulares de hebraico podiam ser ocasionalmente encontradas. Tudo isso significava apenas medidas improvisadas se comparadas com o que se estabeleceu após 1559. Durante os anos de 1550, dois acontecimentos foram importantes para que Calvino obtivesse o apoio necessário das autoridades civis para seu projeto educacional. O primeiro deles foi a mudança política ocorrida entre as famílias que detinham o poder na cidade: muitos dos amigos de Calvino tornaram-se membros dos Conselhos; o segundo se deve à chegada, na cidade, de grande número de refugiados religiosos de língua francesa, o que acabou também, politicamente, favorecendo Calvino.<sup>333</sup>

---

<sup>332</sup> DILLENBERGER, 1975, p. 240.

<sup>333</sup> Esse período corresponde aos tempos de repressão na Itália (1542), das perseguições de Henrique II na França (1547-1559) e Maria Tudor, na Inglaterra (1553-1558). Cf. McNeill, 1954, 181.

Vencidas essas barreiras políticas, diz Gillian Lewis, “planos detalhados eram agora redigidos para o antigo projeto do colégio, e medidas foram tomadas para encontrar um lugar para o prédio.”(tradução nossa)<sup>334</sup> Calvino passou a arrecadar fundos para o novo colégio apelando pessoalmente para a filantropia popular. Conseguiu de início 13.550 guilders de ouro e foi com essa quantia que começou a construção do edifício.<sup>335</sup> Em seguida, passou a se preocupar com o corpo docente do novo colégio; principalmente, esperava ele encontrar um bom professor de hebraico e um competente helenista. Precisava estabelecer uma autêntica leitura das Escrituras e ensinar os alunos a compreender como ela foi escrita. Seus problemas foram resolvidos quando os professores da Universidade de Lausane, cidade próxima de Genebra, se indispuseram com seus superiores civis e muitos deles aceitaram o convite de Calvino para lecionar no novo colégio, dentre eles Teodoro de Beza, o primeiro reitor da Academia de Genebra.

O corpo docente ficou assim estabelecido: Teodoro de Beza (reitor); Antonius Cevalhanus (hebraico); Francisco Beraldus (grego); Johannes Tagantius (filosofia); e mais os professores das sete classes: Johannes Rendonius (classe 1); Carolus Malbeus (classe 2); Johannes Barbirius (classe 3 e decano do colégio); Gervasius Emaltus (classe 4); Petrus Dux (classe 5); Johannes Perrilius (classe 6); Johannes Laureatus (classe 7); com Petrus Daqueus como cantor e João Calvino com Teodoro de Beza como professores de teologia.<sup>336</sup> O reitor era eleito a cada dois anos, sempre no dia primeiro de maio. Ele “[...] tinha que ser um homem de indubitável piedade e erudição.” (tradução nossa)<sup>337</sup> Começando pela classe sete, que era a mais elementar, o conteúdo na *schola privata* era distribuído da seguinte forma:

Classe 7: conhecimento dos primeiros princípios das letras; composição de palavras do alfabeto latino e de francês; leitura do francês e do catecismo bilíngüe.

Classe 6: princípios de conjugação de verbos para os primeiros seis meses; depois, primeiros fundamentos das partes da oração e assuntos relativos; utilização do método comparativo entre o latim e o francês, com exercícios iniciais na língua latina.

Classe 5: exposição mais precisa das partes da oração e os princípios mais simples da construção das sentenças com a Bucólica de Virgílio e primeiros ensinamentos sobre a escrita lógica.

---

<sup>334</sup> LEWIS, 1994, p. 37.

<sup>335</sup> Cf. CAMPOS, 2000, p. 49.

<sup>336</sup> Cf. COETZÉE, 1973, p. 208.

<sup>337</sup> COETZÉE, 1973, p. 209.

Classe 4: conclusão da gramática latina, com as mais breves e melhores cartas conhecidas de Cícero com temas curtos e fáceis, e com o *De Tristibus* de Ovídio; leitura e conjugação de verbos gregos.

Classe 3: gramática grega mais avançada, as regras de ambas as línguas e escrita do latim e grego; depois cartas de Cícero, sua *De Amicitia* e *De Senectute* tanto em latim como em grego; *Aenes* de Virgílio, *Commentaries* de César, seleção dos discursos de Isócrates.

Classe 2: História Romana de Tito Lívio, história grega de Xenofonte, Políbio e Heródoto, com leituras de Homero; princípios de dialética, como por exemplo as subdivisões e as proposições; teses de Cícero, suas orações mais curtas; no sábado, das três às quatro da tarde, a história do Evangelho em grego, com fáceis explicações.

Classe 1: dialética avançada com princípios de retórica e eloquência, discursos avançados de Cícero, *Olynthiacae* e *Philippicae* de Demóstenes, e também textos selecionados de Homero e Virgílio; no sábado, também das três às quatro da tarde, leitura de uma das cartas dos apóstolos.<sup>338</sup>

É possível perceber, por meio desses dados, que a preocupação de Calvino com referência à educação não era limitada aos textos bíblicos, embora considerasse que estavam neles os limites traçados por Deus para o conhecimento humano. “A ênfase da *Schola Privata* era na leitura corrente, na fala com fluência, na escrita com elegância. Não havia preocupação com a matemática, nem com a geometria, ou estudo de música, como no antigo quadrivium”.<sup>339</sup> Eram ainda estudados obras dos escritores pagãos, que também escreveram belas e boas coisas, que podiam ser aproveitadas. O conteúdo desses estudos explicitam as relações entre Reforma e Renascimento, embora fossem aplicados para fins diversos, ou seja, o fato é que as línguas clássicas eram essenciais para o estudo direto das Escrituras e da Patrística, nos respectivos originais.<sup>340</sup> Era uma educação de alta qualidade dispensada a todas as crianças.

Isto se devia ao fato de que Calvino e seus seguidores tinham um programa comum de ampla perspectiva e alcance, não meramente doutrinal, mas também político, econômico, social e educacional. Seu programa comum e sua visão social demandava a educação para todos – inclusive educação grátis para todos – como um instrumento para o bem-estar da Igreja e do Estado. (tradução nossa)<sup>341</sup>

<sup>338</sup> Cf. COETZÉE, 1973, p. 212.

<sup>339</sup> FERREIRA, 1990, p. 195.

<sup>340</sup> MONROE, 1974, p. 176.

<sup>341</sup> COETZÉE, 1973, p. 214.

A avaliação final era feita em abril. Todos os alunos da escola se reuniam num salão onde o professor dava um tema para a produção de um ensaio em francês, depois em suas classes deviam traduzir esse ensaio para o latim. No dia primeiro de maio, aqueles que haviam se destacado eram recebidos na igreja de São Pedro para a cerimônia de promoção.

Para a universidade, ou seja, para a *Schola Publica*, requeriam-se professores de hebraico, grego e artes. “A ênfase recaía sobre as artes e a teologia, que eram os meios para o conhecimento de Deus através da revelação geral e especial. Afinal de contas, os alunos estavam sendo preparados para servir à sociedade nos anos subseqüentes.”<sup>342</sup> O professor de hebraico era esperado na sala de aula às manhãs para expor algum livro do Antigo Testamento. O professor de grego não ensinava o Novo Testamento, mas “[...] deixava-se isso para aqueles designados pela Companhia para expor as Escrituras.” (tradução nossa)<sup>343</sup> Ao invés disso ele comentava sobre algum livro de filosofia de Aristóteles, Platão, Plutarco ou algum outro filósofo cristão sobre a moral. À tarde ele lia algum poeta, orador ou historiador grego. O professor de artes deveria ler algum livro de física (filosofia natural) de manhã. Apenas por meia hora, após a refeição, ele expunha a *Rhetoric* de Aristóteles e *De Oratore* de Cícero. Todos os alunos tinham que estar na sala às seis da manhã no verão, e às sete horas, no inverno.

O estudante aprenderá como moldurar definições e divisões à maneira de Aristóteles e Cícero, provavelmente usando alguns recentes e bem ilustrados manuais como os de Neobar ou Sturm. Ele se debruçará sobre as figuras da retórica, não por um mero prazer, mas para que ele seja capaz de persuadir os outros da mensagem do Evangelho e convencê-los de que o que ele tem oferecido é a verdadeira leitura da Palavra de Deus. (tradução nossa)<sup>344</sup>

A história é estudada para que os propósitos divinos para com a humanidade sejam conhecidos. A física, também, serve ao mesmo propósito que a história, ou seja, descobrir a ação de Deus em toda a criação. As Sagradas Escrituras eram comentadas aos domingos, terças e quartas à tarde por um instrutor de teologia designado pela Companhia dos Pastores. Os alunos que se sentiam predispostos à futura tarefa de ministros deveriam tomar uma passagem da Bíblia e expô-la em público aos sábados à tarde. O ministro que presidia essas exposições fazia depois os comentários e as críticas sobre a interpretação do aluno. Esses alunos deviam também redigir e defender, todo mês, um certo número de teses ou proposições, as quais não deviam ser elaboradas pela vã curiosidade ou conter em si falsa

<sup>342</sup> CAMPOS, 2000, p. 51.

<sup>343</sup> LEWIS, 1994, p. 43.

<sup>344</sup> LEWIS, 1994, p. 43.



doutrina. Eles deviam defender publicamente suas teses, enquanto outro aluno era preparado para questioná-las. “Pontos da doutrina devem ser tratado com simplicidade e religiosamente pelos discutidores de ambos os lados.”(tradução nossa)<sup>345</sup>

Os professores da Academia gozavam de uma relativa liberdade para adotar um método de exposição e de ensino. Isso era surpreendente por dois motivos: primeiro, porque Calvino acreditava que o ensino correto desempenhava um papel central na formação e na perpetuidade da comunidade cristã; segundo, porque Calvino fazia uma distinção muito grande entre o propósito do aprendizado cristão e profano.<sup>346</sup> Entre os intelectuais protestantes era geral a idéia de que, no que se refere à salvação, somente as Escrituras eram suficientes. Alguns acreditavam que, sendo elas o compêndio que orienta todos os aspectos do conhecimento humano, era desnecessário e até mesmo blasfemo valer-se de escritores pagãos.

Esse ponto de vista não encontrava nenhuma simpatia por parte dos criadores da Academia de Genebra, os quais ficavam perfeitamente satisfeitos em compreender as questões filosóficas à luz dos escritos pagãos da antiguidade clássica, providenciando para que se exerça a prudência na escolha dos autores, e cuidar para que todo debate esteja subordinado à autoridade da Palavra de Deus. (tradução nossa)<sup>347</sup>

É preciso lembrar que os graus superiores de ensino na Academia não eram destinados a todos, mas à formação de futuros líderes da sociedade e doutos ministros da Palavra. Apesar das aparências, a Academia de Genebra não era uma universidade como as antigas universidades de Bolonha, Pádua, Paris ou Oxford, pelo menos em seu período inicial. “Ela não possuía associação de estudantes, nem corpo docente de mestres em artes, leis, medicina ou teologia. Nem chanceler, deão ou supervisores. Não cobrava taxas (até 1584) e concedia atestado, ao invés de licenças ou graus.”(tradução nossa)<sup>348</sup> A intenção de seus fundadores era ideológica, sendo seu objetivo, como declaravam as **Ordenanças** de 1541, doutrinar, tanto quanto instruir.<sup>349</sup> Todas as instituições de ensino e escolas de Genebra estavam sob a direção conjunta do Conselho da cidade, que cuidava do pagamento dos professores e da Companhia dos Pastores, que supervisionava o ensino. O principal método de ensino utilizado pelos professores da Academia consistia na leitura dos textos estudados, promovendo debates e exposições públicas dos textos produzidos pelos alunos. Também se valiam com freqüência da memorização, da recitação e da repetição.

---

<sup>345</sup> LEWIS, 1994, p. 44.

<sup>346</sup> Cf. LEWIS, 1994, p. 44-45.

<sup>347</sup> LEWIS, 1994, p. 45.

<sup>348</sup> LEWIS, 1994, p. 47.

<sup>349</sup> Cf. LEWIS, 1982, p. 48.

A Academia tornou-se o centro do saber protestante e dela fluíam as energias que revigoraram os grupamentos calvinistas espalhados pelos diversos países europeus. “Mas ao lado deste objetivo religioso, afirma Larroyo, a Academia foi um centro de orientação pedagógica.”<sup>350</sup> John Knox (1513-1572), que levou para a Escócia a idéia da educação para todos, gratuita e patrocinada pela Igreja, cujas idéias sobre a educação estão expostas no seu **Livro da Disciplina (Book of Discipline)**, estudou na Academia. Ao lado de cada igreja, queria ele o funcionamento de uma escola onde cada ministro fosse também o professor. “[...] a Igreja da Escócia instituiu uma ordem de ensinamento completo, a partir das classes primárias até os estudos superiores.”<sup>351</sup>

Os huguenotes, na França, enquanto gozavam de uma relativa liberdade, “fundam oito universidades e trinta e dois colégios, além de inúmeras escolas elementares.”<sup>352</sup> Criaram academias em suas comunidades, tornando-os “[...] a gente mais bem educada da França”.<sup>353</sup> Os puritanos<sup>354</sup>, simpatizantes de Calvino na Inglaterra, também se preocuparam com a instrução de seus fiéis e, na época elizabetana, dominaram Oxford e Cambridge. John Milton<sup>355</sup> propôs a criação de academias, à semelhança daquela erguida em Genebra, para oferecer educação secundária e superior, mas seu programa veio a florescer, no entanto, nos Estados Unidos, onde Benjamim Franklin (1706-1790), filho de puritanos, sugeriu a “[...] instituição de academias que preparassem os jovens para a vida”.<sup>356</sup> A mais famosa universidade americana, a Universidade de Harvard, fundada em 1636 na cidade de Cambridge, Massachussets, deve seu nome a um ministro puritano (John Harvard), que, com o objetivo de formar ministros para a igreja, doou setecentos e oitenta libras e quatrocentos livros para uma pequena escola. Foi fundada por calvinistas, obedecendo aos mesmos propósitos de Calvino quando fundou sua Academia, no século XVI.

Na Holanda, o Calvinismo se enraizou profundamente, e especialmente após a fundação da Universidade de Leiden por professores calvinistas. Amsterdã, Utrecht e

---

<sup>350</sup> LARROYO, 1982, p. 377.

<sup>351</sup> BOISSET, 1971, p. 68.

<sup>352</sup> GILES, 1987, p. 126.

<sup>353</sup> FERREIRA, 1990, p. 198.

<sup>354</sup> Doutrina protestante que prega a prática de princípios rígidos e “puros”. Surgiu na Inglaterra durante a perseguição movida pela rainha Maria Tudor ao protestantismo. O puritanismo baseava-se no conceito do sacerdócio universal dos crentes e opunha-se ao autoritarismo civil na Igreja. Mantiveram seus princípios calvinistas e democráticos, pretendendo reconstruir a Igreja Cristã, na simplicidade e pureza dos Evangelhos. Cf. Dicionário Enciclopédico das Religiões. 1995. Verbete: Puritanismo.

<sup>355</sup> Um dos maiores poetas da língua inglesa, mais conhecido por seu poema épico: Paraíso Perdido (Lost Paradise), de 1667. Ele era também um notável historiador, erudito, panfletista. Passou os anos de 1641-60 escrevendo panfletos pela liberdade religiosa e civil. Escreveu, em 1644, Da Educação e Areopagítica. In: Encyclopaedia Britannica. 1993. Verbete: John Milton.

<sup>356</sup> FERREIRA, 1990, p. 199.

Groningen também seguiam os ensinamentos de Calvino. Por ali passaram alguns dos mais importantes nomes do pensamento moderno; “Espinoza e Descartes ali ensinaram e exerceram sua influência”.<sup>357</sup> Não soa estranho, portanto, ouvir Luzuriaga afirmar que: “do ponto de vista educacional, o movimento calvinista foi quicá mais eficiente que o próprio movimento luterano.”<sup>358</sup> Mesmo considerando que o luteranismo deu o “impulso prático e força política à programação de um novo sistema escolar...”<sup>359</sup> reconhecemos, no entanto, que foi com o Calvinismo que ele se disseminou pela Europa protestante do século XVI e depois para outros continentes.

### 3.2.3- Presbiterianismo e educação

A teologia de João Calvino foi levada até a Escócia pelo trabalho incansável de John Knox, um dos renomados alunos que passaram pela Academia de Genebra e, que, de volta à sua terra natal, carregou consigo o modelo de cristianismo que aprendeu na Suíça. Não se sabe ao certo o ano de nascimento de John Knox, embora a data mais aceita seja 1513, na cidade de Haddington. Filho de William Knox, homem dedicado ao cultivo da terra, como a maioria da população daquela região. Se quisesse, no entanto, escapar dessas condições pouco favoráveis, precisava se voltar aos estudos superiores, ingressando na carreira eclesiástica.

Entretanto, não podia fechar os olhos à devastadora corrupção que lavrava naqueles dias, a religião mercantilizada, o clero devasso e argentário, o povo espoliado, a Escritura ignorada, as superstições e credices dominando as mentes e asfixiando a fé genuína, enquanto os bispos e prelados se curvavam aos ditames papais em absoluta subserviência e abjeta sujeição, a maneira de garantir rendosas posições e assegurar benefícios vultosos para si próprios e para seus dependentes ou protegidos.<sup>360</sup>

Por isso sentiu John Knox a necessidade de uma verdadeira reforma da Igreja no seu país. Decidido a seguir a carreira eclesiástica, prosseguiu nos estudos regulares, adquirindo sólido conhecimento do latim. Na Universidade de Saint Andrews, recebeu o suficiente para seus fins imediatos nas atividades religiosas, não exercendo o múnus sacerdotal, mas apenas como um modesto funcionário da administração. Quando foi que Knox se deparou com as

---

<sup>357</sup> FERREIRA, 1990, p. 200.

<sup>358</sup> LUZURIAGA, 2001, p. 112.

<sup>359</sup> MANACORDA, 1992, p. 196.

<sup>360</sup> LUZ, 2001, p. 15.

idéias Reformadas? Não se sabe ao certo. “De fato, por muitos anos, quase um decênio de exercício sacerdotal, não há evidência de aberta adesão aos princípios da Reforma.”<sup>361</sup> John Knox deve ter tido conhecimento do movimento reformista desde o início de suas atividades acadêmicas, aderindo a elas gradativamente. Essas idéias casavam com sua insatisfação referente à Igreja e seus representantes. Numa investida contra o cardeal Beaton, nobres reformistas assassinaram o clérigo e tomaram seu castelo em Saint Andrews, como guarnição. Knox foi convocado a instruir os jovens filhos desses nobres no próprio castelo.

Era-lhe um dilema arrasador. Se lhes atendesse ao chamado, não tinha ilusões do que lhe reservava o futuro. Se optasse pelo contrário, ainda mais negro lhe seria o porvir, pois que dos papistas não poderia esperar qualquer complacência e, se alienasse os patronos de antes, não lhes contaria com a indispensável proteção.<sup>362</sup>

Destemido, rumou para o castelo e traçou seu destino, que o levou à prisão e depois ao exílio, obrigando-o a buscar refúgio, como muitos outros, na Genebra de Calvino.

A vida em Genebra era-lhe assaz absorvente, pois, além dos cuidados pastorais dispensados à congregação, tendo de pregar três ou mais vezes por semana, sermões que, no espírito da época, duravam duas, até três horas, ainda se dava ao estudo de teologia, grego e hebraico. Nesse ambiente privilegiado, privava ele com expressivas figuras da intelectualidade reformada, sobressaindo, naturalmente, João Calvino, com quem não havia mantido antes contatos demorados e freqüentes.<sup>363</sup>

Entusiasmado com as idéias de Calvino, John Knox criou uma doutrina que na Escócia se chamaria presbiteriana, por garantir o direito de governar a Igreja aos presbíteros (mais velhos), tal como era feito pela Igreja primitiva e não aos bispos, como os católicos e anglicanos faziam. Para os presbiterianos a missão única da Igreja é ensinar, por isso, em seu principal escrito, o **Primeiro livro da Disciplina (First Book of Discipline)**, estabelece normas para a criação de escolas e universidades.

No capítulo cinco desse livro, referente à provisão para os ministros e à distribuição dos recursos pertencentes à Igreja, discute-se sobre a necessidade de escolas. O texto justifica essa necessidade em função das limitações humanas e da mudança nos métodos usados por Deus para transformar o homem. “Deus agora cessa de iluminar miraculosamente os homens, transformando-os repentinamente, assim como Ele fazia com seus apóstolos e outros

---

<sup>361</sup> LUZ, 2001, p. 18.

<sup>362</sup> LUZ, 2001, p. 46.

<sup>363</sup> LUZ, 2001, p. 86.

membros da Igreja primitiva.”(tradução nossa)<sup>364</sup> Por isso o cuidado com uma educação virtuosa e uma formação religiosa para os jovens, e que cada igreja tenha um mestre-escola nomeado, capaz de ensinar, pelo menos, gramática e língua latina nas cidades de maior reputação. Nos locais onde se reúnem semanalmente, devido às dificuldades geográficas, os ministros dessas igrejas devem “[...] cuidar das crianças e jovens da paróquia, para instruí-los em seus primeiros rudimentos, e especialmente no catecismo, como nós temos agora traduzido do livro da ordem comum, chamado a Ordem de Genebra.”(tradução nossa)<sup>365</sup>

Nas cidades maiores um colégio deve ser criado, “[...] no qual as artes, pelo menos lógica e retórica, juntamente com as línguas, sejam estudadas por mestres capazes, para quem deve-se destinar um salário honesto; bem como provisão para aqueles que são pobres, e não são capazes, por si mesmos, ou pela caridade de alguém, de se manterem nos estudos.”(tradução nossa)<sup>366</sup> O pobre deve, portanto, ser auxiliado pela Igreja, enquanto o rico deve enviar seus filhos e mantê-los por própria conta.

O livro estabelece um tempo para cada aprendizado, como a gramática, o latim, as artes, a filosofia e as línguas. Deve-se, todavia, certificar-se de que as crianças e os jovens adquiram primeiramente o conhecimento da religião cristã, a saber: o conhecimento das leis e mandamentos de Deus; os principais artigos de fé; o verdadeiro conhecimento de Jesus Cristo, e outros pontos sem os quais ninguém pode se considerar cristão, nem ser admitido na ceia do Senhor. O livro estabelece que dois anos seriam mais do que suficientes para aprender a ler perfeitamente, responder o catecismo e se iniciar nos rudimentos de gramática. Outros três ou quatro anos eram necessários para o seu domínio completo. Para as artes, ou seja, lógica e retórica, bem como para a língua grega, quatro anos. O restante do tempo, até a idade de 24 anos, deve ser gasto no estudo com o qual o aprendiz possa ser útil à Igreja ou ao Estado, seja nas leis, na medicina ou na teologia.<sup>367</sup>

Continuando sua exposição sobre a instrução, o documento passa a discorrer acerca das universidades que precisavam ser criadas na Escócia; a primeira em Saint Andrews, a segunda em Glasgow e uma terceira em Aberdeen. A primeira e principal universidade, de Saint Andrews, seria dividida em três colégios. O primeiro colégio deveria ser composto por quatro classes: 1-dialética; 2-matemática (aritmética, geometria, cosmografia e astronomia); 3-física ou filosofia natural, que deveria ser cursado em três anos, após os quais o aluno se

<sup>364</sup> FIRST Book of Discipline, 2004, p. 14.

<sup>365</sup> FIRST Book of Discipline, 2004, p. 14.

<sup>366</sup> FIRST Book of Discipline, 2004, p. 14.

<sup>367</sup> Cf. FIRST Book of Discipline, 2004, p. 15.

graduava em filosofia; 4-compreende o estudo da medicina por mais dois anos, totalizando cinco anos, ao final dos quais o aluno se graduará em medicina.

O segundo colégio seria dividido em duas classes: 1-filosofia moral (ética, economia e política), cursado em um ano; 2- lei municipal e direito romano, durante mais três anos, perfazendo um total de quatro anos, ao final dos quais o aluno receberá a graduação em direito.

O terceiro colégio se subdividiria também em duas classes: na primeira classe estudavam-se as línguas (hebraica e grega), que deveriam ser cursadas em dois anos, sendo seis meses para a gramática. No restante, ou seja, em um ano e meio, o professor de hebraico devia interpretar o livro de Moisés, os profetas ou os Salmos. O professor de grego deve estudar algum livro de Platão, juntamente com o Novo Testamento; na segunda classe o aluno se dedicaria ao estudo do Antigo e do Novo Testamento. Esse curso deveria ter a duração total de cinco anos, ao final dos quais o aluno se graduava em teologia.<sup>368</sup>

A segunda universidade em Glasgow deve ter apenas dois colégios. No primeiro deveria haver classes de dialética, matemática e ciências físicas. O segundo colégio se dividiria em quatro classes: 1-filosofia; 2-direito; 3-língua hebraica e 4-teologia. A terceira e última universidade, em Aberden, deveria se estabelecer conforme os padrões de Glasgow.

O **First Book of Discipline** também esclarece sobre a eleição do reitor em cada universidade, que deveria se realizar anualmente, todo dia 28 de setembro. Os diretores, reunidos juntamente com os regentes, votarão naqueles que considerarem os mais capazes para desempenhar com dignidade a função. Os três nomes mais votados sairão numa lista pública para serem votados pelos diretores, regentes e alunos graduados.<sup>369</sup>

É um plano educacional claro, assim como é óbvio que se buscava uma educação não apenas para os ofícios religiosos, senão também para a formação do indivíduo inserido no mundo e obrigado a contribuir com ele por meio de suas habilidades vocacionais, já discutidas por Calvino. Onde o presbiterianismo abriu igreja ou uma escola, pelo menos um mestre-escola deveria ser designado para a instrução do seu rebanho, conforme as determinações do seu **Book of Discipline**. “O ambicioso programa de ter uma escola em cada paróquia e oferecer oportunidade igual para todos serem educados até ao nível universitário mostrava a intenção de criar e desenvolver uma nação cristã, completamente igualitária.”<sup>370</sup> O que

<sup>368</sup> Cf. **FIRST Book of Discipline**, 2004, p. 16.

<sup>369</sup> **FIRST Book of Discipline**, 2004, p. 17.

<sup>370</sup> DOUGLAS, 1990, p. 274.

poderia soar como um contra-senso numa doutrina que pregava a predestinação e, portanto, o privilégio de poucos. Sobre isso esclarece Douglas:

Em relação à igualdade, não havia contradição em afirmar que Deus tinha concedido dons especiais a indivíduos para o serviço em Sua Igreja. Esta não era apenas a posição de Calvino, mas também encontrava apoio explícito nas Escrituras. Embora reconhecesse a carência de ‘homens piedosos e instruídos’, o primeiro **Livro da Disciplina** insistia num alto padrão de qualificações educacionais para o ministério. É uma posição da qual as igrejas presbiterianas modernas não se afastaram.<sup>371</sup>

Estabelecia-se nesse livro que o objetivo de toda pregação era a instrução, expondo as Escrituras de modo seqüencial, fazendo constantes avaliações sobre o impacto desses ensinamentos em encontros semanais entre os ministros, que também se exercitavam para a discussão doutrinária. Knox se preocupava, tanto quanto Calvino, com a falta de ministros, por isso a formação de novos pastores era também um grande problema a ser resolvido na Escócia, tanto quanto o foi para Genebra. A influência que as doutrinas de Calvino tiveram na Escócia, encabeçadas por John Knox, foram muito importantes, sobretudo a educação e a disseminação do conhecimento, que para eles era “[...] um tesouro que deve ser estimado mais do que qualquer bem terreno que fôssemos capazes de providenciar.” (tradução nossa)<sup>372</sup> Fechamos com essa citação, extraída do **First Book of Discipline**, o tema sobre as relações entre o presbiterianismo e a educação, por resumir o que a educação significava para os seguidores de John Knox. Ela comprova também que o apelo educativo que o Calvinismo possuía foi naturalmente aceito e praticado por aqueles que seguiram as diretrizes que Calvino traçou para sua Igreja no século XVI.

---

<sup>371</sup> DOUGLAS, 1990, p. 273.

<sup>372</sup> FIRST Book of Discipline, 2004, p. 20.

#### 4.3- CALVINO E CALVINISMO NOS MANUAIS DE EDUCAÇÃO <sup>373</sup>

Temos até aqui caminhado no sentido de apresentar argumentos que atestam o caráter positivo das relações entre o Calvinismo e a educação. Antes, no entanto, de concluir nosso trabalho achamos importante apresentar o tema da educação em Calvino nos manuais de história da educação, para entender que as opiniões sobre o assunto não são de nenhum modo homogêneo.

Quando folheamos alguns manuais sobre história da educação, percebemos que Calvino não aparece com tanta frequência quanto Lutero, e mesmo Melanchton está presente em mais obras do que o Reformador de Genebra. Em alguns, ele sequer é citado. Em doze obras pesquisadas, seis não acreditam haver qualquer relação entre Calvino e educação <sup>374</sup>, ou seja, 50% dos autores pesquisados. Por que isso ocorre? Como explicar essas divergências? Antes de responder a essas perguntas, vamos apresentar primeiro o que esses manuais discutem sobre o assunto. Para discutir o tema usaremos apenas seis dos doze livros consultados sobre educação.

Em Monroe, Calvino não ocupa mais do que um parágrafo do seu livro, que resume as ações educacionais do reformador francês à fundação da Academia de Genebra, em 1559. “Somente durante os últimos anos, deu atenção especial à educação. Organizou então em Genebra um colégio que era pouco mais do que uma escola de latim tipicamente humanista. Mais tarde estas escolas tornaram-se numerosos entre as comunidades protestantes da França.”<sup>375</sup>

No livro de Luzuriaga, a educação religiosa calvinista recebeu atenção particular no subitem dois do capítulo que fala da educação religiosa Reformada. Nele, o autor cita a idéia de Calvino exposta num programa de governo para a cidade de Genebra. Calvino afirmava que o saber era necessário para a boa administração pública e para apoiar a “igreja indefesa” e

---

<sup>373</sup> ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. Historia de La Pedagogia. Fondo de Cultura Económica. México. 2001; CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Martins Fontes. 1987; EBY, Frederick. História da Educação Moderna. Porto Alegre: Editora Globo. 1976; GAL, Roger. História da Educação. São Paulo: Martins Fontes. 1987; GILES, Thomas Ranson. História da Educação. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda. E.P.V. 1987; HUBERT, René. História da Pedagogia. Brasília: Cia. Editora Nacional. 1976; LARROYO, Francisco. História Geral da Pedagogia. São Paulo: Editora Mestre Jou. Tomo I. 1982; LAWRENCE, Elizabeth S. As Origens e a Evolução da Educação Moderna. Lisboa: Editora Ulisseia Ltda; LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 2001; MANACORDA, Alighiero. História da Educação. São Paulo: Cortez Editora. 2002; MONROE, Paul. História da Educação. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1983; ZULUAGA, Isabel Gutierrez. Historia de La Educación. Madrid: Narcea, S.A. de Ediciones. 1972.

<sup>374</sup> HUBERT; LAWRENCE; MANACORDA; MONROE ; ZULUAGA e GAL.

<sup>375</sup> MONROE, 1974, p. 177.



os bons costumes, pedindo, para isso, que criassem escolas. Lembrou-se ainda da criação de um sistema de educação elementar em 1558 no idioma francês, para todos, que incluía o ensino de leitura, escrita, aritmética, religião e exercícios de gramática. Segundo Luzuriaga, a criação dos famosos *Collèges*, escolas secundárias que formavam os funcionários civis e eclesiásticos por meio das humanidades e da instrução religiosa, teve grande influência para os futuros colégios e liceus da França. Genebra tornou-se um centro de irradiação da fé protestante e do saber secular, e para lá se dirigiam refugiados de toda a Europa. Citando H. D. Foster, Luzuriaga define as principais características da educação calvinista:

Acentuação do elemento leigo na educação; preparação para a “república” e para a “sociedade”, tanto quanto para a Igreja; insistência na virtude e no conhecimento; exigência de larga educação como essencial para a liberdade de consciência; amplo sistema de educação elementar, secundária e universitária, tanto para os pobres como para os ricos; enorme conhecimento das Escrituras, ainda entre as classes mais pobres; utilização da organização representativa da Igreja para fundar, sustentar e unificar a educação; disposição de sacrificar-se pela educação, realizando-a a todo custo; inspeção, de forma coletiva, de professores e estudantes; grande acentuação do emprego da língua vernácula e, finalmente, espírito progressivo de indagação e investigação.<sup>376</sup>

Por isso, mesmo se lembrando do aspecto severo da educação calvinista, ela é considerada do ponto de vista educacional, “quicá mais eficiente que o próprio movimento luterano”. Essas idéias se disseminaram em vários países, dando um caráter internacional ao movimento calvinista, e com ele a educação nos moldes acima definidos se instalou entre os huguenotes na França, os valões da Holanda e Bélgica, os puritanos da Inglaterra, os presbiterianos da Escócia e mais tarde entre as colônias inglesas da América. O autor ainda considera importantes as intervenções do calvinista John Knox na Escócia, pois, lá ele “[...] deu enorme impulso à educação popular, fazendo daquele Estado o mais culto da língua inglesa”.<sup>377</sup> Em seu “Livro da disciplina para a igreja escocesa”, de 1560, Knox asseverou que toda a Igreja devia ter um mestre-escola capaz de ensinar gramática e língua latina. Ele é lembrado como o maior realizador das idéias educacionais de Calvino. “Knox exige o ensino universal e compulsório dentro de um sistema nacional unificado. Porém, devido às despesas, o plano não foi universalmente aceito; todavia, onde foi aceito, representou um avanço na história da educação”.<sup>378</sup>

<sup>376</sup> FOSTER, apud LUZURIAGA, 2001, p. 113.

<sup>377</sup> LUZURIAGA, 2001, p. 112.

<sup>378</sup> GILES, 1987, p. 127.

Thomas Ranson Giles fala da importância da fundação da Academia de Genebra como instituição central do pensamento calvinista. Ali nesse centro de estudos se realizava a dupla função do processo educativo: a formação do cidadão e do crente. “Para Calvino, a Palavra de Deus ocupava incontestavelmente o primeiro lugar no processo educativo, e serve de base para todo o ensino. Mas as Artes Liberais são auxiliares para o seu pleno conhecimento e não devem ser desprezadas”.<sup>379</sup> Sobre a Academia, Larroyo concorda que essa tenha sido “[...] talvez sua melhor criação. Dela saíam os arautos da nova religião, impulsionados por uma fé ardorosa. Mas ao lado deste objetivo religioso, a Academia foi um centro de orientação pedagógica”.<sup>380</sup> Ainda sobre a Academia, Eby afirmou que “por muitos anos, Calvino teve sempre em vista a fundação de uma escola que seria a pedra fundamental da organização eclesiástica da cidade, para a disciplina moral e espiritual de todo o povo”.<sup>381</sup> Isso só foi possível em 1559, quando reorganizou as escolas latinas em um ginásio e criou a Academia.

Nenhuma escola daquela época prestava rigorosa atenção à instrução religiosa. As aulas começavam cada manhã com orações e terminavam com a Oração do Senhor e ação de graças. A hora de 11 às 12 era dedicada à entoação dos salmos. Às quatro da tarde a reunião era reservada, recitando-se a Oração do Senhor, a confissão de fé e os Dez mandamentos. Na manhã de quarta-feira estudantes e congregação ouviam um sermão; sábado à tarde, todos estudavam o catecismo; aos domingos, os estudantes assistiam ao ofício religioso e, depois, passavam o resto do dia em meditação sobre o sermão.”<sup>382</sup>

O sucesso da Academia foi espantoso: atingiu 900 alunos já no seu primeiro ano de atividades. “A instituição foi imediatamente reconhecida como o berço dos pregadores protestantes e professores, para a França e outros países”.<sup>383</sup> Serviu de modelo para muitas outras universidades, como as de Leyden na Holanda, Edimburgo na Escócia, Emmanuel College da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que, por sua vez influenciou a fundação de Harvard, em Massachussets na América do Norte. “Por onde fosse levada a fé calvinista, ela despertava uma extraordinária preocupação com a educação”.<sup>384</sup>

A Academia significava o ápice do processo educativo, o que atraiu imediatamente alunos de muitos países, sobretudo França, Inglaterra, Holanda e Escócia. Sem precisar exatamente o momento em que foram criadas, Giles enumera algumas instituições que surgiram ou que foram dinamizadas pelos calvinistas: 8 universidades e 32 colégios na

<sup>379</sup> GILES, 1987, p. 126.

<sup>380</sup> LARROYO, 1982, p. 377.

<sup>381</sup> EBY, 1976, p. 100.

<sup>382</sup> EBY, 1976, p. 101.

<sup>383</sup> EBY, 1976, p. 101.

<sup>384</sup> EBY, 1976, p. 101.

França, além das inúmeras escolas elementares. Na Inglaterra, sob o governo de Elizabeth, os puritanos dominavam Oxford e Cambridge. Na Holanda, os ensinamentos calvinistas eram seguidos pelas universidades de Leiden, Amsterdã, Utrecht e Groningen. Incentivaram, também, a abertura de escolas elementares, sob patrocínio do Estado em Haia, Utrecht e Drente.<sup>385</sup>

Franco Cambi fala da importância de Lutero como responsável pela idéia da renovação religiosa estreitamente relacionada com a educação, através da criação de escolas e da valorização da língua nacional. O problema educativo, no entanto, é enfrentado particularmente por João Calvino.<sup>386</sup> Ele promoveu um amplo programa de renovação social e religioso que enfatizava a necessidade da instrução. “Defende a necessidade da frequência escolar para todo representante da nova Igreja e aponta nas ‘línguas’ e nas ‘ciências seculares’ os instrumentos fundamentais da formação”.<sup>387</sup> Para Francisco Larroyo, “sua obra educativa foi importante. Criou numerosas escolas primárias e promoveu uma reforma moral dos cidadãos”.<sup>388</sup>

Abbagnano faz apenas um breve comentário sobre a preocupação de Calvino em organizar a educação popular, quando fundou o *Collège de la Rive*.<sup>389</sup> Em relação à escola comum, Eby acredita que Calvino não tenha tido boa influência. “Queixou-se ao Conselho de Genebra que havia pequenas escolas em demasia e o número foi, então, reduzido para quatro – uma para cada região da cidade”. Continua ainda Eby que: “deve-se admitir que o seu catecismo fornecia uma pequena dose de instrução religiosa para todos”.<sup>390</sup> Calvino também exigia que os alunos do ginásio lessem fluentemente o francês. A idéia pessimista de que a criança é intrinsecamente má (pecado original) engendrou um pessimismo moral que, segundo Eby, “[...] foi o motivo fundamental em todas as suas doutrinas religiosas e planos para a educação”.<sup>391</sup>

Para Frederick Eby, o Calvinismo foi uma revolução mental e espiritual, que ultrapassou os limites de Genebra: “uma ideologia que não respeitou fronteiras nacionais ou tradições”.<sup>392</sup> Na Holanda, onde ele predominou, havia uma educação geral disseminada entre o povo, ímpar na Europa, antes da Reforma. “Quase todo o homem, mulher e criança tinha aprendido a ler nas escolas públicas anteriores à Reforma”. Os Irmãos da Vida Comum,

<sup>385</sup> GILES, 1987, p. 126.

<sup>386</sup> CAMBI, 1999, p. 251.

<sup>387</sup> CAMBI, 1999, p. 252.

<sup>388</sup> LARROYO, 1982, p. 377.

<sup>389</sup> ABBGNANO; VISALBERGHI, 2001, p. 261.

<sup>390</sup> EBY, 1976, p. 101.

<sup>391</sup> EBY, 1976, p. 102.

<sup>392</sup> EBY, 1976, p. 99.

educadores da época, se voltaram quase todos para a fé protestante<sup>393</sup>. Outra vantagem para os Países-Baixos era a facilidade com que as rendas das antigas propriedades eclesiásticas eram transferidas para as escolas públicas. “A Igreja Reformada Holandesa, de acordo com sua doutrina calvinista de governo teocrático, cooperou com as autoridades para o aumento das rendas educacionais”.

No Sínodo de Dort (1618), os servidores da Igreja foram instruídos para nomear os professores de cada localidade, bem como os recursos necessários à sua subsistência.<sup>394</sup> “O sistema de escolas comuns da Europa e da América devem sua origem, em grande parte, às escolas municipais dos Países-Baixos”.<sup>395</sup> Essas escolas surgiram como consequência de três fatores: as exigências do comércio; a democracia virtual do governo e, por último, a Reforma Protestante. As doutrinas calvinistas contribuíram para a exigência da educação popular para a leitura do credo e dos principais dogmas contidos no catecismo e na leitura das Escrituras. A educação era mantida pelo Estado, que controlava todos os assuntos relativos à educação. “Todos esses fatores contribuíram para realizar um sistema bastante eficiente de escolas públicas na Holanda, muito antes dele ser encontrado em qualquer outra parte”.<sup>396</sup>

Alguns aspectos da educação moderna encontram sua gênese no protestantismo, como a inspeção das escolas da Igreja, empreendidas na Saxônia por Lutero, em 1527, e o controle da instrução, que começou nessa época com Calvino.

O esforço mais característico desse tipo foi a supervisão da vida e da instrução familiares, que Calvino instituiu em Genebra e que foi geralmente praticada por seus seguidores. Tal inspeção era prescrita pela Igreja Reformada no Sínodo de Dort, em 1619, pela Igreja Escocesa e pelos puritanos da Nova Inglaterra.<sup>397</sup>

Outro fato marcante da reorganização escolar protestante foi o surgimento do Estado como agente de estabelecimento e manutenção de escolas. Antes, a educação era uma atividade exclusiva ou sob o controle da Igreja. “Escolas latinas e vernáculas haviam sido gradualmente fundadas pelas autoridades municipais nas cidades do norte, porém com o consentimento da Igreja. Nos Países-Baixos, no entanto, as cidades subordinavam a Igreja à

<sup>393</sup> Associação religiosa fundada por Gerhard Groote. Os irmãos ganhavam o sustento com o trabalho das próprias mãos, principalmente transcrevendo livros litúrgicos e edificantes. Tornaram-se beneméritos sobretudo pelas missões populares, pela educação da juventude e dos clérigos, pela publicação de escritos edificantes e pelo incremento de um nobre humanismo em suas escolas. Cf. Dicionário Enciclopédico das Religiões. 1995. Verbete: Irmãos da Vida Comum.

<sup>394</sup> EBY, 1976, p. 104.

<sup>395</sup> EBY, 1976, p. 105.

<sup>396</sup> EBY, 1976, p. 106.

<sup>397</sup> EBY, 1976, p. 117.

sua autoridade. Em outros lugares, a Igreja mantinha supremacia indiscutível”.<sup>398</sup> De acordo com a doutrina calvinista, a “Igreja e o Estado cooperam para disciplinar, formar e instruir o povo”. A igreja interpreta e desvenda a vontade de Deus, determinando o dever do Estado, e esse realiza a vontade divina naquilo que significa o bem-estar moral e espiritual do povo. “Na realização desse plano orgânico, a escola é mantida pelo Estado, mas seus objetivos, métodos, currículos, regime e professores são controlados pela Igreja”.<sup>399</sup>

Aqueles que se debruçaram mais atentamente sobre o Calvinismo puderam traçar um panorama favorável no sentido de afirmar que o Calvinismo foi grande impulsionador da educação em seu raio de ação. Um olhar apressado nos escritos de Calvino, sobretudo em sua **Instituição** não permite realmente relacionar, senão de forma muito imprecisa, o Calvinismo com a educação. À medida que vamos penetrando em sua teologia, vamos percebendo a pouco e pouco que a educação é tão importante para seu modelo de fé que toda sua doutrina estava saturada de propósitos educativos. Era tão óbvia para Calvino essa necessidade que ele não escreveu grandes textos sobre educação. Sem ela, acreditava o Reformador, não poderia haver conhecimento de Deus, do homem e da Palavra, elementos imprescindíveis para a fé, para o sacerdócio universal, para a verdadeira Igreja. Não é investigando o pensamento de Calvino querendo nele encontrar de forma explícita um tratado sobre educação que iremos responder as perguntas formuladas no início deste trabalho,<sup>400</sup> mas é, antes, buscando em sua teologia o caráter implícito que a educação tomou em sua fé. Isso ajuda a entender porque nos manuais sobre história da educação alguns sequer fazem referências ao Calvinismo, enquanto outros exploram esse tema de modo mais completo. O problema está na visão lançada sobre o conteúdo e não na falta desse, ou seja, o modo como se analisa a educação no Calvinismo é o que determina se suas conclusões serão positivas ou não.

---

<sup>398</sup> EBY, 1976, p. 119.

<sup>399</sup> EBY, 1976, p. 120.

<sup>400</sup> Ver introdução.

## 5- CONCLUSÃO

Jean Delumeau, no seu livro: **O Pecado e o Medo** (*Le Péché et la Peur*), faz um levantamento sobre o ambiente psicológico em que a Reforma apareceu. Constatou que o medo foi um poderoso instrumento de ensino da época, gerado a partir da culpa do homem frente ao julgamento divino e de sua inevitável condenação (pecado original). Nesse quadro de medo, exclusão e insegurança psicológica, as doutrinas protestantes formularam suas idéias e construíram sua teologia, quase toda ela baseada na justificação pela fé, na autoridade máxima das Escrituras e no sacerdócio universal de todos os crentes.

Os Reformadores pregavam que o fim do mundo estava próximo, “[...] mas, ao mesmo tempo, eles se ocuparam ativamente da instrução e da educação da juventude.”<sup>401</sup>, uma contradição entre sua pregação (proximidade dos fins dos tempos) com sua prática (educação da juventude). Para Delumeau, embora os fundadores do protestantismo pregassem a proximidade do Apocalipse, não podiam ficar de braços cruzados esperando o último dia. Acreditavam que era sua obrigação educar as crianças, religiosa e moralmente, até o último dia de suas vidas.

Vimos também que a Reforma aparece nos manuais de história da educação como um agente que fomentou o desenvolvimento da leitura no seu ambiente de atuação, porque isso era necessário para se garantir que a doutrina do Sacerdócio Universal fosse praticada. A educação se tornava um elemento imprescindível para a divulgação, concretização e manutenção da teologia surgida no início do século XVI com Martinho Lutero. Novos ministros precisavam ser formados para orientar as gerações futuras.

Lutero escreveu textos para que os pais enviassem seus filhos à escola e também exortou as autoridades para criá-las e mantê-las, pois a educação não era apenas útil e desejável para os assuntos da alma, ela também contribuía para o estabelecimento de um mundo mais organizado, justo e cristão. Lutero e seu continuador, Melanchton, perceberam o duplo benefício que a educação poderia trazer ao crente e à sociedade: permitir ao homem acesso aos Textos Sagrados, para poder apreciar por conta própria a verdade de Deus e também auxiliá-lo no exercício das atividades no mundo.

Calvino modificou os padrões do mundo do século XVI, a começar pela religião, a economia, a política e a cultura, que foram influenciados por uma teologia eminentemente educativa. Sua **Instituição**, dizia Calvino, era um “compêndio de instrução” para facilitar o

---

<sup>401</sup> DELUMEAU. 2003. p. 373.

entendimento da Palavra de Deus; sua função era, em razão disso, essencialmente pedagógica. Criou a função de professor dentro da Igreja para promover a difusão do saber. Reorganizou o ensino em Genebra e culminou suas ações nessa área com a fundação da Academia. Defendeu a aquisição do conhecimento de Deus e do homem, para promover a evangelização do indivíduo de dentro para fora, do espírito para o corpo, do homem para a sociedade. O homem educado no “verdadeiro” ensino da Palavra transforma-se a si mesmo e ao mundo ao seu redor. Volta-se para a vida futura sem se esquecer das obrigações neste mundo.

Como vimos, no entanto, os manuais de educação não são unânimes e não nos dão um parâmetro seguro sobre a questão da educação em Calvino. Para nós ela está toda inteira em sua doutrina, é um óbvio não dito, e talvez por isso se torne difícil especificá-la. A educação se confunde com a própria teologia de Calvino; sem ela não pode haver verdadeiro ensino e, portanto, Cristianismo. Não negamos que a educação tenha se propagado em outros países fora da esfera de influência do Calvinismo, mas afirmamos seguramente que onde o Calvinismo se implantou ela encontrou condições propícias para se desenvolver.

O homem “educado” segundo a proposta de Calvino colocava a religião, a disciplina e a moral em todos os quadrantes do seu mundo pessoal e social, modificado internamente pelo conhecimento de Deus, alterando também suas relações com os outros. Seu comércio, seu trabalho, sua cidadania, tudo pertencia à esfera religiosa, por isso deveria ser direcionado para a glória de Deus, criador e mantenedor de todas as coisas. O mundo material era o apêndice do mundo espiritual; o corpo humano, a ferramenta utilizada pela alma. Tudo fazia parte de um grande todo, a criação, e toda ela precisava ser compreendida, conhecida e estudada.

Em síntese, é possível sim relacionar o Calvinismo com a educação, porque educar o homem na verdade das Escrituras era o grande objetivo de Calvino. Ele utilizou escritores pagãos, gregos e latinos, num programa caracteristicamente humanista, no sentido de que valorizou, enquanto teólogo, não somente aquilo que foi revelado por Deus, mas também o que foi produzido pelos homens e para os homens. Possuidor ingênito do conhecimento de Deus, o crente precisava, em conformidade com as idéias de Platão, resgatar de dentro de si esse saber. Para Calvino, educar o homem no ensino cristão, era mostrar-lhe sua verdadeira essência espiritual, tal qual a recebera de Deus antes do pecado original. Calvino, Calvinismo e Educação, uma tríade que bem poderia se resumir em um só conceito: Calvinismo, pois nele estão subentendidas, as idéias de Calvino bem como seu propósito para a humanidade, isto é, educá-la.

Em razão das necessidades surgidas na realidade do século XVI e dependendo dos problemas enfrentados por Calvino e seus seguidores; os calvinistas influenciaram e

escreveram sobre política, intervieram na economia, modificaram a cultura e incentivaram a educação em suas comunidades. Onde o Calvinismo se instalou, foi um poderoso agente de formação intelectual e de propagação do conhecimento, fato interessante não apenas para a religião, mas também para a organização social como um todo. Escolas, colégios e universidades foram criados e reformados na Europa e depois nos Estados Unidos, segundo os padrões e os objetivos calvinistas. Calvino queria antes de tudo a salvação espiritual do seu rebanho, mas não deixou de se pronunciar a favor de um mundo mais justo, equilibrado e feliz. Recebia em Genebra todos aqueles que eram perseguidos em razão de sua crença, muitos deles se formaram nos bancos da Academia e retornaram para seus países de origem, disseminando os ensinamentos e as práticas da Igreja de Genebra, centro de irradiação do protestantismo naquele período.

Calvino não foi um educador, mas contribuiu para o ensino na Suíça, Holanda, Inglaterra, Escócia e Estados Unidos e precisa, em razão disso, ser mais compreendido e estudado. Sua teologia exigia um grau mínimo de instrução, a tal ponto que uma, não poderia existir sem o concurso da outra, por isso Calvino incentivou tanto a educação, era ela a base sob a qual se assentava sua teologia. Modificar a si mesmo e como consequência o mundo a sua volta, foi a herança deixada por Calvino, a todos aqueles que seguiram seus ensinamentos, tendo como ponto inicial a instrução básica distribuída a todos.



## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. e VISALBERGHI, A. **Historia de la pedagogia**. Fondo de Cultura Económica. México, 2001.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar. A questão da educação na obra de Martinho Lutero. **Acta Scientiarum**. Maringá. v. 1, n. 21, p. 129-135, 1999.

\_\_\_\_\_. **Instituição da subjetividade moderna: a contribuição de Inácio de Loyola e Martinho Lutero**. 1996. Tese de Doutorado. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp.

BARRO, Antonio Carlos. A consciência missionária de João Calvino. **Fides Reformata**. São Paulo. v. 1, n. 3, p. 38-49, 1998.

BEZA, Theodore. The life of John Calvin. In: **Books for the Ages**. Albany: Ages Software. 1998. CD-ROM.

BIERMA, Lyle D. A relevância da teologia de Calvino para o Século 21. **Fides Reformata**. São Paulo. v. 7, n. 2, p. 9-20, 2003.

BOISSET, Jean. **História do protestantismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

CALVINO, João. **As institutas ou tratado da religião cristã**. v. 1. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

\_\_\_\_\_. **As institutas ou tratado da religião cristã**. v. 2. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

\_\_\_\_\_. **As institutas ou tratado da religião cristã**. v. 3. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1989.

\_\_\_\_\_. **As institutas ou tratado da religião cristã**. v. 4. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1989.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CAMPOS, Heber Carlos. A “filosofia educacional” de Calvino. **Fides Reformata**. São Paulo. v. 5, n. 1, p. 41-56, 2000.

COETZÉE, J. Chr. Calvino y el estudio. In: HOOGSTRA, Jacob T. **Juan Calvino: profeta contemporaneo**. Barcelona: Tarrasa. 1973, p. 199-229.

COSTA, Herminster Maia. João Calvino: O humanista subordinado ao Deus da Palavra. **Fides Reformata**. Sao Paulo. v. 2, n. 4, p.155-182, 1999.

COURTHIAL, Pierre. A idade de ouro do Calvinismo na França. In: REID, W. Stanford (Org). **Calvino e sua Influência no mundo ocidental**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana. 1990, p. 87-109.

- DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja dos tempos clássicos II**. São Paulo: Quadrante, 2001.
- DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo**. Bauru: Edusc, 2003, 2 v.
- DENNY, George H. Calvin's influence on educational progress. In: **Calvin Memorial Addresses**. Richmond: Presbyterian Committee of Publication. 1909, p. 147-174.
- DILLENBERGER, John. The Geneva Church. In: **John Calvin: selections from his writings**. Scholars Press. 1975, p. 229-265.
- DOUGLAS, J. D. A contribuição do Calvinismo na Escócia. In: REID, W. Stanford (Org). **Calvino e sua influência no mundo ocidental**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana. 1990, p. 267-294.
- EBY, Frederick. **História da educação moderna**. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.
- ELTON, G. R. **A Europa durante a Reforma 1517-1559**. Lisboa: Editora Presença, 1982.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Chicago. 1993.
- FEBVRE, Lucien. **Erasmus, la Contrarreforma y el espíritu moderno**. Barcelona: Ediciones Martinez Roca, 1971.
- FERREIRA, António Gomes Ferreira. **Dicionário de Latim-Português**. Porto: Porto Editora, 1988.
- FERREIRA, Wilson Castro. **Calvino: vida, influência e teologia**. Campinas: Luz Para o Caminho, 1990.
- FICHER-WOLLPERT, Rudolf. **Os papas**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FIRST Book of Discipline. 1560. Disponível em: <http://www.swrb.com/newslett/actualnls/BOD-ch03.htm> Acesso em: 20 ago. 2004.
- GAL, Roger. **História da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- GAMBLE, Richard C. Suíça: Triunfo e Declínio. In: REID, W. Stanford (Org). **Calvino e sua influência no mundo ocidental**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana. 1990, p. 61-83.
- GILES, Thomas Ranson. **História da educação**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária. E. P. U, 1987.
- GONZALES, Justo. **A era dos reformadores**. Campinas: Luz Para o Caminho, 1990.
- GOUVÊA, Ricardo Quadros. Calvinistas também pensam: Uma Introdução à Filosofia Reformada. **Fides Reformata**. São Paulo. v. 1, n. 1, p. 48-59, 1996.
- GREEN. V. H. H. **Renascimento e Reforma: A Europa entre 1450 e 1660**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

GREGGERSEN, Gabriele. **O Protestantismo e os valores éticos**. Disponível em: <<http://www.hottops.com/mirand15/gabriele.html>>. Acesso em: 07 dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Perspectivas para a educação cristã em João Calvino. **Fides Reformata**. São Paulo. v. 7, n. 2, p. 61-83, 2003.

GRIMM, Harold J. **The Reformation era 1500-1650**. New York: MacMillan Publishing, 1973.

HARI, Robert. Les placards de 1534. In: MEYLAN, Henri (Org). **Aspects de la propagande religieuse**. Genebra: Droz. 1957, p. 79-142.

KNUDSEN, Robert D. O Calvinismo como uma força cultural. In: REID, W. Stanford. **Calvino e sua influência no mundo ocidental**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990, p. 11-31.

KUYPER, Abraham. **Calvinismo**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002.

LARROYO, Francisco. **História geral da pedagogia**. Tomo I. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.

LEITH, John H. **A tradição reformada**. São Paulo: Pendão Real, 1996.

LÉONARD. Emile G. **Histoire générale du Protestantisme**. v. 1. Paris: P.U.F, 1961.

LEWIS, Gillian. The Geneva Academy. In: DUKE, Alastair. **Calvinism in Europe 1540-1620**. Cambridge University Press. 1994, p. 35-63.

LUTERO, Martinho. À nobreza cristã da nação alemã. 1520. In: **Martinho Lutero. Obras Seleccionadas**. v. 2. São Leopoldo: Sinodal. 1995, p. 277-340.

\_\_\_\_\_. Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs. 1524. In: **Martinho Lutero. Obras Seleccionadas**. v. 5. São Leopoldo: Sinodal. 1995, p. 302-325.

\_\_\_\_\_. Da vontade cativa. 1525. In: **Martinho Lutero. Obras Seleccionadas**. v. 4. São Leopoldo: Sinodal. 1993, p. 11-216.

\_\_\_\_\_. Debate acerca da justificação. In; **Martinho Lutero: Obras Seleccionadas**. v. 3. São Leopoldo: Sinodal. 1992, p. 201-239.

\_\_\_\_\_. Instrução dos visitantes aos párocos. 1528. In: **Martinho Lutero. Obras Seleccionadas**. v. 7. São Leopoldo: Sinodal. 2000, p. 259-311.

\_\_\_\_\_. Uma prédica para que se mandem os filhos à escola. 1530. In: **Martinho Lutero. Obras Seleccionadas**. v. 5. São Leopoldo: Sinodal. 1995, p. 326-363.

LUZ, Waldyr Carvalho. **John Knox o patriarca do Presbiterianismo**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MAINKA, Peter Johann. Huldrych Zwingli (1484-1531), o reformador de Zurique – um esboço biográfico. **Acta Scientiarum**. Maringá. v. 1, n. 23, p. 141-147, 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja, de Lutero a nossos dias**. v. 1. O Período da Reforma. São Paulo: Edições Loyola, 1995

McNEILL, John T. **The history and character of Calvinism**. New York: Oxford University Press, 1954.

MEETER, H. Henry. **Calvinism: an interpretation of its basic Ideas**. Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1939.

MELANCHTON, Philipp. De corrigendis adolescentiae studiis. In: SCHWAB, Hans-Rüddiger. **Philipp Melancton Der Lehrer Deutschlands**. Munique: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1997, p. 21-42.

MONROE, Paul. **História da educação**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.

PLATÃO. A República. 8 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

\_\_\_\_\_. Fédon. Brasília: UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. Mênon. São Paulo: Loyola, Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2001.

\_\_\_\_\_. Timeo. Milão: Mandadori: 1994.

PORTO, Humberto e SCHLESINGER, Hugo. **Dicionário Enciclopédico das Religiões**. Petrópolis: Vozes, 1995, 2 v.

REID, W. Stanford. **The impact of Calvinism on sixteenth century culture**. Disponível em: <<http://home.nas.net/~chalmers/reidtrust/calvinism.html>> Acesso em: 01 nov. 2004.

SANTOS, João Alves. **Os cinco pontos do Calvinismo em contraste com o Arminianismo**. Disponível em: <<http://www.unifil.br/teologia/arquivos/cincopontocalvinoesboco.pdf>> Acesso em: 07 dez. 2004.

SCHMIDT, Albert-Marie. **Jean Calvin et la tradition calvinienne**. Paris: Éditions du Seuil. 1971, (Maîtres Spirituels).

SCHEIBLE, Heinz. **Melancton: Eine Biographie**. Munique: Verlag C. H. Beck. 1997.

SILVESTRE, Armando Araújo. **Calvino e a resistência ao Estado**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2002.

SINGER, C. Gregg. **John Calvin: his roots and fruits**. Philadelphia: The Presbyterian and Reformed Publishing, 1974.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

TAWNEY, R. H. **A religião e o surgimento do Capitalismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

TEIXEIRA, Evilázio F. Borges. **A educação do homem segundo Platão**. São Paulo: Paulus, 1999.

TILLICH, Paul. **História do pensamento cristão**. São Paulo: Editora Paes, 2000.

VAN TIL, Henry R. **El concepto calvinista de la cultura**. Disponível em <<http://www.visi.com/~contra-m/castelhano/libros/concepto/concepto.htm>> acesso em: 05 maio 2004.

VIEIRA, Paulo Henrique. A filosofia política de Martinho Lutero. **Revista de Estudos Teológicos**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia. Ano 42, n. 1, p. 58-77, 2002.

WALLACE, Ronald. **Calvino, Genebra e a Reforma**. São Paulo. Editora Cultura Cristã, 2003.

WARFIELD, Benjamin Breckinridge. **Calvin and Calvinism**. New York: Oxford University Press, 1931.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do Capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

WITTE, John Jr. **Law and Protestantism. The legal teachings of the Lutheran Reformation**. Cambridge University Press, 2002.

ZULUAGA, Isabel Gutierrez. **Historia de la educación**. Madrid: Narcea. Ediciones, 1972